



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Campus de São José do Rio Preto**

Fabiano da Silva Costa

Lima Barreto: O Brasil sob a ótica do Dr. Bogóloff

São José do Rio Preto

2015

Fabiano da Silva Costa

Lima Barreto: O Brasil sob a ótica do Dr. Bogóloff

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Luís Ramos

São José do Rio Preto

2015

Costa, Fabiano da Silva.

Lima Barreto : o Brasil sob a ótica do Dr. Bogóloff / Fabiano da Silva Costa. -- São José do Rio Preto, 2015  
131 f.

Orientador: Nelson Luís Ramos

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Literatura brasileira - Séc. XIX - História e crítica. 2. Ficção brasileira – História e crítica. 3. Identidade (Psicologia) na literatura. 4. Literatura - Estética. 5. Barreto, Lima, 1881-1922. Aventuras do Doutor Bogóloff - Crítica e interpretação. I. Ramos, Nelson Luís. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – B869.09

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE  
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Fabiano da Silva Costa

Lima Barreto: O Brasil sob a ótica do Dr. Bogóloff.

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Nelson Luís Ramos  
UNESP – São José do Rio Preto  
Orientador

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kenia Maria de Almeida Pereira.  
UFU – Uberlândia

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norma Wimmer  
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto  
04 de setembro de 2015

*Dedico este trabalho à minha mãe, grande inspiradora.*

*À minha família que sempre esteve ao meu lado nos  
momentos difíceis.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço as duas pessoas que me orientaram desde o começo deste meu trabalho: Professora Doutora Norma Wimmer e meu orientador Professor Doutor Nelson Luís Ramos, pelas orientações enriquecedoras e por sanar minhas inseguranças.

À Professora Giséle Manganelli Fernandes por toda a atenção e apoio dado a mim ao longo do curso e pela confiança em meu projeto.

À Professora Kenia Maria de Almeida Pereira por aceitar participar da Banca de Defesa.

Aos meus amigos Fernando Poiana e Karina pelo apoio e pela ajuda nos momentos de dúvidas.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras deste instituto pela contribuição ao meu aprimoramento intelectual e humano.

A CAPES pela bolsa de estudos que me permitiu ter mais tranquilidade na elaboração da dissertação.

*“[...] não nos lembramos de que nós não nos conhecemos uns aos outros, dentro do nosso próprio país, e tudo aquilo que fica pouco adiante dos subúrbios das nossas cidades, na vaga denominação de Brasil, terra de duvidosa existência, como a sua homenagem da fantástica geografia pré-colombiana”.*

Lima Barreto

*“A pátria que quisera ter era um mito”.*

Lima Barreto

## RESUMO

Lima Barreto viveu em um período da nação cuja literatura nacional estava buscando caminhos diferentes. Neste contexto a escrita de Lima Barreto vem com uma nova proposta literária, onde a identidade assume papel central na estética do escritor carioca. O leitor deve perceber que nossa identificação está ligada ao grotesco e ao absurdo do comportamento clientelista, surgindo desta constatação uma visão satírica que o leitor percebe à medida que Dr. Bogóloff, personagem do romance inacabado *Aventuras do Doutor Bogóloff* (1956) e do romance *Numa e a Ninfa* (1915), com seu olhar de estrangeiro, marca nossos costumes e características comportamentais. Para situar teoricamente as questões identitárias levantadas pelo Dr. Bogóloff utilizaremos os conceitos de identidade, atribuição de identidade e identidade nacional de Hall (2000), Woodward (2000), Silva (2000) e Bourdieu (2011). Tão importante quanto sua crítica social, são os recursos estéticos utilizados para construir a identidade de seus personagens, entre eles o Dr. Bogóloff.

Palavras-chave: Bogóloff. Identidade. Lima Barreto. resignação.

## **ABSTRACT**

Lima Barreto lived in a period when Brazilian Literature was searching for different artistic manifestations. In that scenario, Lima Barreto's writings present a new literary proposal in which identity plays a central role in his aesthetics. The reader should notice that this identity is connected to the grotesque and the absurdity of the "culture of favor", and this notion brings about the author's satirical vision. Dr. Bogóloff, a character who appears in the unfinished novel *Aventuras do Doutor Bogóloff* (1956) and also in the novel *Numa e a Ninfa* (1915), points out our customs and behavior through his foreigner's eyes.. In order to analyze the identity issues addressed by Dr. Bogóloff, the concepts of identity, attribution of identity and national identity by Hall (2000), Woodward (2000), Silva (2000) and Bourdieu (2011) will be used. Lima Barreto's aesthetics are as important as his social criticism in constructing the identity of his characters, among them Dr. Bogóloff.

Keywords: Bogóloff; identity; Lima Barreto; resignation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
A identidade como estética barretiana.....	11
Críticas de Antônio Cândido.....	26
CAPITULO I – IDENTIDADE, ATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADE E IDENTIDADE NACIONAL.....	34
Definições de identidade.....	34
A identidade nacional.....	49
Processos de fixação de identidade.....	57
CAPITULO II – <i>NUMA E A NINFA E AS AVENTURAS DO DR. BOGÓLOFF</i> .....	74
O romance <i>Numa e a Ninfa</i> .....	74
Personagens femininas com identidades flexíveis.....	84
A constituição espacial da obra.....	87
<i>As aventuras do Dr. Bogóloff</i> : um personagem, dois pontos de vista.....	91
CAPITULO III – AS PERSPECTIVAS DO PERSONAGEM ESTRANGEIRO.....	94
Dr Bogóloff em <i>Numa e a Ninfa</i> .....	94
Dr. Bogóloff narrador e protagonista.....	106
As estratégias de atribuição e fixação de identidade e da diferença em <i>Numa e a Ninfa</i> e n <i>As aventuras do Dr. Bogóloff</i> .....	114
A) Auto-exotização.....	114
B) Citacionalidade.....	116
C) Repetibilidade.....	119
D) Performatividade.....	121
CONCLUSÃO.....	123
BIBLIOGRAFIA.....	128

## INTRODUÇÃO

### A IDENTIDADE COMO ESTÉTICA BARRETIANA

Afonso Henriques de Lima Barreto (13 de maio de 1881 – 1º de novembro de 1922) viveu na virada do século XIX e início do século XX, passando a maior parte da sua vida na cidade do Rio de Janeiro. Estava “[...] em um período de transição, momento em que o parnasianismo e o simbolismo entram em decadência e despontam várias correntes literárias, advindas da efervescência do período”. (FREIRE, 2005, p. 95).

Na literatura, no final do século XIX e início do século XX encontramos três “correntes estéticas e literárias” que caminhavam paralelamente: o Realismo e suas tendências - romance naturalista e poesia parnasiana; o Simbolismo e o Pré-modernismo. Neste período, as primeiras podem ser consideradas dominantes, uma vez que correspondem às teorias científicas europeias, que estavam em voga no momento. (FREIRE, 2005, p. 34).

Pode-se chamar este momento de pré-modernista, pois antecedeu o evento da Semana da Arte Moderna de 1922 ocorrido na cidade de São Paulo, entre os dias 11 a 18 de fevereiro, no Teatro Municipal. Bosi também se refere ao período como pré-modernista e afirmando restar aos escritores do período “[...] o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”. (1970, p. 344).

Pinto (2007, p. 10) caracteriza este período pela mistura de estilos, como Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo, quase um sincretismo de conceitos literários, e denominado por Tristão de Athayde como “pré-modernismo”. Segundo a autora citada, as velhas tendências foram cristalizadas em contraposição à visão da modernidade tão almejada pelos progressistas republicanos.

Cruz aponta que:

Atavios à parte, todas as mudanças que se processaram no limiar do século XX na face da capital brasileira, basearam-se em um modelo europeu, especificamente naquele delineado na França, país eleito pela cobiça dos dirigentes para servir de molde para a nação brasileira. Mediante o futuro que despontava, urgia aproximar-se das grandes civilizações, nutrindo-se do manancial inesgotável advindo de culturas prósperas e edificantes que, uma vez absorvidas pelo país, determinariam o triunfo do progresso e da prosperidade nacional. Em face da maciça presença de ingredientes

franceses no cenário, destacamos que nos princípios do século XX, o Brasil encena o que passou à história com o epíteto de Belle Époque. (2013, p. 12).

Este desejo de europeização, denotado como símbolo de modernidade e civilidade e, segundo Lima (2001, p. 8), os intelectuais brasileiros tiveram grande parcela de responsabilidade na “adoção dessa fantasia francocêntrica”. Estes intelectuais se uniam à elite política e econômica e, em troca de financiamento para suas carreiras, apoiavam a ideia de superioridade europeia em relação a cultura nacional.

O período pós-machadiano era de grandes incertezas literárias, o modelo a ser seguido havia falecido a pouco. Dessa forma:

Diante da frustração política e social anunciada naquele cenário, onde buscar um modelo? A França já seduzia a elite nacional desde pelo menos 1822, como exemplo cultural, arquitetônico e político. O desencanto com a realidade convertia-se em nova utopia: a implantação do refinado paradigma francês nos trópicos. Iniciava-se, a partir daí, a importação de tudo o que se pudesse configurar como a transposição dos valores considerados superiores aos nacionais: da literatura à roupa, do ideário político a um jardim público. (LIMA, 2001, p. 7).

Esta configuração sócio-histórica, segundo Lima, acarreta o seguinte problema: “Aos intelectuais brasileiros coube uma parcela de responsabilidade na adoção dessa fantasia ‘francocêntrica’. O desejo da sofisticação e da modernidade levava esses artistas, especialmente os literatos a se aliarem ao sistema, pois nele obteriam as condições para a realização desse sonho”. (LIMA, 2001, p. 8).

Por isso, “a obra barretiana foi relegada pela crítica oficial e taxada de memorialística e autobiográfica, características que a conceituavam como literatura menor” (FREIRE, 2005, p. 58), pois ela não se enquadrava na solução pretendida pelos intelectuais e escritores de sua época.

Para Lima Barreto, havia dois mundos: o verdadeiro, em que a população lutava para sobreviver, e o quimérico, em que os escritores falavam de coisas distantes e irreais:

A consciência de que o país vivia em dois planos, um quimérico, da retórica utópica, e outro real, de uma sociedade em crise, fomentou um dos mais férteis motivos literários na produção de Lima Barreto: a inadequação, vista como consequência imediata do antagonismo entre o ideal e o real, e que encontra sua melhor tradução na ironia. Na galeria de seus personagens, encontramos uma série de “inadequados”: Policarpo Quaresma, pseudo-major perseguindo as origens da Pátria; Gonzaga de Sá, funcionário público que se debate entre pequenos burocratas; Clara dos Anjos, mulata suburbana destituída da consciência de que habitava um mundo dominado por homens e brancos. (Lima, 2001, p. 14).

Segundo Lima (2001, p. 11), “a escrita de Lima Barreto, sem dúvida, expressa os impasses sociais de seu momento histórico”. Entre esses impasses estão as questões ligadas à identidade, foco que será trabalhado nesta dissertação: como as questões de identidade são postas em sua obra e como elas ajudam a caracterizar seu estilo possibilitando o desenvolvimento de uma estética propriamente barretiana.

Conforme afirma Rago (2012, p. 14), a nação tinha um desejo de identidade, não aquilo que se quer naturalmente, como um impulso ou uma necessidade instintiva e inesperada, mas “trata-se do governo das condutas e das almas, [...] em outras palavras, trata-se dos meios e dispositivos pelos quais se ensina o que cada um deve querer, gostar, valorizar, desejar, amar e pensar”.

O governo tinha como objetivo, apoiado pelas classes dominantes, “interferir tanto na organização das relações sociais e na condução da vida pública como na intimidade das relações afetivas e amorosas, com o objetivo de produzir a nação brasileira, essa unidade imaginária e totalitária”. (RAGO, 2012, p. 14). Conforme Miskolci:

Se, durante o fim do Imperio bastava a adesão ao abolicionismo e/ ou à luta pela republica para ser reconhecido como um nacionalista, tudo se transforma depois da abolição e da proclamação da republica. No novo regime, emerge uma disputa permanente sobre quais os verdadeiros nacionalistas, luta estreitamente vinculada a concepções divergentes do que era o Brasil e qual deveria ser seu futuro. Em síntese, um debate entre os homens de elite – sobretudo políticos e intelectuais – sobre quem podia fazer parte da comunidade imaginada da nação. (MISKOLCI, 2012, p. 73).

O escritor carioca viveu em uma época cuja literatura nacional estava ainda em busca de sua identidade; de acordo com Corrêa (2012, p. 19) “havia vários desejos em competição, alguns mais, outros menos dominantes”. Nesta busca acabaram-se cristalizando determinadas características estéticas que poderiam representar a literatura nacional e os anseios da sociedade. Segundo Silva (2011, p. 111), havia uma “estética literária academicista” nascida junto à Academia Brasileira de Letras em 1897, que causou uma “[...] tentativa não declarada de homogeneização estética a partir de um paradigma academicista [...]” (2011, p. 113). Esta estética academicista, fruto das tentativas anteriores de forjar uma literatura brasileira, criou uma padronização do que seria considerado uma boa literatura ou uma literatura de estética correta, cristalizando e impossibilitando novas experiências literárias, conforme explicita Needell:

O prazer na descrição sensual de objetos materiais caros, a ênfase no autor e no indivíduo, a paixão pelas experiências vicárias em cenários decadentes, o sobrenatural, a riqueza e o exótico, o uso da ironia e de um tom mundano de desilusão - tudo isso reflete o gosto da boêmia dourada e de seus leitores, mostrando o mundo como eles queriam e como eles desfrutavam [...]: superficialidade e ênfase na vivência e no materialismo caro e voltado para o status. (1993, p. 268 – 269).

Esta padronização seria questionada pela Semana da Arte Moderna de 1922, coincidentemente o ano da morte do escritor carioca.

O modelo ou padrão artístico excluía as tentativas de Lima Barreto em criar uma literatura que pudesse ser considerada essencialmente brasileira (uma estética barretiana), pois suas tentativas divergiam do modelo estabelecido. O campo da identidade foi onde a escrita de Lima Barreto sofreu maiores críticas uma vez que sua obra não convergia para o modelo ou padrão estético que se esperava de um escritor. Sua escrita não representava o pensamento da nação, o futuro grandioso e europeu que se pretendia para o Brasil. De acordo com Lima:

No conjunto da produção de Lima Barreto, tais circunstâncias recebem dimensões amplas e um tanto quanto disformes, tornando incômoda sua presença no cenário das letras. A tensão social, revelada em sua escritura, seguia em descompasso com os projetos utópicos de uma certa intelectualidade, daí, quem sabe, o motivo pelo qual deparamos com recepções críticas controversas, ora desqualificando, ora exaltando sua obra. (2001, p. 2 – 3).

Para o escritor carioca a importância da arte enveredava por caminhos diferentes do que seus pares pensavam para o destino da literatura. Esta luta por uma nova identidade nacional manifestou-se na literatura na intenção de buscar novos paradigmas, novos conceitos, uma nova estética que melhor representasse o país e o separasse de suas influências europeias. Antes era preciso desconstruir o que havia para criar uma nova estrutura narrativa sobre o Brasil. É observando o indivíduo que Lima Barreto desconstrói a identidade nacional, deixando expostas e visíveis as contradições entre o discurso para o coletivo e a prática individual. Nesse cenário, o escritor carioca desenvolveu a crítica à República por meio de metáforas referentes à cidade e à carnavalização das instituições mais caras à república como forma de ridicularizá-las, desconstruindo a narrativa que havia sido criada antes.

Segundo Coutinho:

Alguns escritores engajados e desejosos por novas formas de representação literária passaram a reproduzir formas de expressão e elementos culturais, a fim de incentivar a identidade nacional. No entanto, a respeito disso, o

historiador Thomas Bonnici, em *O Pós-Colonialismo e a Literatura: Estratégias e Leitura* (2000), enfatiza que a descolonização cultural e a busca pela identidade dos povos colonizados constituem-se processos lentos, mediante a dialética do sujeito e do outro, em que o oprimido é dominado pela superioridade moral do dominador, não sendo fácil libertar-se das estratégias de dominação. Não obstante a isso, a pressão exercida pelos saudosistas, presos econômica e mentalmente a Portugal, prolongou por mais um tempo a libertação da dominação lusófona sobre o povo brasileiro, mas não impediu reações que se consolidaram com mais intensidade após os primeiros anos do século XX. (COUTINHO, 1986, p. 10).

Para Scheffel (2012, p. 26): “A nação se construía por meio de invenções e a escrita cumpria importante papel na construção destes imaginários nacionais”. Lima Barreto questiona a cultura, contesta a tradição e quer novas formas de pensar contemporaneamente a literatura.

A quebra da tradição é uma de suas principais características, ser *avant-garde* era uma necessidade para quem pretendia contribuir na construção de um novo caminho para a literatura nacional pós-machadiana.

A palavra “representar” já remete ao impasse social da época: as questões referentes à identidade, não apenas no campo da literatura e das artes, mas entre a população mais privilegiada estavam em alta. Quem somos? Como somos vistos pelo estrangeiro? Quem gostaríamos de ser? Lima Barreto trabalha a categoria “identidade” de forma sistemática em suas obras: a identidade enquanto representação, tentando uma contraposição à identidade oficial colocada. É preciso lembrar que as identidades mudam, não são inflexíveis ou imutáveis.

Alguns contemporâneos de Lima Barreto – dentre eles escritores, críticos, editores, políticos – o acusavam de ser escritor militante e panfletário ou de não utilizar a língua considerada culta, não reconhecendo, por isso, qualquer valor estético em seus livros, conforme testifica Rossoni:

O outro motivo envolvendo a figura do escritor diz respeito à crítica quanto ao estilo. Melhor dizendo, à qualidade de utilização da língua na construção da literatura que praticava. Não se há de esquecer que, no período – como ressalta Cavalcante Proença – dominava o império da “efervescência gramatical em que a linguagem se espartilhava nos moldes da lógica formal, sem variantes de expressão, tudo se bifurcando no certo e no errado”. Lima Barreto, fora severamente criticado pelo uso “inadequado” do verbo, segundo os preceitos puristas e “magníficos” do pensamento e do estilo parnasianos. (ROSSONI, 2005, p. 14).

Lima (2001, p. 3), que diz haver um “desleixo” e uma “[...] provável falta de domínio da forma estética [...]” que “[...] interferiram na concepção das obras [...]” de Lima Barreto, “[...] o que resultou ao longo do tempo na desqualificação desses textos [...]”, em seguida pergunta: “Existiria uma fatura estética nessas produções?”.

Scheffel (2012, p. 20) vai dizer que “[...] esses entrecruzamentos entre os gêneros textuais faziam parte de um projeto estético do autor e não de um desconhecimento da especificidade do gênero romanesco”.

A respeito de sua escrita, Vasconcellos (2001, p. 12) afirma:

A obra de Lima Barreto [...] é alvo hoje da atenção da crítica, que a estuda mais pelo seu conteúdo corrosivo do que pela força de sua linguagem que, sem invenções, sem experimentalismos verbais e sintáticos e sem fortes imagens literárias, se impõe a atrair o leitor mediano [...]

Para Vasconcellos a “linguagem” que Lima Barreto utiliza não tem “força”, e sua importância estaria em seu “conteúdo corrosivo”. Vemos a afirmação de que a valorização do escritor carioca ocorre pela sua capacidade de crítica social, e incapacidade literária, colaborando com a noção da falta de uma estética literária barretiana que trabalhe com o texto e com a linguagem.

Freire (2005, p. 56), diz que a crítica do final do século XIX apontou uma “incapacidade literária” do escritor carioca como fator principal para a “não aceitação” e falta de reconhecimento do escritor.

Segundo Albuquerque (2001, p. 29) o livro Recordações do escrivão Isaias Caminha foi uma decepção porque foi produto de denúncias e rixas pessoais, com descrições pormenorizadas de pessoas conhecidas, realizada de forma deprimente, “é menos um romance que panfleto. E o resultado é que assim fica sendo um mau romance e um mau panfleto”.

Albuquerque critica o escritor carioca porque este utilizaria de situações reais para compor sua obra, realizando ataques pessoais a quem lhe desagradava, criando personagens facilmente identificáveis da vida cotidiana.

E completa “é um mau panfleto, porque não tem a coragem do ataque direto, com os nomes claramente postos e vai até a insinuações a pessoas que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar”. (2001, p. 29).

Conforme Rossoni:

É preciso “refletir sobre o depoimento de Sérgio Buarque de Holanda em relação ao uso da linguagem por Lima Barreto. Diz o ensaísta: ‘[...] embora muito mais consciente e governada do que pareça, e mais condicionada por influências estranhas, resultado de leituras numerosas, essa arte não denuncia a menor preocupação com as técnicas que servissem para enriquecê-la ou renová-la. Lima Barreto limita-se quase sem exceção, a por em prática, fiado no talento que Deus lhe deu e que os desenganos da vida apuraram, as tradicionais convenções da novela realista: criar caracteres individuais convincentes e reproduzir com plausível fidelidade as circunstâncias em que se movem esses caracteres”’. (ROSSONI, 2005, p. 17).

Para Barbosa (1975, p. 177) o maior defeito de Isaias Caminha seria “a sua nota pessoal, que o reduz a quase um álbum de fotografias [...] uma verdadeira crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más, de surpresas, de ódios”.

José Veríssimo também aponta o personalismo como “grave defeito” do livro Isaias Caminha, “o seu excessivo personalismo” (Idem, p. 179) com “imperfeições de composição, de linguagem, de estilo”.

Estas não são as únicas críticas voltadas para Lima Barreto, porém não é o intuito deste trabalho catalogá-las ou fazer levantamento, visto que Freire (2005) cumpre bem este papel em sua obra, principalmente no capítulo II “Encontros e desencontros”. O intuito é apenas demonstrar que existem e estão ligadas a duas questões básicas do período: a estética literária representante da identidade cultural e social do Brasil e a pretensa militância engajada e panfletária presente na obra.

Sem remoer as questões políticas, sociais e econômicas envolvidas no caso, trazer o conceito barretiano de arte e literatura é ponto inicial para buscar no seio de suas obras sua estética e os recursos literários utilizados pelo escritor, demonstrando sua capacidade literária, sua construção conotativa, seu trabalho com as palavras e o “caráter conotativo da linguagem literária” (D’ONOFRIO, 1995, p. 14) presente em sua obra.

Iremos iniciar essa tarefa citando Rossoni:

Os maiores críticos de então – tomados pelo ranço da ordem vigente – não foram capazes de entrever o futuro despontando. Ou melhor, provavelmente, não admitiriam disso se aperceberem. Assim – para o senso da inteligência no período – aquela escrita estranha, deficitária, incipiente não poderia merecer crédito maior: “[...] tem muitas imperfeições de composição, de imagem, de estilo”, registrara a voz de um José Veríssimo. Sobre o romance de estreia, mencionara Medeiros e Albuquerque: “Mau romance, [...] porque é da arte inferior dos *romans à clef*. Mau panfleto, porque não tem a coragem do ataque direto, com os nomes claramente postos e vai até insinuações a pessoas, que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar”. (ROSSONI, 2005, p. 15).

Para Lima Barreto “o inimigo do escritor no momento da criação é a estética conservadora vigente no Brasil de seu tempo” (OAKLEY, 2011, p. 59), não a estética em si, mas justamente aquela que não abre espaço ao novo, a novas formas e à inovação. “[...] a vocação literária de Lima Barreto estava intimamente relacionada com seu intuito de combater a estética do sistema literário vigente e todas as formas de poder que as sustinham – acima de tudo a imprensa”, segundo Oakley. (2011, p. 59).

Suas próprias ideias eram um problema para si, pois,

por um lado, hostil às noções pré-concebidas de como escrever romances, mas por outro lado, atormentado pelo medo de que seu romance não fosse artístico, Lima Barreto preso assim numa contradição, permitiu que o romance, nas palavras de Pierre Macherey, encontrasse a forma e a voz que lhe convinham. (OAKLEY, 2011, p. 60).

Seguindo esta linha de pensamento temos a questão do embate de padrões estéticos que buscava definir como deveria ser a estética dominante e oficial do período.

Antônio Candido (1987, p. 41) afirma que sua escrita surgiu de um “emprenho pessoal” profundo, sendo esta sua forma de participação social, militante e incontente, “opondo-se aos padrões estéticos dominantes, que, na medida em que eram oficializados, se situavam do lado dos que mandam”.

Outro traço básico da sua escrita é, com efeito, o desejo de oposição contra as categorias comprometidas do seu tempo — o “bonito”, o “elegante”, o “profundo” —, que rejeitava de cambulhada com o bem-feito e o bem-acabado, como quem nega a face da iniquidade na literatura e por isso quer mostrar o real desmascarado.

Segundo Jacobson e Eikhenbaum (1971, p. 8) “o objeto da ciência literatura não é a literatura, mas a literariedade (*literaturnost*), ou seja, o que faz de uma obra dada uma obra literária”. Dessa forma é importante buscar na escrita de Lima Barreto essas características que fazem dele um escritor e de sua obra uma literatura.

Se é um “traço básico de sua escrita” a oposição às categorias estéticas de seu tempo, então podemos dizer que ela segue realmente um novo modelo estético que ele próprio estabeleceu para superar padrões literários da época, que Freire (2005, p. 95) considera como decadente: “[Lima Barreto] Escreve em um período de transição, momento em que o parnasianismo e o simbolismo entram em decadência e despontam várias correntes literárias, advindas da efervescência do período”, sendo que, na “obra barretiana, percebe-se um forte

contraste e até mesmo uma ruptura em relação aos ‘códigos parnasiano e simbolista [...]’ e que “[...] a maioria das reivindicações do escritor fará parte das reivindicações da Semana de Arte Moderna e do Modernismo”. (FREIRE, 2005, p. 96).

Sobre tais reivindicações, Bosi (1970, p. 307) diz que “[...] considera na sua totalidade, enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de todo academicismo e ruptura com a República Velha, [...] como o fará ainda mais exemplarmente a literatura dos anos de 30”.

A “crítica ao Brasil arcaico” é um dos aspectos presentes nas obras literárias do escritor carioca, buscando uma nova estética que possa ser considerada legitimamente brasileira e livre de padrões, se aproximando dos ideais modernistas. Seu estilo pode ter sido confundido com panfletagem e militância, mas o que havia era a busca por uma identidade.

Lima Barreto, para conseguir implementar sua estética, inovou na criação literária explorando o ponto de vista de personagens antes concebidos apenas como figurantes. Trazer elementos comuns e banais da vida foi uma inovação estética do escritor carioca, não necessariamente fruto de incapacidade imaginativa e anti-ficcional.

Ele não queria “subterfúgios, quer seja com a linguagem rebuscada ou quanto a posição social. Trouxe para a obra: pessoas, fatos e acontecimentos, que antes eram dignos de uma nota apenas nas páginas policiais, podendo resumir em uma única palavra: o subúrbio”. (FREIRE, 2005, p. 99). A aposta do escritor carioca em utilizar a visão dos excluídos foi interpretada como uma opção para a literatura de protesto, quando na realidade era um procedimento estético-literária.

Conforme diz Yatsu (2010, p. 23):

Usar o marginalizado é uma técnica, não uma reprodução mimética de uma realidade extratextual. Dessa forma, podemos encontrar a visão do “ex-cêntrico” em romances que não sejam de pós- colonizados, como em *Noites no circo*, em que a casa de Madame Schreck é um exemplo de um lugar repleto de marginalizados e de elementos carnavalescos.

Os textos de Lima Barreto, segundo Scheffel, “[...] produzidos ao longo de quase duas décadas, propiciavam uma visão privilegiada dos desdobramentos da inserção problemática do Brasil no mundo da técnica e do capital por um ponto de vista periférico, eclético e crítico” (SCHEFFEL, 2012, p. 17), ou seja, pela visão do outro, e não a do poder. Eis sua contribuição as questões de identidade brasileiras. Este era seu projeto estético a respeito da literatura.

Esta mudança de ponto de vista na construção literária por si só já trouxe um desconforto em seus pares já que

Todos os que procuram reconstruir a história do ponto de vista dos trabalhadores, dos excluídos, conhecer suas trajetórias, suas vicissitudes, sua cultura e suas práticas cotidianas sabem que estão desafiando algumas regras. Na verdade, este tipo de pesquisa procura desvendar a história dos homens simples, que foram proibidos de fazer e escrever sua própria história. (SPOSITO, 1993, p. 27).

Fica claro que este novo ponto de vista cria um dualismo barretiano, que está no conflito “estética X ideologia” entre “centro X periferia”, e o desejo da nação de ser cosmopolita com as “transformações urbanísticas”. (SCHEFFEL, 2012, p. 18).

Uma das hipóteses para a não aceitação das pessoas comuns e reais como tema literário seria a visão elitista de que “o passado, com sua gente preguiçosa, indolente e degenerada, deve ser superado na Modernidade que se inaugura a partir da introdução de hábitos higiênicos e de valores supostamente universais, vindos dos países mais civilizados [...]”. (RAGO, 2012, p. 14).

A opção do escritor carioca em explorar as questões de identidade como tema ocorre nesse cenário, em um país cujo “imaginário é marcado pela intolerância ao outro e ao diferente”, confinando “as mulheres no privado” e descartando “os desviantes como anormais”. (RAGO, 2012, p. 14-15).

Ao dar voz para o homem comum e seu relacionamento com a elite política e econômica, Lima demonstra o isolamento em que estas pessoas vivem: há uma incomunicabilidade gerada pela “indiferença ou hostilidade da sociedade para com eles”. (OAKLEY, 2011, p. 87):

Osman Lins argumenta de maneira convincente que Lima Barreto inaugurou na prosa de ficção brasileira o tema da incomunicabilidade, ao retratar a sociedade brasileira como vítima de “um ácido desagregador”. O estudo de Lins é uma análise sutil da função do espaço nos romances de Lima Barreto. (OAKLEY, 2011, p. 87).

O espaço, nas obras do escritor carioca, é desagregador, demonstrando haver uma barreira invisível entre os personagens criando esta incomunicabilidade, onde “os personagens insulares não se entrelaçam”, excluindo, segundo Oakley (2011, p. 87) a possibilidade do entendimento entre as partes, a discordância é uma constante, porque há um abismo de interesses que não permitem o diálogo.

Porém a obra de Lima não se limita a narrar a banalidade da vida, vai além, é onde entra a sua ficção, com a qual mistura e fica no limiar entre a representação direta da realidade e o inventado.

Conforme explica Romeiro (2009, p. 15):

A construção do gênero romanesco necessita de uma articulação minuciosa quanto à escolha dos recursos estéticos, ou seja, os caminhos utilizados para a organização da narrativa devem ser rigorosamente calculados, não mais para imitar fielmente uma realidade, mas para desfigurá-la e representá-la evidenciando os fios narrativos.

Lima Barreto desfigura a realidade que mostra utilizando as questões de identidade; ele não utiliza a realidade de maneira denunciativa, mas demonstra como os personagens enxergam-se. Faz isso atribuindo características, descobrindo características.

Para determinar identidades para si e para os outros é necessário ter o que Silva designa de “o poder de definir”: “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença [dar identidade] não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”. (2000, p. 81).

A novidade de Lima Barreto era estranha e causava a não aceitação da crítica:

Portanto, a intervenção que Lima Barreto concede à literatura tupiniquim não se restringe à voz em contra-ataque, pura e simplesmente. Talvez, em princípio, tenha sido o motivo de ação. Com ele o incremento de um trabalho consciencioso sobre a língua, transpondo-a em uma linguagem acessível. Para isso a desveste da moldura aristocrática tomada de empréstimo da cultura europeia – cultivada pelo modelo parnasiano – e joga-a, deliberadamente, na lama da irreverência, do tédio e na amargura da dor amordaçada. (ROSSONI, 2005, p. 15).

O escritor carioca apresenta uma nova proposta de escrita; ela própria é a negação do parnasianismo decadente e inflexível. Seu ataque é contra um conceito de estética cristalizada e imóvel, sua linguagem quer transitar por novos caminhos e o desapego ao vernáculo “adequado” é uma nova experiência, pois permite dar voz aos desprovidos optando por uma língua completamente “coerente e concernente ao fim a que se destina: pousa-a em solo de ruas e vielas dos subúrbios cariocas, dando ao conhecimento do Brasil, um Brasil abafado pelo jugo do interesse e do poder”. (ROSSONI, 2005, p. 15).

Segundo Pacheco (2013, p. 21) o escritor carioca “possuía um impulso inovador, um estilo anti-retórico de escrever [...]”: um estilo retórico era o que se esperava de um escritor em sua época. Sua não adaptação ao estilo padrão da época fez com que o escritor saísse “à

procura de soluções originais e a tornar mais versáteis os recursos literários, aptos para assimilar à experiência artística os múltiplos planos da realidade, densos e complexos com que se dispunha a trabalhar”.

Esta é a nova experiência literária barretiana: um rearranjo da forma de se comunicar textualmente, não a crítica pela crítica, nem o desleixo pelo desleixo, mas a despreocupação formal no intuito de ampliar as possibilidades de comunicação.

[...] o trabalho com a linguagem praticado pelo narrador barretiano, por mais que se mantenha nas lides oriundas dos procedimentos realistas – como observara Buarque de Holanda – constrói-se a partir do domínio e de uma consciência estilística iniciadora, ou seja, em que se afasta daquela referência de época e exerce diverso artifício de manipulação da língua – aquele ‘modo desleixado’ de tecer o discurso literário; retratar pela dinâmica do inusual a dinâmica do corriqueiro; superar a qualidade estática da norma de construção viciada e incólume do período – para construir e antecipar e iconizar e materializar-se na primeira voz inaugural a libertar a linguagem das lides afrancesadas do ‘terceiro império’ imprimindo-lhe caldo de nacionalidade impingindo-lhe alma e pulsação cotidianas porque tanto vieram a lutar aqueles doidos-meninos de 22. Nesse sentido, superação e inovação adquirem maior relevância do que observações pautadas por qualidades estáticas, como as apresentadas pelo crítico. (ROSSONI, 2005, p. 18)

É essa língua dinâmica e moderna que busca Lima Barreto; a superação dos dogmas estabelecidos é sempre o que buscam revolucionariamente as vanguardas. Por isso apresenta-se o escritor carioca como aquele que busca o novo e que olha o futuro,

[...] nesse sentido, o que se busca ressaltar é o que acreditamos ser o mais profícuo grito de liberdade que eclodiu no período: o grito de liberdade pela linguagem – inovador e revolucionário – pois pela primeira vez, rompeu-se definitivamente com o exercício vigente, sustentando uma postura escritural segura e inquisitiva em relação à estética aceita e imposta pela sociedade burguesa/artística do período. (FREIRE, 2005, p. 21).

Como veremos, não se pode afirmar que sua literatura não tinha forma, mas para o escritor carioca o conteúdo era essencial, pois estava em jogo “o destino humano neste mundo” que deveria estar presente nas obras literárias (OAKLEY, 2011, p. 4), ou seja, sua “beleza estética depende da substância da obra, que é o pensamento que o artista investe nela”. (OAKLEY, 2011, p. 4). Devemos partir do princípio de que “o sentimento barretiano aqui é um desejo ardente de comunicar uma ideia, ou ideias, à humanidade e pela humanidade” (OAKLEY, 2011, p. 5); assim o escritor pretende construir uma nova

linguagem, uma nova forma de comunicar-se dentro da literatura, uma nova identidade para a escrita.

Suas primeiras obras trazem questões com tons sociais mais acentuados como a discriminação étnica por exemplo. Com o passar do tempo, estas questões são colocadas “de um modo bem mais discreto” já que ele passa a observar “a convivência de gente de todas as cores unidas pela miséria nivelante”: *Clara dos Anjos*, por exemplo, “é a história de várias tragédias que assolam homens e mulheres desgraçados” onde “o fracasso desempenha um papel fundamental”. (OAKLEY, 2011, p. 12). É o período em que sua resignação fica visível e impregna suas obras vindouras, mostrando um Lima mais introspectivo, como, por exemplo, em *Cemitério dos Vivos*.

Lima Barreto morreu prematuramente em 1922 aos quarenta e um anos de idade, não tendo oportunidade de aprofundar, refletir e refinar sua arte. Se atentarmos para seu último romance - *Cemitério dos vivos* -, notamos mudanças na sua narrativa, que se afasta das questões sociais e vai para o existencialismo, com narrativas interiorizadas, nas quais a resignação e não a revolta é que dão o tom. Certamente esta seria uma tendência em sua escrita, se assim tivesse tido oportunidade.

Tanto em *Cemitério dos Vivos* quanto em *Numa e a Ninfa*, temos o espaço dos vencidos (OAKLEY, 2011, p. 14), o espaço que é tão importante para compor sua obra. Nesse espaço os vencidos são apanhados por diversas armadilhas, seja a da pobreza, conforme Oakley afirma (2011, p. 14), seja o dos jogos de interesse, da dependência e da política do favor presentes em *Numa e a Ninfa*.

Apesar de aceitar que as questões políticas e socioeconômicas interferiram e muito nas questões literárias, é necessário concentrar-se ao máximo naquelas relacionadas ao seu estilo e estética, pois são elas que revelarão os recursos literários presentes na obra do escritor carioca.

É neste cenário colocado que trago as chamadas “questões de identidade” (SILVA, 2000) presentes na escrita de Lima Barreto, a partir do olhar de um de seus personagens, o Dr. Bogóloff, na novela *Numa e a Ninfa* e no conto “As aventuras do Dr. Bogóloff”, questões estas que caracterizam parte da estética barretiana. Talvez nenhum texto do escritor carioca trate tanto da identidade nacional quanto *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mas é em *Numa e a Ninfa* que encontramos a relação conflituosa de dependência e isolamento (incomunicabilidade) entre os personagens em determinado espaço, gerando um grande

potencial para atribuições de identidade e a assunção, ou não, do papel social esperado pelo outro.

A questão da identidade, em Lima Barreto, vem mostrar uma perspectiva diferente, construindo um espaço de reflexão, nem militante nem panfletária, sobre a identidade brasileira, mas sendo parte da construção de uma estética barretiana. Identidade que atinge a todos e percorre várias direções, seja em relação ao olhar sobre si, sobre a alteridade ou sobre a chamada identidade nacional enquanto projeto de um desejo de nação criado pelas elites econômicas e políticas que governam o país.

Reflexão nem militante nem panfletária. É antes de tudo estética, marcando seu estilo por meio do reconhecimento e da exploração, do tema da identidade e seus desdobramentos, da busca por um novo estilo que marque a literatura brasileira (agora buscando múltiplos pontos de vista para transparecer a identidade, principalmente da periferia), rejeitando de maneira vanguardista os conceitos estabelecidos de maneira quase oficial a respeito da estética artística, principalmente a literária, que vigorava no país.

Esse jogo de identificações proposto por Lima segue uma dupla função: dentro da obra é um olhar isento de um estrangeiro, olhar de estranhamento, conforme propõe Chklovsky (1971): a segunda função situa-se fora da obra onde o leitor deve perceber que nossa identificação está ligada ao grotesco e ao absurdo do comportamento clientelista, surgindo daí uma visão satírica indireta que, num primeiro momento, não é apontada mas, percebida pelo leitor através do Dr. Bogóloff, o qual, com seu olhar isento de estrangeiro, marca nossos costumes e características comportamentais, nossa identidade, ou seja, o olhar que aponta e acusa é o olhar do leitor (este não tem o olhar “ingênuo” do estrangeiro Bogóloff).

Quem enxerga a sátira é o leitor já acostumado com aquelas situações; por este ponto de vista específico Bogóloff não faz sátira, apenas descreve o ambiente estranho, amoral e absurdo que o circunda. Quando aqui se afirma sobre “olhar isento de estrangeiro” não se pretende determinar Dr. Bogóloff como alguém absolutamente sem relações de interesses pessoais no novo país adotado, e sim que, sua posição de estrangeiro, além de ser um excelente álibi para seu criador Lima Barreto (não era a opinião de um brasileiro panfletário), dava ao russo o privilégio da percepção de alguém que está fora daquela cultura.

Em relação à ideia de pátria, uma de suas críticas mais severas refere-se à ideia de que esta - segundo Cury (1981, p. 174) - é “de nacionalismo exagerado que serve para camuflar a exploração burguesa”, preparando os explorados para o necessário sacrifício em prol da

burguesia. Ainda sobre esta questão, o personagem Dr. Bogóloff tinha certa ideia que foi explorada em *Numa e a Ninfa*:

[...] mas a Pátria, esse monstro que tudo devora, continuava vitoriosa nas ideias dos homens, levando-os à morte, à degradação, à miséria, para que, sobre a desgraça de milhões, um milhar vivesse regaladamente, fortemente ligados num sindicato macabro. (BARRETO, 1989, p. 79).

Nesse contexto podemos começar a entender a importância do referido personagem para o romance de Lima e construir uma visão diferente sobre o escritor. Em *Numa e a Ninfa* algumas críticas ao país são realizadas por este personagem estrangeiro, que empresta uma perspectiva particular sobre as mazelas da nação.

É desta perspectiva que podemos visualizar uma estética barretiana: a criação de um personagem estrangeiro como forma de evitar que o leitor o julgue panfletário. Dessa forma as críticas ali feitas não são do Lima Barreto escritor, mas do estrangeiro longínquo que empresta seu olhar para contar ao leitor suas impressões a respeito de uma cultura nova e diversa.

Buscando uma vida melhor na América do Sul, o Dr. Bogóloff vai ao Rio de Janeiro, onde não consegue arrumar trabalho devido ao “espetáculo da comédia que é a administração do Brasil”. O personagem se vê obrigado a “viver de modo menos afanoso e com emprego de menos esforço”. (BARRETO, 1956, p. 209).

Na juventude, o estrangeiro russo se qualificava como “inepto e inapto” (BARRETO, 1956, p. 199), pois dependia de seu pai, dono de livraria, apesar de ser diplomado pela Faculdade de Línguas Orientais. Negava-se a trabalhar em outras áreas que considerava menos dignas, por isso vivia desempregado. Sua sorte mudou quando um amigo lhe deu a ideia de ir ao Brasil. Neste sentido Bogóloff esclarece: “Não sabia onde ficava tal país; sabia-o vagamente na América, mas na minha imaginação geográfica, o colocava no lugar do México e este no lugar dele”. (Idem, p. 203).

É possível imaginar que o uso de um personagem estrangeiro, recém-chegado, possa servir para dar mais credibilidade a uma narrativa, principalmente se esta for composta de críticas e observações de costumes e de uma visão a respeito das características identitárias da nação que destoam da visão oficial e dos desejos da nação.

Essas críticas são, supostamente, feitas de forma desinteressada, devido ao distanciamento de quem está vendo uma realidade pela primeira vez, sem rancores nem experiências pessoais ruins. O desconhecimento do estrangeiro como um procedimento

estético pode ser utilizado para tentar uma desvinculação de ideias críticas, de possíveis razões pessoais. Seria a perspectiva de alguém que vê pela primeira vez os costumes e problemas de uma nova cultura, como integrantes e formadores de uma identidade nacional.

Dr. Bogóloff vai utilizar a carnavalização, metáforas e ironias para descrever tudo que vê no país. Neste processo tanto atribui identidades, quanto as recebe dos superiores, já que, conforme trecho já citado de Silva (2000), atribuir identidades é uma questão de poder e nunca é inocente. Aliás, se o escritor é satírico então não há militância nem panfletarismo. Não se pode ser satírico e militante ao mesmo tempo. O militante é sério por definição. Conforme Lima escreve:

As formas literárias de expressão, no momento da produção de Lima Barreto, inegavelmente, não conseguiam dar conta do panorama de instabilidade social, opressão política e utopias desfeitas. Daí configurar-se um ambiente apropriado para fazer emergir a figura do satirista, especialmente porque a matéria-prima básica do gênero satírico é o contraste, a dissonância. (LIMA, 2001, p. 1).

Bogóloff, segundo Oakley (2011, p. 85) é o que Victor Brombert chama de “Herói Intelectual”, ou seja, aquele que é “frequentemente inadaptado e às voltas com a sociedade circundante, sente a premente necessidade de agir, enquanto simultaneamente receia que agir seja um gesto fútil”. Lima Barreto tem outros heróis intelectuais, por exemplo, o próprio Policarpo Quaresma ou o Vicente de *Cemitério dos Vivos*. Eles ficam mais evidentes e abundantes na fase de resignação do escritor.

## **CRITICAS DE ANTONIO CANDIDO**

É interessante observar como o próprio Antônio Candido (CANDIDO, 1976) enxerga a época barretiana em relação à literatura: afirma que o período literário brasileiro entre 1900 a 1922, caracteriza-se como *literatura de permanência*, pois é conservadora na sua maneira de entender a arte literária e suas características, com uma estética padronizada, imutável e cristalizada.

Candido (Idem, p. 40) afirma que Lima “[...] é um narrador menos bem realizado, sacudido entre altos e baixos, frequentemente incapaz de transformar o sentimento e a ideia em algo propriamente criativo”.

Afirmiação contrariada por alguns autores como Silva (2011, p. 26) vê na construção dos seus personagens exemplos de escrita criativa e dá como exemplo Policarpo Quaresma

“homem simples que, ao longo da narrativa, sofre modificações várias”, e cujo “eu lhe confere uma complexidade psicológica só encontrada nas personagens de Machado de Assis”. A construção da personagem seguiria algumas “fases”: 1) “a patriótica”, 2) “a idealista” e 3) “a visionária”, porém com cada fase “trazendo fortes características das fases anteriores” (Idem).

Vemos pela observação de Silva que havia uma preocupação de Lima pela personalidade de seus personagens, não estando sua obra preocupada apenas com a combatividade ou com a *littérature engagée* como pressuposto estético.

Candido (1987, p. 39) afirma:

Esta concepção empenhada, quem sabe devida às circunstâncias da sua vida, nos leva a perguntar de que maneira as suas convicções e sentimentos se projetam na visão do homem e da sociedade, e em que medida afetam o teor da sua realização como escritor. Porque, se de um lado favoreceu nele a expressão escrita da personalidade, de outro pode ter contribuído para atrapalhar a realização plena do ficcionista.

A dúvida de Cândido (que na verdade é uma afirmação) parte do princípio de que o sofrimento e as angústias pessoais de Lima moldam sua escrita, e atrapalham sua realização ficcional. Este deveria manter um distanciamento entre sua vida e a obra.

Sobre esse distanciamento Blanchot (1987, p. 11) afirma:

Aquele que escreve a obra é apartado, aquele que a escreve é dispensado. Aquele que é dispensado, por outro lado, ignora-o. Essa ignorância preserva-o, diverte-o, na medida em que o autoriza a perseverar. O escritor nunca sabe que a obra está realizada. O que ele terminou num livro, recomeçá-lo-á ou destruí-lo-á num outro.

Pouco importa quem escreve a obra, uma vez que ela ganha vida e sai ao mundo. Também nada importa se foi baseada na vida do escritor, ela se descola de quem a escreveu. Quem escreve “é apartado”, e isso cria a necessidade de escrever mais.

Porém o que está escrito já não pertence ao escritor, pertence ao mundo e cada um irá interpretar sua obra da maneira como achar conveniente, a partir de suas experiências de vida e cultura. As obras literárias de Lima Barreto falam por si.

Para Blanchot (Idem, p. 14), quando o escritor para de escrever não significa que terminou o livro, ele irá sempre recomeça-lo ou negá-lo em outro livro. Mas “o escritor não pode permanecer junto da obra: só pode escrevê-la, pode, quando ela está escrita, somente discernir nela o acercamento do abrupto *noli me leggere* que a distancia de si mesmo [...]”. O livro escrito não pertence mais a quem escreveu.

Lima Barreto não é mais dono daquela escrita, ela pertence a quem a lê e dá sua nova versão, como se fosse uma nova reescrita. A partir daí podemos realmente afirmar que a vida do escritor não interfere naquilo que realmente importa na obra: a reescrita do leitor a partir de sua leitura.

Há certo costume de ir buscar nos escritos pessoais de Lima respostas para sua obra ficcional conforme Candido (1987, p. 40) faz no trecho a seguir:

A análise dos escritos pessoais contribui para esclarecer isto, mostrando inclusive de que maneira o interesse dos seus romances pode estar em material às vezes pouco elaborado ficcionalmente, mas cabível enquanto testemunho, reflexão, impressão de cunho individual ou intuito social — como se o fato e a elaboração não fossem de todo distintos para quem a literatura era uma espécie de paixão e dever; e até uma forma de existência pela qual sacrificou outras.

Essa necessidade já indica uma tendência a enxergar sua obra como puro fruto de seu sofrimento pessoal e militância. Mas se a obra é apartada de seu escritor, por que devemos buscar motivações pessoais para entendê-la? Não basta o fato de que ela é ficção, representação da realidade e, portanto, literatura? Se buscarmos motivações pessoais do escritor, ainda que existam, a obra não deixará de ser representação da vida, uma ficção. E pior, não permitiremos que o leitor a reescreva com sua leitura, cristalizando a possibilidade de ampla gama de leituras e interpretações: seremos sempre convidados a conhecer sua vida pessoal e tê-la como base para interpretar seus escritos.

Seguindo esta linha de pensamento temos a questão do embate de padrões estéticos. O próprio Candido (Idem, p. 41) admite que:

Talvez porque, surgindo de um empenho pessoal tão fundo, ela se configurasse para ele como participação na sociedade, como militância exigente e sem complacência, opondo-se aos padrões estéticos dominantes, que, na medida em que eram oficializados, se situavam do lado dos que mandam. Outro traço básico da sua escrita é com efeito o desejo de oposição contra as categorias comprometidas do seu tempo — o “bonito”, o

"elegante", o "profundo" —, que rejeitava de cambulhada com o bem-feito e o bem-acabado, como quem nega a face da iniquidade na literatura e por isso quer mostrar o real desmascarado.

Se é um “traço básico de sua escrita” a oposição às categorias estéticas de seu tempo, então podemos dizer que sua escrita segue realmente um novo modelo estético que ele próprio estabeleceu para superar padrões literários da época, e que, segundo Bosi (1970, p. 331), aos escritores pré-modernistas coube “o papel histórico de mover as águas estagnadas da belle époque”, sendo que, na “obra barretiana, percebe-se um forte contraste e até mesmo uma ruptura em relação aos ‘códigos parnasiano e simbolista[...]’” e que “[...] a maioria das reivindicações do escritor fará parte das reivindicações da Semana de Arte Moderna e do Modernismo”. (FREIRE, 2005, p. 96).

Sobre as reivindicações citadas, Bosi (1970, p. 307) diz que as “[...] considera na sua totalidade, enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de todo academicismo e ruptura com a República Velha, [...], como o fará, ainda mais exemplarmente a literatura dos anos de 30”.

Sabemos que a “crítica ao Brasil arcaico” é um dos aspectos presentes na obra de Lima Barreto, buscando uma nova estética que possa ser considerada legitimamente brasileira, se aproximando dos ideais modernistas.

A ideia de mudanças radicais na concepção de arte brasileira não era exclusividade de Lima Barreto; os modernistas, cada qual em sua área de atuação, já causavam agitação entre os críticos antes mesmo da Semana de Arte Moderna, conforme afirma Freire (2005, p. 99):

[...] Mário de Andrade que, em 1917, sob o pseudônimo de Mário Sobral, publica *Há uma gota de sangue em cada poema*, Menotti del Picchia publica o poema regionalista *Juca Mulato*, Manuel Bandeira estréia com o livro *A cinza das horas*, considerado um livro de transição, Oswald de Andrade, em 1911, publica, em 12 de maio, a primeira versão de *Memórias sentimentais de João Miramar*, com ilustrações de Di Cavalcante [...] e um dos mais importantes acontecimentos do ano de 1917 no setor cultural refere-se à segunda exposição de Anita Malfatti que é inaugurada em São Paulo, em 12 de dezembro, com 53 trabalhos [...]

Todos estes trabalhos tinham compromisso com a ruptura e a inovação, trazendo mudanças conceituais no que se considerava arte no país. A própria exposição de Anita Malfatti foi recebida com estranhamento pela crítica, mas foi de Monteiro Lobato o ataque mais forte às novas tendências artísticas que o grupo modernista propunha.

Se as ideias de ruptura com o padrão estabelecido estavam lançadas por diversos artistas, porque Lima Barreto foi rotulado de militante e panfletário? Candido nos dá uma pista (1987, p. 40 – 41):

A literatura, encarada como vida na qual a pessoa se realiza, parece então substituto de sentimentos ou experiências, e este lado subjetivo não se destaca do outro, que é o seu efeito e o seu papel fundamental: estabelecer comunicação entre os homens. Resulta a ideia de que a eficácia dos textos literários depende em grande parte da capacidade do escritor de se manifestar integralmente por meio deles. [...] ele [Lima Barreto] canalizou a própria vida para a literatura, que a absorveu e tomou o seu lugar; e esta doação de si mesmo atrapalhou-o paradoxalmente a ver a literatura como arte.

O que parece motivar Candido a colocar a literatura barretiana como militante se baseia na relação que o escritor carioca tinha com seu ofício de escritor. Segundo Candido, a literatura de Lima Barreto era uma experiência que substituíra sentimentos e carências pessoais, o que atrapalhava seu “papel fundamental: estabelecer comunicação entre os homens” e não permitiu que visse a literatura como arte, influenciando negativamente sua criação ficcional.

Segundo Candido deve haver um distanciamento entre o escritor e seu ofício, tornando o próprio ato de escrever, um ato impessoal. Assim a capacidade ficcional do artista não se limitaria a sua própria realidade.

Essa possível relação passional de Lima com a escrita não atrapalhou sua ficção de modo a torná-la apenas um manifesto militante. Se assim fosse, outros escritores também deveriam ser criticados. Em uma carta de Rainer Maria Rilke à condessa de Solms-Laubach ele escreve: “Há semanas que, salvo duas breves interrupções, não pronuncio uma só palavra; a minha solidão fecha-se, enfim, e estou no meu trabalho como o caroço no fruto”. (BLANCHOT, 1987, p. 11).

Porém a obra de Lima não se limita a narrar a banalidade da vida, vai além, é onde entra a sua ficção, que se mistura e fica no limiar entre a representação direta da realidade e o inventado.

Conforme afirma Romeiro (2009, p. 15):

A construção do gênero romanesco necessita de uma articulação minuciosa quanto à escolha dos recursos estéticos, ou seja, os caminhos utilizados para a organização da narrativa devem ser rigorosamente calculados, não mais para imitar fielmente uma realidade, mas para desfigurá-la e representá-la evidenciando os fios narrativos.

Como exemplo, podemos notar que Lima quase nunca utiliza os verdadeiros nomes dos estados brasileiros, antes prefere parodiá-los dando-lhes nomes que possam ser sutilmente identificados: em *Numa e a Ninfa* havia o estado das Palmeiras, de Sepotuba, de Sernambi, em *Bruzundangas*, havia uma paródia pautada na visão de Lima Barreto sobre o momento histórico do Brasil. De modo que foi representação direta da realidade, ficção, paródia e metáforas de tal forma entranhadas uma a outra que podem passar despercebidas por uma leitura mais ligeira.

Ocorre que, para Candido, “este movimento negativo deve ter freado a busca de uma escrita onde a arte oficial fosse atacada por meio da diferença criadora, da capacidade de inovar, como fariam os modernistas, que ele também negou, porque lutava noutra terreno”. (Idem, p. 41), a saber, este “outro terreno” para Cândido seria a luta social.

Na visão de Candido a combatividade de Lima Barreto às normas estéticas o deixou demais comprometido em negar o considerado “elegante” e “profundo”, negando propositalmente todas as questões estéticas conforme afirma no trecho a seguir:

No combate ao discurso de corte acadêmico, ficou, por assim dizer, no pólo oposto ao de Raul Pompéia, que procurou superar por dentro o tom predominante, elaborando-o até o preciosismo e indo *além* da norma, enquanto ele atacou de fora e ficou *aquém* da norma. Mas, de qualquer maneira, sem compromisso. Daí a força desmistificadora como escritor e a irregularidade como ficcionista, que só se pode admirar sem reservas em alguns contos e no *Policarpo Quaresma*. Nos outros romances (mesmo quando o impacto é forte) ficou perto demais do testemunho, do comentário, do desabafo, da conversa sardônica ou sentimental. (Idem, p. 41).

As críticas de Candido não divergem das críticas que Lima Barreto recebeu em sua época: “Tem muitas imperfeições de composição, de linguagem, de estilo, e outras [...]” (BARRETO, 1956, v. XVI, p. 204); “Não há razoável acabamento” (RIBEIRO, 1961, p. 9); “Não é um escritor muito puro no sentido de escrupulosa correção” (Idem, p. 10); “[...] nos defrontamos com a matéria-prima quase em estado bruto” (BARRETO, 1956, v. XIII, p. 9); possui “[...] a mesma angústia que marca as composições dos adolescentes. A ânsia de clareza, levando à redundância, a vontade de explicar, de esclarecer, de detalhar [...]” (Idem);

“[...] obra desigual, pontilhada de graves defeitos, realizada com deficiências insanáveis, descuidada na forma, por vezes desconexa [...]”. (SODRÉ, 1960, p. 462). A maioria das críticas refere-se a questões mais de linguagem utilizada do que estilo, ou da falta deste,

o que denota que os críticos da época, acostumados e moldados pelo esmero da forma e da perfeição gramatical, não tiveram o discernimento necessário para antever – naquele modelo tão atípico de tratamento linguístico – os rumores de um processo de ruptura com os modelos tradicionais”. Assim sendo, não foram capazes de compreender que, o que se apresentava era a inovação, a ruptura e o futuro. Por isso, envolvidos por uma visão de linguagem talhada na tradição, o julgamento não poderia ser mesmo outro. (FREIRE, 2005, p. 106).

É no intuito de vislumbrar uma possível intenção estética no escritor carioca que escrevi este trabalho. Aqui proponho olhar as questões de identidade como uma estratégia de escrita de Lima Barreto, um caminho que desminta o utilitarismo panfletário alegado por parte da crítica e que vislumbre uma preocupação estética em sua obra. Para tanto estruturei esta dissertação em três capítulos que agora resumirei:

- O capítulo I, “Identidade, atribuição de identidade e identidade nacional”, inicia com Hall (2000), Woodward (2000) e Silva (2000) no intuito de conceituar e problematizar a identidade. Será o conceito de identidade desses teóricos que utilizarei neste trabalho. Trabalharemos com categorias como identidade social, atribuição de identidade, alteridade, identidade nacional. Silva (2000) vai problematizar o chamado “multiculturalismo”, enquanto “um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença”. Definindo conceitos como “identidade” e “diferença” enquanto “criações sociais e culturais”, poderemos entender como Lima Barreto alocava seus personagens em suas obras: como peças em um tabuleiro de xadrez, onde todos – estrategicamente – exerciam o jogo da identidade atribuindo, uns aos outros, características que agrupavam uns na semelhança e separavam outros pela diferença.

- No capítulo II, “*Numa e a Ninfa e As aventuras do Dr. Bogóloff*”, farei a apresentação das obras utilizadas como *corpus* de pesquisa, apresentando seu enredo e as peculiaridades presentes que me levaram a lançar mão delas para este trabalho. É preciso entender as obras literárias escolhidas não como material denunciativo, mas que demonstram as relações identitárias entre seus personagens componentes.

- Por fim, no capítulo III, “A perspectiva do personagem estrangeiro”, demonstro como Bogóloff observa o país. Utilizo os conceitos de identidade para apontar essas observações. Também traço um paralelo entre o russo de “As aventuras do Dr Bogóloff”, protagonista e narrador, e de *Numa e a Ninfa*; personagem secundário, porém, em ambas as obras, cumprindo o mesmo papel de alguém que dá um olhar de estranhamento aos costumes brasileiros (atribuição de identidade). Este é o olhar de quem vê o país pela primeira vez, e não o olhar acostumado, rotinizado e naturalizado de seus habitantes. Este questionamento se dá a todo instante, já que os hábitos diferentes dos nativos causam grande estranhamento aos olhos de Bogóloff.

Espero com esse trabalho dar pistas para a possibilidade de um olhar mais original em relação às obras do escritor Lima Barreto, um olhar que não seja pautado pela militância ou motivos puramente panfletários, mas leva em conta sua capacidade de criar e apontar soluções e recursos literários presentes em sua obra. Conforme externou Oakley, Lima Barreto:

[...] deixou bem claro, texto após texto, que seu ideal artístico se compunha de três fatores: o desejo fervoroso de comunicar-se plena e satisfatoriamente com um leitor virtual; a necessidade de se ter muita inteligência, além de talento, para realizar essa comunicação; e finalmente, essas condições supõem uma meditação sobre a razão de ser fundamental da arte que, para o escritor, representava penetrar e articular o significado da existência e, assim fazendo, criar uma solidariedade humana”. (OAKLEY, 2011, p. 1).

Se, para Lukács (2000), o romance foi uma tentativa de criar uma epópeia burguesa, então Lima Barreto buscou na forma romanesca dar voz aos excluídos em sua relação dialética com as elites políticas e econômicas, relações de dependência mútua em uma sociedade complexa, mas sem deixar de propor uma escrita que se preocupasse com a forma e com estratégias estético-literárias que a tornasse uma novidade legitimamente nacional. Com Lima, a periferia deixou de ser invisível ou idealizada e abordar as questões de identidade tornou-se um procedimento estético de escrita.

## **CAPITULO I – IDENTIDADE, ATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADE E IDENTIDADE NACIONAL.**

*O pior não é não encontrar o Eldorado; é não se reconhecer no caminho.*  
Eni Puccinelli Orlandi

### **DEFINIÇÕES DE IDENTIDADE**

Em seu artigo publicado no livro *Identidade e diferença* (2000), Hall faz a seguinte pergunta: “Onde nos situamos relativamente ao conceito de ‘identidade’?”. Esta pergunta caminha no sentido de desconstruir ou pelo menos problematizar o mito da identidade: “está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada”. (HALL, 2000, p. 103). Esta crítica não visa a substituição de um conceito por outro “mais verdadeiro ou que aspira à produção de um conhecimento positivo” (HALL, 2000, p. 104), mas sim a superação da noção de identidade como algo imutável e original.

Importante adiantar e destacar que esta ideia de identidade “integral, originária e unificada” foi utilizada pelo Brasil no final do século XIX para estabelecer aquilo que Miskolci chamou de “desejo da nação”: a ideia de construir uma pátria branca, heterossexual, “[...] hostil ao seu passado e, [...] hostil à sua população, recusada e temida como parte do que se queria superar”. (2010, p. 21).

A noção de identidade pode ser usada por autoridades de uma nação como ferramenta para transmitir aos seus integrantes o que eles são e o que eles não são, o que os outros são e o que os outros não são. Uma vez definidas as identidades, cada qual começa a comportar-se de acordo com a identificação que lhe foi atribuída.

Hall diz que as questões de identidade pertencem à “teoria da prática discursiva” (2000, p. 105), pois elas se manifestam como fenômenos do campo do discurso:

Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da

*identificação*, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer. (HALL, 2000, p. 105).

Por ter relação com as questões de discursividade “essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas”. (WOODWARD, 2000, p. 8). A identidade está intrinsecamente ligada com as práticas do discurso, e com todo o sistema simbólico produzido pelo homem. A identidade está presente nas sentenças proferidas e nos símbolos construídos.

Mas o que é a identidade? Silva vai desmembrar o conceito de identidade em dois conceitos diferentes - a identidade e a diferença:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referencia a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. (2000, p. 74).

Conforme Silva, em um primeiro momento pode-se dizer que identidade é aquilo que “acho que sou”. A identidade se constrói por meio dos diversos estímulos sociais que circundam o indivíduo, por meio das diversas características que lhe são dadas.

Figueiredo, busca uma concepção complementar de identidade, enquanto “ideia de reconhecimento”:

[Ela] designa algo que se assemelha à percepção que as pessoas tem de si mesmas e das características fundamentais que as definem como seres humanos. A tese é que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela ausência dele, ou ainda pela má percepção que os outros tem dela [...]. O não-reconhecimento ou o reconhecimento inadequado pode prejudicar e constituir uma forma de opressão, aprisionando certas pessoas em um modo de ser falso, deformado ou reduzido. (FIGUEIREDO, 2000, p. 189).

Veamos agora o conceito de diferença:

Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-

referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. (SILVA, 2000, p. 74).

Em relação à diferença podemos dizer que é aquilo que “se pré-conceitua” em relação ao outro. Há nesses dois conceitos uma interdependência que forma o conceito maior do jogo de atribuição de identidades. Desta forma “ao afirmar a primazia de uma identidade [...] parece necessário colocá-la em oposição a uma outra identidade que é, então, desvalorizada, mas também reivindicar alguma identidade [...] ‘verdadeira’, autêntica, que teria permanecido igual ao longo do tempo”. (WOODWARD, 2000, p. 12 – 13). Não raro o conceito de diferença guarda uma negatividade (aquilo que o outro é), porém ambos fazem parte do jogo de identificações:

A nação tem sempre seus “Outros” e, ao contrário do que pode parecer, eles não estão excluídos dela, antes permitem a sua própria existência delimitando as fronteiras entre o relevante e o que nem mesmo chega a se constituir como questão. Como afirma Homi Bhabha, “O outro nunca está fora ou além de nós; ele emerge forçosamente dentro do discurso cultural quando pensamos falar mais intimamente e indigenamente entre nós”. (MISKOLCI, 2012, p. 62 – 63).

A identidade não faz sentido completo sem a diferença, pois é da relação entre as pessoas que o sentido da identificação chega a seu ápice, pois, “a partir da historiadora feminista Joan W. Scott compreendo a “diferença” como o que surge a partir da ‘designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida [...]”’. (MISKOLCI, 2012, p. 63). A identidade “é relacional”, pois “depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade [...] de uma identidade que ela não é”, que a difere de outras, “mas que, entretanto, forneça as condições para que ela exista”. Ser brasileiro é “não ser qualquer outra coisa”, “a identidade é, assim, marcada pela diferença”. (WOODWARD, 2000, p. 8).

É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. [...] Entretanto eu só preciso fazer esta afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. (SILVA, 2000, p. 74-75).

A maneira como me identifico (identidade) se complementa à maneira como identifico o outro (diferença), de maneira que o outro é um espelho negativo de quem precisa de um

contraponto para justificar sua identidade. Desta forma, não pode haver identidade sem diferença, os inimigos externos são por demais importantes para quem quer unir uma nação, sem ressaltar o “diferente externo”, o que aparece são as diferenças internas. Segundo Woodward:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (WOODWARD, 2000, p. 39 – 40).

Entende-se por sistema simbólico de representação as funções sociais atribuídas a cada indivíduo e o papel que representam no seio da sociedade. Estas funções sociais são exercidas de forma que haja uma aceitação e uma legitimidade institucional; mesmo que a maioria não aceite sua autoridade, elas estão protegidas e legitimadas pelo sistema jurídico e institucional de uma nação. Desta forma quem possui a autoridade advinda de uma determinada função social pode determinar identidades e marcar diferenças.

A diferença, quando problematizada pode resultar em uma espécie de resgate de um orgulho da diferença, “pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangidos da norma e celebrar a diferença”. (WOODWARD, 2000. p. 50).

É preciso entender alguns aspectos referentes à identidade e à diferença: o primeiro destes aspectos é de que para servir ao seu propósito homogeneizador, precisam ser naturalizadas: “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posições”. (SILVA, 2000, p. 74). A essencialização é parte importante no processo de identificação, pois é assim que se pode aceitar a identidade sem questionamento, esta é questão central na discussão sobre a identidade, conforme diz Woodward (2000, p. 15):

Uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à verdade fixa de um passado partilhado seja a verdades biológicas.

Demonstrar a essencialidade de uma identidade é criar condições de credibilidade para que se possa assumi-la com legitimidade, inclusive de ordem científica (como aconteceu com as teorias racialistas do século XIX, por exemplo, onde a ciência reverberava a existência de hierarquias raciais no mundo). Se a identidade atribuída for considerada natural, dificilmente será questionada, já que é uma verdade naturalmente estabelecida. Woodward explica que nem todas as identidades podem ser reivindicadas pelo argumento biológico ou científico, nestes casos, como os movimentos étnicos ou religiosos ou nacionalistas, por exemplo, “frequentemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade”. (WOODWARD, 2000, p. 15).

Sobre a utilização do argumento científico para justificar as atribuições de identidade, Bourdieu (2011, p. 119) diz que

o efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objetivos” precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade [...]

Bourdieu dá como exemplo de instituições que trabalham com critérios científicos para criar identidades, as escolas e o exército. Para o filósofo elas legitimam as identidades e geram uma “unidade real” e marcam a diferença de maneira mais forte e quase inquestionável.

Para Woodward “essa marcação da diferença não deixa de ter seus problemas”, já que, “por um lado, a asserção da diferença [...] envolve a negação de que não existem quaisquer similitudes” entre dois grupos identitários, afirmação que não é verídica, pois as diferenças são maximizadas e as similitudes são suprimidas, então fica claro que a “diferença é sustentada pela exclusão”. A identidade não comporta a diferença, não pode ser duas coisas ao mesmo tempo (identidade e diferença); é preciso assumir a identidade atribuída, seja por imposição – classificações oficiais de toda espécie -, seja por métodos mais sutis – peças publicitárias, influências sociais - ou por assunção espontânea. (2000, p. 9).

Não pode existir identidade se não houver diferença, é da comparação que podemos estabelecer as relações identitárias:

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária aquela pela qual são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da

diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que se tem chamado de *exterior constituído*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim sua identidade – pode ser construído. (HALL, 2000, p. 110).

Evidente que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta” (HALL, 2000, p. 110), esta relação de dependência e rejeição entre identidade e diferença, é a principal marca histórica em diversos conflitos sejam étnicos, nacionalistas, religiosos, que ocorreram em diversas partes do mundo, em diferentes momentos. Não se pode engrandecer a identidade sem antes transformar uma parcela da população em “diferença”. É ressaltando alguma diferença, qualquer que seja, que podemos fortificar nossa identidade. Neste caso também temos a manifestação do ato de poder que é típica da identidade, segundo Hall:

Pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes – homem/mulher, etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido – em oposição à essencialidade do primeiro – à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual o branco é, obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim, marcas (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não-marcados “homem” e “branco”. (HALL, 2000, p. 110).

A percepção de que sempre se quer a eliminação do diferente é falsa, pois é necessário alguém para a comparação poder ser feita. Caso, realmente, o diferente seja eliminado, outro diferente deve ser criado, agora surgido dentre aqueles que antes eram a identidade estabelecida. A suposta unidade construída por dentro da identidade faz parte do jogo da identificação; sem a diferença para realizar comparações, as unidades identitárias sequer se sentiriam iguais, já que “elas são o resultado não de uma totalidade natural/inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobre determinado, de fechamento”. (BHABHA, 2000, p. 111).

Se não for internalizada podem surgir questionamentos sobre sua validade. Partindo dessa informação podemos entender outro aspecto a respeito da identidade: ela é um mito, uma invenção sócio-histórica que permite nos ligar, ainda que virtualmente, às tradições das quais imaginamos fazer parte. Segundo Hall diz:

Elas tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nos somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2000, p. 109).

As “unidades identitárias” (as pessoas enquanto indivíduos passivos de receberem identidade) podem ser “constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora” (HALL, 2000, p. 111) no seu processo de modelagem identitária. Diante da dinamicidade das sociedades, mesmo as mais fechadas, entendo que a relação entre identificador e identificado não é de submissão absoluta, os questionamentos às vontades do identificador às vezes ocorrem e resultam até em ruptura do sistema de identidades.

A identidade está no campo das representações sociais, e não de qualquer tentativa de observação da realidade circundante. A realidade não importa quando se quer construir uma identidade; o que importa é a imagem que se quer passar, aquilo que se pretende ser. A representação “atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”. (HALL, 2000, p. 8).

Elas tem tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma” (GILROY, 1994): não o assim chamado retorno às raízes, mas uma negociação com nossas rotas. Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma], sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a suturação à história por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao mesmos, no interior de um campo fantasmático. (HALL, 2000, p. 109).

A identidade pertence ao jogo simbólico e da representação, já que não depende da realidade para se estabelecer, mas sim de um ideal, normalmente político e discursivo. Então ela não se preocupa tanto com certas questões como “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas é vital que se pergunte “quem nós podemos nos tornar” e “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2000, p. 109). Quando as pessoas estão sob uma identidade, cuja origem narrativa é comum a elas, surgem os grupos identitários. A força do grupo é fundamental para descobrir outros que têm a mesma origem narrativa e separar os que não pertencem a esta origem.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. Em contraste com o “naturalismo” dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – algo sempre em “processo”. (HALL, 2000, p. 106).

A identidade está sempre em processo, pois as relações identitárias são dinâmicas. Se hoje me identifico com algo ou com determinado grupo, amanhã essa identificação será direcionada para outro(s) objeto(s) ou grupo(s). Desta forma, a identidade não é fixa, estática, ela é dinâmica e se movimenta conforme o movimento de diversas forças e seus interesses envolvidos. Nem sempre a identidade é algo que se pode ter por assunção própria; às vezes é imposta:

Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ganhá-la ou perde-la, [...] sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustenta-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, [...] alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. (HALL, 2000, p. 106).

Apesar de mostrar que a identidade é um mito, quem a defende busca sempre algo essencial para embasá-la, reivindicando “alguma identidade [...] autêntica, que teria permanecido igual ao longo do tempo”. (WOODWARD, 2000, p. 13). Não conseguindo nada concreto que possa justificar a identidade atribuída, ela pode ser fixada pelo condicionamento.

O condicionamento é uma exigência que se faz presente nas questões de identidade: nem sempre a identidade atribuída é favorável ao que a recebe; neste caso apenas o uso da autoridade e do condicionamento podem fixá-la de forma a ficar mais prolongada.

Por serem complementares e interdependentes o conceito de identidade e de diferença escondem um jogo de palavras e de significações que vão além do que está explicitado. Ao falar “sou brasileiro”, estou, na verdade, expressando “parte de uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas de identidade, de diferenças”. Quando digo “sou brasileiro”, estou excluindo a possibilidade de ser qualquer outra coisa: “não sou chinês”, “não sou argentino”, etc. (SILVA, 2000, p. 75). O sentido de identidade e diferença fica completo quando percebemos que as atribuições identitárias guardam uma carga positiva,

enquanto as da diferença guardam uma carga negativa: o que sou é positivo, o que o outro é torna-se negativo.

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. (SILVA, 2000, p. 76).

Ao atribuímos uma identidade partimos de nós como modelo referencial, caso o outro não se identifique a nós, então este outro adquire características negativas. Fica claro neste parágrafo que para atribuir identidade de forma eficiente é necessário ter alguma espécie de capacidade para isto, ou a atribuição poderá até ser ignorada tanto para quem a recebeu, quanto para as pessoas ao redor. Para atribuir identidade é necessário ter poder para fazê-lo.

Importante lembrar que o conceito de poder utilizado aqui não é unicamente o do poder oficial, político (“macro poder”), quero explorar um conceito mais amplo, onde o poder político é apenas mais um entre muitos tipos diferentes (“macro e micro poderes”) que estão estabelecidos em nossa sociedade: a patroa e sua empregada, o empresário e o trabalhador, o professor e o aluno, o marido e a esposa, os pais e os filhos, toda forma de “micro hierarquização ordinária” presentes em nossa rotina, ou toda forma de poder e todo grau de autoridade exercido em comunidade.

Bourdieu (2011, p. 116) constata que o “ato de categorização quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si [...]”, é um processo que visa como ponto de chegada a sua própria naturalização e automatização, não restando aos envolvidos senão aceitar a atribuição de identidade como algo natural e não passível de críticas.

É preciso observar a identidade e a diferença enquanto criação linguística:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são elementos da natureza, que não são essenciais, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. (SILVA, 2000, p. 76).

São fenômenos que precisam ser “ativamente produzidos”, como já foi mencionado, “não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural

e social”. Junto com a autoridade necessária para dar legitimidade “somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”. (SILVA, 2000, p. 76).

Bourdieu (2011, p. 146) diz que a luta pelo poder de identificar é “uma luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como instrumento oficial – isto é, explícita e pública” e para isso

Os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. (BOURDIEU, 2011, p. 146).

Ao insultar (*idios logos*) não há propriamente um diálogo respeitoso e democrático, mas uma tentativa de imposição por intimidação, encaixando-se mais nas manifestações do chamado “micro poder”, em uma ordem hierárquica construída na estrutura das relações ordinárias entre as pessoas comuns: empresários e empregados, patroa e empregada doméstica, pais e filhos, professor e aluno, etc. Caso não haja a aceitação da ideia imposta, um conflito se estabelece com o risco da quebra do relacionamento e do vínculo anteriormente criado (o patrão que dispensa um funcionário ao descobrir que este é contrário a sua visão política ou ao seu estilo de vida). Também se encaixa neste conceito a imposição física por meio de ameaças, insultos, chantagens ou quando se tira vantagem em algum momento da fragilidade de algumas pessoas. Esta forma de poder de identificar não é a mais forte, porém é a mais utilizada no meio social. Ela é regionalizada e dá origem a poderes localizados e extra-oficiais, como por exemplo, os chamados “coronéis” do nordeste, famílias tradicionais que acabam influenciando toda a rotina administrativa e social de uma região e não raro acabam tendo influência política também.

Já na *nomeação oficial* há “a mão forte do Estado” influenciando todo o território nacional. A grande diferença é que ela atribui identidade de maneira oficial por meio das leis e das normas, dos costumes e das tradições, costuma surgir pelo chamado poder persuasivo, com uso de publicidade, utilizando as tradições, os costumes, a moral e a ética. Apesar disso também pode utilizar a imposição pela força, já que é detentor do “monopólio da violência

simbólica legítima”, não apenas da violência simbólica, mas também da violência física, legitimada pelo próprio poder. As leis atribuem identidade uma vez que trazem conceitos e definições sobre as partes envolvidas. Elas nomeiam e dizem o que as coisas são, do contrário tornam-se inócuas porque não podem criar uma generalização. Quem assume o controle do Estado tem o poder de definir, os contrários são tidos como rebeldes e nomeados antipatrióticos.

Em ambos os casos estão os “agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações – deles mesmos e dos outros – particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou no limite, acusações, calúnias, etc)”. (BOURDIEU, 2011, p. 146).

Agora que, conforme Silva (2000, p. 81), “já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva”, - a importância do símbolo para a identidade chegará ao seu ápice na identidade nacional de que trataremos adiante -, podemos dar um passo adiante e esclarecer que este processo não é, de maneira alguma, simétrico:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas não disputadas. (SILVA, 2000. p. 81).

Então agora começamos a entender como as questões identitárias podem ser utilizadas pelo poder constituído: não havendo uma relação de simetria, mas de hierarquia e de poder, ela pode ser imposta por quem possui poder. Da mesma forma pode haver resistência de quem recebe a identidade (a quem se atribui diferença), resistência esta que nega o que foi atribuído (o caso de Lima Barreto é simbólico e central para este trabalho). É interessante que podemos descobrir as estruturas de poder através da imposição da identidade feita em determinada localidade: sempre no sentido hierárquico superior para o inferior, a capacidade para impor identidades que sejam aceitáveis e com pouca resistência vai se mostrando clara na estrutura hierárquica.

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem

o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2000. p. 81).

A relação entre identidade e o poder está agora mais clara. A assimetria na atribuição de identidade não se limita no sentido unicamente hierárquico, de cima para baixo, mas entre grupos considerados iguais há o que podemos chamar de verdadeira “guerra de identidade: pessoas ou grupos, tentando a assunção de uma identidade que possa de alguma forma melhorar sua situação social e até econômica; entre esses grupos também há uma luta identitária, nos grupos de poder, grupos governamentais, no seio da sociedade, entre classes sociais diferentes até mesmo para assumir uma identificação que traga benefícios individuais ou coletivos.

Trata-se de uma verdadeira guerra: de um lado, algumas pessoas buscando assumir determinada identidade, de outro, forças políticas, econômicas e sociais diversas tentando atribuir outras identidades, “podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder”. (SILVA, 2000, p.81). Diferenciação é o processo que desencadeia a identidade e a diferença.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós/eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos/primitivos”; “racionais/irracionais”); normalizar (“nos somos normais; eles são anormais”). (SILVA, 2000, p.81).

A diferenciação produz um processo seletivo e separatista que vai caracterizar a atribuição de identidade e da diferença. A identidade vai sempre guardar características positivas em relação à diferença. Estas características vão gerar uma série de dificuldades identitárias entre os envolvidos: para o nacional, o problema sempre estará no estrangeiro (com algumas interessantes exceções, como no caso do Dr Bogóloff aqui estudado que será reconhecido como o estrangeiro superior, seja porque faz parte da contra-identificação - resistência que nega a atribuição de identidade - seja porque alguns brasileiros realmente identificavam no estrangeiro branco traços de superioridade em relação aos nacionais, como será discutido no capítulo III), para o governo, o problema está na população pobre e mal-

educada, para o rico o problema está no pobre preguiçoso, para o homem o problema está na mulher, fonte de tentações e luxúria, para o homossexual o problema está na perigosa amizade entre homens, principalmente entre os jovens (MISKOLCI, 2012).

Os valores assumidos por quem detém o poder são valores positivos e servem de modelo referencial para que haja adequação; a quem não se encaixa neste modelo só resta aceitar a identidade imposta e demonstrar obediência cega. Como já escrito aqui, Miskolci (2012) vai descrever qual modelo identitário o país assumiu (seus líderes assumiram) como referência para os demais: homem, branco, homossexual, chefe de família (patriarcal), obediente às autoridades constituídas. Este era o desejo da nação; esta era a identidade do país. O contrário disto era a diferença: mulher, negro, homossexual, mãe solteira (matriarcal), rebeldia e desobediência civil. Desta forma “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Ainda segundo Silva:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirma a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nos” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nos” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por reações de poder. (SILVA, 2000, p. 82).

A identidade agora já não surge inofensiva, mas como uma poderosa ferramenta de dominação, castração e modelagem social. Classificar torna-se agora a palavra central no processo de identidade, “dividir o mundo entre ‘nós’ e ‘eles’ significa classificar”, processo este que é “central na vida social”. Do processo classificatório surgem os conflitos e diversos desentendimentos sociais, processo que “pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes” (SILVA, 2000, p. 82). Os agrupamentos se tornam possíveis porque entre eles há algo que os identifica.

A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2000, p. 82).

Este privilégio de classificar é a forma mais clara do envolvimento do poder e do seu interesse ativo nas questões de identidade. Segundo Silva (2000), a forma mais simples e conhecida de se classificar “é aquela que se estrutura em torno de oposição binária, isto é, em torno de duas classes polarizadas”. Para Silva:

O filósofo Jacques Derrida analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária não é preciso dizer qual o termo é aqui privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias [...]. (SILVA, 2000, p. 83).

Desta forma “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Devemos lembrar que as diferenças identitárias não existem na natureza: trata-se de uma criação social e política que “não é elaborada isoladamente, mas antes negociada pelo indivíduo durante toda a vida, se depreende daí a importância do reconhecimento nessa construção” (FIGUEIREDO, 2000, p. 191). Sendo uma criação social ela pode ser manipulada com o intuito de aprisionar e fazer conter qualquer tentativa de emancipação, pois, “fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças” e “a normalização é um dos processos mais sutis pelo quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença”. (SILVA, 2000, p. 83).

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de formas negativa. (SILVA, 2000, p. 83).

Neste cenário “a identidade ‘normal’ é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade tida como normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade”; neste caso identidade será o diferente, o outro. Silva dá como exemplo o fato de que “numa sociedade em que impera a supremacia branca, [...] ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial”. O traço da diferença sempre estará no outro, no diferente, naquele que não constitui o padrão, que não faz parte da identidade adotada e mantida sem o traço identitário. Por exemplo, “num mundo governado pela hegemonia cultural

estadunidense, ‘étnica’ é a música ou a comida dos outros países, [...] a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade”. (SILVA, 2000, p. 83). Quando Silva fala sobre escolha arbitrária é preciso fazer a ressalva de que a identidade dominante não é escolhida arbitrariamente, a esmo, mas de forma lúcida e pautada em critérios benéficos aos detentores do poder. É evidente que esta escolha pode não ser feita de maneira totalmente lúcida ou proposital, mas ainda assim está longe de ser arbitrária. Existem motivos e uma lógica racional para se escolher como a nação será vista e se verá.

Como já mencionei, para fixar a identidade é necessário ter alguns predicativos, mas basicamente é um processo que “oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”. (SILVA, 2000, p. 84). Complementando:

É um processo semelhante ao que ocorre com os movimentos discursivos e linguísticos nos quais se sustentam a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem. A identidade está sempre escapando. Fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. (SILVA, 2000, p. 84).

Por isso a identidade não é fixa e imutável, mas dinâmica e fluida, pois é um processo sempre em andamento. Uma identidade estabelecida pode durar um curto espaço de tempo ou períodos mais longos: tudo dependerá da qualidade da fixação e de quem fixa a identidade, de quem atribui, do método usado, seja por imposição ou de maneira mais sutil, por convencimento. O grau de confiabilidade de quem está moldando uma identidade, assim como a posição que esta pessoa ocupa na hierarquia da sociedade também são fatores cruciais para um maior ou menor grau de fixação da identidade. Estes fatores são importantes porque, conforme citado, sempre existirão forças que vão em sentido contrário ao da atribuição e da fixação da identidade, grupos ou indivíduos contrários os quais, dependendo de seus argumentos ou posição ocupada, poderão modificar o anteriormente estabelecido.

A teoria cultural e social pós-estruturalista tem percorrido os diversos territórios da identidade para tentar descrever tanto os processos que tentam fixá-la quanto aqueles que impedem sua fixação. Têm sido analisadas, assim, as identidades nacionais, as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades raciais e étnicas. Embora estejam em funcionamento, nessas diversas dimensões da identidade cultural e social, ambos os tipos de processos, eles obedecem a dinâmicas diferentes. Assim, por exemplo, enquanto o recurso à biologia é evidente na dinâmica da identidade de

gênero (quando se justifica a dominação masculina por meio de argumentos biológicos, por exemplo), ele é menos utilizado nas tentativas de estabelecimento das identidades nacionais, onde são mais comuns essencialismos culturais. (SILVA, 2000, p. 85).

A motivação e a justificação da identificação e classificação podem se basear em diferentes argumentos, dinâmicas diversas, embora o processo seja o mesmo. Se até o século XIX a diferença entre negros e brancos era justificada e explicada pela biologia e a genética; hoje já é explicada por motivos “culturais” (é muito interessante observar que o período histórico de Lima Barreto era o período de transição entre um argumento e outro, o que causou grandes debates sobre o tema). Apesar da mudança de argumentos, a diferença ainda está posta, ainda que suavizada, pela “inocente diferença cultural” que, evidentemente, nada tem de inocente.

## **A IDENTIDADE NACIONAL - PROBLEMATIZAÇÃO**

No caso das identidades nacionais, as bases teóricas são as mesmas, porém os fenômenos ocorrem em escalas massivas e coletivas. Os símbolos são importantes assim como os chamados mitos fundadores:

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson chamou de “comunidades imaginadas”. Na medida em que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam “ligar” pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em comum. (SILVA, 2000. p. 85).

A identidade nacional é a identidade e a diferença agindo no âmbito coletivo. Assim como no âmbito individual, agora o estrangeiro é a “diferença” e o nacional é a “identidade”. Também como na situação individual, o outro é quem tem o sinal negativo enquanto o “eu” o positivo: “meu país é melhor que o seu”, “Somos melhores em ‘x’ aspectos que vocês”. Apesar do sinal positivo que a identidade nacional tem é importante ressaltar que podem ocorrer exceções. Neste caso, por exemplo, a convivência com determinadas pessoas em um mesmo ambiente nacional pode tornar-se insuportável, causando a idealização de outras

“diferenças” (outras nacionalidades) em detrimento da própria identidade. Lima Barreto explora esta característica singular do nacionalismo brasileiro, colocando a figura de um estrangeiro em um ambiente cuja identidade nacional assumida pelos moradores não lhes é muito favorável. Mas a regra é de que o nacional seja a “identidade” e neste caso um conjunto de parâmetros e características são criados para ajudar na tarefa da identificação de seus integrantes:

A construção de uma identidade nacional passa, assim, por uma série de mediações que permitem a invenção do que é comumente chamado de “alma nacional”, ou seja, parâmetros simbólicos que funcionam como “provas” da existência [de um] Estado, e que determinam sua originalidade: uma língua comum, uma história cujas raízes sejam as mais longínquas possíveis, um panteão de heróis que encarnem as virtudes nacionais, um folclore, uma natureza particular, uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares. Os integrantes de cada comunidade são convidados a neles se reconhecer e a eles aderir. (FIGUEIREDO, 2000, 192).

Segundo Silva, a língua, assim como outros símbolos, tem sido um dos elementos de maior coesão identitária:

A língua tem sido um dos elementos centrais desse processo – a história da imposição das nações modernas coincide, em grande parte, com a história da imposição de uma língua nacional única e comum. Juntamente com a língua, é central a construção de símbolos nacionais: hinos, bandeiras, brasões. Entre esses símbolos, destacam-se os chamados “mitos fundadores”. Fundamentalmente um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura providencial, inaugurando as bases de uma suposta identidade nacional. [...] Pouco importa se os fatos assim narrados são verdadeiros ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (SILVA, 2000, p. 85).

Tendo como exemplo alguns dos elementos dos mitos fundadores citados (a língua e a nação), pode-se afirmar que, a identidade nacional, assim como a identidade individual, é uma criação puramente social, não existindo naturalmente. Ela nasce de uma narrativa longínqua que vai sustentar de forma discursiva uma identificação coletiva. A veracidade dos fatos não tem importância, muito pelo contrário, desfazer a narrativa mítica pode render ao pesquisador a alcunha de traidor da pátria ou desrespeitador das tradições da nação.

Importante frisar que os mitos fundadores têm o mesmo efeito e a mesma utilidade para a identidade nacional que as explicações biológicas para a identidade de gênero ou que as

explicações, antes científicas, e agora étnico-culturais para a identidade racial. Todas têm o objetivo de servir de sustentáculo para a idéia única de identidade enquanto ferramenta classificadora e criadora de modelos ideais a serem seguidos. Assim conforme Silva:

As chamadas interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, interpretações, isto é, elas não são mais do que a imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado. Todos os essencialismos são, assim, culturais. Todos os essencialismos nascem do movimento de fixação que caracteriza o processo de produção da identidade e da diferença. (SILVA, 2000, p. 86).

Os mitos fundadores são fundamentados em histórias do passado, “assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise”. (WOODWARD, 2000, p. 12). Buscar no passado a origem da identidade é uma forma de essencializar essa identidade, dando legitimidade a ela. Assim “na base da discussão sobre essas questões está a tensão entre perspectivas essencialistas e perspectivas não-essencialistas sobre a identidade” (WOODWARD, 2000, p. 12), ou seja, há aqueles que não apenas acreditam na identidade enquanto essência, como a utilizam, conscientemente ou não, para fins de classificação e dominação. Também há os que não acreditam na identidade enquanto essência, mas como fenômeno social e histórico. Podemos entender que nada do que foi classificado ou nomeado pelo ser humano é essencial, tudo foi inventado e guarda as relações aleatórias entre significante e significado, entre o que se vê e como se classifica ou se nomeia.

Quando se fala em identidades nacionais devemos ter em mente que os agrupamentos nacionais buscam nas semelhanças “culturais”, identitárias, as razões para permanecerem unidos, indo além dos motivos jurídicos. Achar que está no campo da legalidade jurídica a razão para a estabilidade territorial e convívio pacífico entre os membros de uma nação, é desconhecer a existência de um reconhecimento, talvez mínimo, de aspectos que permitam esta convivência. Estes aspectos estão todos no campo da identidade, seja a própria localização territorial mediada por determinações legais (“moramos juntos, no mesmo país”, mas o que é um país senão uma determinação jurídica?), seja tudo aquilo designado como “cultura nacional”: todos os costumes, todas as histórias, manifestações que, em tese, seriam típicas, exclusivas de uma nação. Estas manifestações marcariam o “nós” em oposição ao “eles”, conforme atesta Bauman (2001, p. 202):

O “nós” do credo patriótico/nacionalista significa pessoas como nós [...]. Não que “nós” sejamos idênticos em tudo; há diferenças entre “nós”, ao lado das características comuns, mas as semelhanças diminuem, tornam difusas e neutralizam seu impacto. O aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo que o que nos separa; significativo bastante para superar o impacto das diferenças quando se trata de tomar posição.

Bauman entende a identidade como seletiva, pois valoriza certas características que nos dão a percepção de grupo, desvalorizando e diminuindo as diferenças cujo significado seria a falta de reconhecimento e a crise de identidade. Ainda conforme Bauman:

não que “eles” sejam diferentes de “nós” em tudo; mas “eles” diferem em um aspecto que é mais importante que todos os outros, importante o bastante para impedir uma posição comum de tornar improvável a solidariedade genuína, independente das semelhanças. (BAUMAN, 2001, p. 202).

Mas como escolhemos (ou outros escolhem por nós) quais as semelhanças ou diferenças realmente importam na criação das identidades? Para Bauman (2001, p. 202 – 203) as diferenças tornam-se irreconciliáveis desde antes de qualquer tentativa de aproximação com o diferente:

Note-se que a questão de qual das diferenças é crucial – isto é, qual delas é o tipo de diferença que importa mais que qualquer semelhança e faz todas as características comuns parecerem pequenas e insignificantes [...] é menor e acima de tudo derivativa, e não constitui o ponto de partida do argumento. [...] Primeiro há um conflito, uma tentativa desesperada de separar “nós” e “eles”; então os traços cuidadosamente espiados “neles” são tomados como prova e fonte de uma estranheza que não admite conciliação.

Bauman conclui que, quando se quer, pode-se destacar algo estranho no outro, pois, “sendo os seres-humanos como são, criaturas multifacetadas com muitos atributos, não é difícil encontrar tais traços quando a busca é feita a sério” (2001, p. 203), basta que qualifiquemos determinadas características como aceitas ou não aceitas, estranhas ou normais, boas ou más.

A problematização das questões de identidades, individuais ou nacionais, vai além do já explanado: as fronteiras não são tão claras como parecem ser, “o debate sobre a questão da identidade na modernidade [...] é complexo porque [...] encontram-se problemas que se referem a visões essencialistas e até críticas que negam a possibilidade de se conceber a existência de uma identidade fixa” (FIGUEIREDO, 2000, p. 189). Hoje fala-se até em

“identidades plurais” ou em “identidades provisórias, porque em constante devir”. (FIGUEIREDO, 2000, p. 189). Segundo Silva:

Mais interessante, entretanto, são só movimentos que conspiram para complicar e subverter a identidade. A teoria cultural contemporânea tem destacado alguns desses movimentos. Aliás, as metáforas utilizadas para descrevê-los recorrem, quase todas, à própria ideia de movimento, de viagem, de deslocamento: diáspora, cruzamento de fronteiras, nomadismo. A figura do *flâneur*, descrita por Baudelaire e retomada por Benjamin, é constantemente citada como exemplar de identidade móvel. (SILVA, 2000, p. 86).

Estas formas de identidades móveis vão além do dinamismo já citado, são verdadeiramente provisórias, com prazo de validade e utilização de curto tempo, “embora de forma indireta, as metáforas da hibridização, da miscigenação, do sincretismo e do travestismo também aludem a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade”. (SILVA, 2000, p. 86). Desta forma, as fronteiras identitárias ficam mais porosas e sutis, pode-se atravessá-las quando se bem entender, ou pode-se até ficar entre elas, obtendo duas identidades distintas (por exemplo, uma pessoa com dupla nacionalidade, que tenha ligações afetivas, civis e políticas com dois países, ora é cidadão de um, ora é cidadão de outro). Este processo não significa o fim do reconhecimento identitário: a questão identitária continua existindo, mesmo que fluida e transitória, e tem um caráter precário:

As metáforas que buscam enfatizar os processos que complicam e subvertem a identidade querem enfatizar – em contraste com o processo que tenta fixá-las – aquilo que trabalha para contrapor-se à tendência de essencializá-las. De acordo com essas perspectivas, esses processos não são simplesmente teóricos: eles são parte integral da dinâmica da produção da identidade e da diferença. (SILVA, 2000, p. 86 -87).

Já foi dito, mas é preciso relembrar: os movimentos contrários à fixação da identidade constituem-se em uma contra-identidade, e não a falta dela; combate-se identidade com identidade, troca-se uma identidade que é desfavorável por uma que é favorável. Nos casos em que a identidade é subvertida há um pandemônio de identidades estabelecidas ou não estabelecidas, girando em torno de um indivíduo, grupo ou de uma nação, no caso da identidade nacional. São identidades mal-estabelecidas, miscigenações, sincretismos, travestismos, hibridizações em geral, duplas nacionalidades, mitos fundadores desfeitos etc.

Importante dizer que, em momento algum, as pessoas ficam sem identidade (vácuo de identidade). Segundo a lógica e os critérios racialistas do início do século XX, a miscigenação

seria falta de identidade. Pensando nesta lógica, a miscigenação seria uma subversão da ordem estabelecida, já que as raças “branca” e “negra” estão bem definidas (identificadas).

Desta conclusão resultará, na virada do século XIX para o XX, a idéia do miscigenado como uma “raça degenerada” (valor negativo, sem raça definida). Com o advento de Gilberto Freyre e sua obra *Casa grande e senzala* (1933), começou-se a pensar na possibilidade do mestiço como uma “identidade efetivamente brasileira”, dando a ela um valor gradativamente positivo dentro dos limites possíveis e socialmente aceitos para a época.

Assim, no Brasil, o mestiço passou a ser uma possibilidade de identidade e não mais uma pura degeneração. Mas, se pensarmos em outros países, Estados Unidos da América, por exemplo, a miscigenação ainda é vista como um grande problema cultural e identitário por parte de sua população.

O hibridismo, por exemplo, tem sido analisado, sobretudo, em relação com o processo de produção das identidades nacionais, raciais e étnicas. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes étnicas, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. (SILVA, 2000, p. 87).

Neste caso, para Silva, “o processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais e étnicas” (2000, p. 87). Dessa mistura, o resultado torna-se algo que não é nem a primeira, nem a segunda identidade original, mas uma mistura que “guarde traços delas”.

Não se pode esquecer, entretanto, que a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais ou étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição. Trata-se na maioria dos casos de hibridização forçada. (SILVA, 2000, p. 87).

A hibridização é a própria guerra da identidade e pela identidade que pode ocorrer em uma nação. Deste movimento de homogeneização social, normalmente conflituoso, podem surgir novas identidades, novas diferenças; a hibridização pode, inclusive, ser confundida com “estabilidade e fixação da identidade”. Ela, “de alguma forma, também afeta o poder” (SILVA, 2000, p. 87), pois abre caminho para a possibilidade de descontrole da capacidade de identificar.

Para o resultado da hibridização, Silva emprega o conceito de “terceiro espaço” de Bhabha (2000), onde não há uma “identidade hegemônica” que vai assumir a nova identidade criada, mas sim é criada uma nova diferença “que constitui a possibilidade de seu questionamento”. (2000, p. 87).

Para Silva:

O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, esses movimentos podem ser literais, como na diáspora forçada dos povos africanos por meio da escravidão, por exemplo, ou podem ser simplesmente metafóricos. (SILVA, 2000, p. 88).

Neste caso, o “cruzamento de fronteiras”, pode significar uma pessoa conhecendo e se misturando a vários “territórios simbólicos de diferentes identidades”. Segundo Silva “cruzar fronteiras, significa não respeitar os sinais que demarcam – artificialmente - os limites entre os territórios das diferentes identidades”. (SILVA, 2000, p. 88).

Evidente que cruzar fronteiras, não respeitar as fronteiras entre as identidades, não é feito de forma impune: uma vez que assume uma nova identidade, o indivíduo será tratado de acordo com a identidade assumida.

Como a posição do estrangeiro é a da diferença, esta posição pode ter caráter transitório, se a condição vier de uma viagem, ou permanente, se a condição vier de algum movimento migratório. Como consequência:

[...] é a viagem em geral que é tomada como metáfora do caráter necessariamente móvel da identidade. Embora menos traumática que a diáspora ou a migração forçada, a viagem obriga quem viaja a sentir-se estrangeiro, posicionando-o, ainda que temporariamente, como o outro. A viagem proporciona a experiência de não sentir-se em casa que, na perspectiva da teoria cultural contemporânea, caracteriza, na verdade, toda identidade cultural. (SILVA, 2000, p. 88).

No caso da migração, o sentimento de ser estrangeiro é permanente, mesmo quando se assume o status de cidadão do país escolhido. Este sentimento pode resultar em uma experiência negativa (no caso de estrangeiros oriundos de países pobres se alojando em países ricos) ou em uma experiência positiva (o estrangeiro Bogóloff é tido como um ilustre visitante no Brasil). Podemos compreender que a identidade é instável e se desloca com muita facilidade, no tempo e no espaço. Principalmente quando nos referimos ao que Silva chama

de “movimento de fronteiras”, já que “se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de fronteiras, nos limiares, nos interstícios, que sua precariedade se torna visível” (2000, p. 89), dando ao indivíduo uma condição tanto precária, quanto crítica, aliás a própria situação de permanecer na fronteira já é “um acontecimento crítico”, muito mais crítico do que assumir uma ou outra identidade. (Idem).

A própria “possibilidade de cruzar fronteiras e de estar na fronteira, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter artificialmente imposto das identidades fixas” (SILVA, 2000, p. 89). Podemos até pensar que a identidade fixa existe apenas em condição teórica, que a dualidade simples entre “eu” e “eles” esteja apenas no campo do pensamento teórico. Então, na prática, o que existe são cruzamentos de fronteiras, assunção e rejeição de identidades, assim como ininterruptos movimentos de hibridização que constroem e destroem identidades dinamicamente. É preciso ter em mente que “o cruzamento de fronteiras e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, [...] ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação de identidade”, uma vez que a assunção de identidades ambíguas e contraditórias desvelam a artificialidade das identidades.

Também podemos entender a identidade como uma representação social, uma vez que “já sabemos que a identidade e a diferença estão estreitamente ligadas a sistemas de significação”, ou seja, a “identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído”. Silva explica que “a teoria cultural recente expressa essa mesma ideia por meio do conceito de representação”, então, “para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação” (SILVA, 2000, p. 89).

Vemos que a representação é uma das formas de se fixar identidade e diferença; é mais uma forma de legitimar, com a ajuda do poder estabelecido e aceito, as identidades atribuídas:

É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa neste caso, dizer: “Essa é a identidade”, “a identidade é isso”. (SILVA, 2000, p. 91).

Desta forma, a representação é uma das ligações entre a identidade e os sistemas de poder, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidades”. Por esta razão a representação é tão importante para as questões de identidade. Então,

“questionar a identidade e a diferença significa, neste contexto, questionar os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação”. (SILVA, 2000, p. 91).

## **PROCESSOS DE FIXAÇÃO DE IDENTIDADE**

A identidade e a diferença são jogos de representação e não necessitam buscar legitimação na vida real, nem comprovação científica. Basta que seus atores aceitem, de uma forma ou de outra, representar as posições que lhes são atribuídas, posições estas aceitas mediante a também aceitação da representação do poder da parte de quem está atribuindo identidade. Uma vez que todos aceitem seus papéis sociais, a identidade se fixa. Quem não aceita sofre coerção, aceitando a identidade pela imposição legitimada pela representação do poder ou buscando questionar os sistemas de representação em vigor, através de formas de contra-identificação que subvertam as já fixadas, assumindo outras múltiplas identidades, hibridizando, cruzando fronteiras identitárias. Para fazer a crítica da identidade e da diferença é necessário criticar e questionar as “formas dominantes de representação da identidade e da diferença”. (SILVA, 2000, p. 92).

Outro processo de fixação da identidade está nos chamados princípios performativos:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de tornar-se, para uma concepção da identidade como movimento e transformação.[...]. (SILVA, 2000, p. 93).

Silva afirma que “contrariamente à visão que geralmente se tem, a linguagem não se limita a proposições que simplesmente descrevem uma ação, uma situação ou um estado de coisas”. Desta forma:

Se nos pedirem para dar um exemplo de uma proposição típica, provavelmente nos sairíamos com algo como: “O livro está sobre a mesa”. Trata-se, tipicamente, de uma proposição que Austin chama de “constativa” ou “descritiva”. Ela simplesmente descreve uma situação. Mas a linguagem tem pelo menos uma outra categoria de proposições que não se ajustam a essa definição: são aquelas proposições que não se limitam a descrever um estado de coisas, mas que fazem com que alguma coisa aconteça. Ao serem pronunciadas, essas proposições fazem com que algo se efetive, se realize. (SILVA, 2000, p.92 – 93).

Um exemplo de frase performativa trazida por Silva é “Eu vos declaro marido e mulher”, ou ainda, “Declaro inaugurado este monumento”. Nestes exemplos, mesmo sem precisar explicitar, sabemos que em ambas as frases há uma autoridade representativa, socialmente constituída. Na primeira sabemos que se trata de uma autoridade religiosa, um padre ou algo similar; este possui autoridade reconhecida por toda comunidade, mesmo por aqueles que não possuem a mesma identidade religiosa.

Graças ao poder que vem de sua autoridade reconhecida, este pode mudar identidades: ao proferir a frase “Eu vos declaro marido e mulher”, percebemos que ele fala em nome de si mesmo, lembrando a todos sua autoridade (“Eu vos declaro”), até que, por fim, muda a identidade das pessoas em questão. Os que antes eram reconhecidos pela sociedade como dois indivíduos solteiros, agora tornam-se, aos olhos desta mesma sociedade, um legítimo casal (“marido e mulher”).

Aqui vemos uma atribuição de nova identidade (a situação de casados tem cunho positivo perante a sociedade), tendo sido utilizada, como fixador de identidade, uma frase performativa, vinda de um poder constituído, reconhecido socialmente e considerado apto para realizar o feito (um padre ou outra autoridade religiosa) uma figura que representa uma grande comunidade preenchendo, assim, a necessidade de representatividade que já mencionamos anteriormente: ele assume o papel representativo que lhe foi atribuído e não encontrou ninguém que contestasse ou questionasse essa representação. Podemos dizer o mesmo por parte dos noivos: eles assumiram o papel de casados, assim que a autoridade lhes atribuiu a nova identidade; não questionando este papel, tornam-se casados. Esta mudança de identidade não é uma hibridização, uma vez que ambos detinham a mesma identidade antes do casamento: solteiros. Do ponto de vista da teoria da identidade podemos afirmar que um dos motivos da mudança da identidade de solteiro para casado é o fato de que, em muitas sociedades, o status de solteiro ser considerado uma “identidade” até determinada faixa etária, quando, então, este status torna-se “diferença” herdando o sinal negativo que toda “diferença” traz.

No segundo exemplo vemos que a autoridade em questão pode partir de algum gestor público eleito, um prefeito ou governador, por exemplo. O monumento passa a estar inaugurado a partir de sua frase performática. Ali ele também utiliza sua autoridade mostrando aos presentes que a possui (“Declaro inaugurado”). Neste caso, o objeto que recebe a identidade é inanimado, mas o exemplo mostra como a atribuição de identidade não serve apenas para quem a recebe, mas também para quem testemunha a atribuição, já que se trata de

uma afirmação do poder: quem assiste a inauguração acredita que, depois da frase performática, o monumento finalmente está inaugurado.

Bourdieu (2011, p. 116) assume que “o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”. A performatividade é uma forma de legitimar as identidades concebidas.

Para Bourdieu (Idem), o ato performativo depende da eficácia de quem o emite e ela “é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula ‘eu vos autorizo a partir’ só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar”. Porém além do peso da autoridade, também conta o próprio contexto social e histórico em que o grupo se encontra, ou seja

[...] ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. (Bourdieu, 2011, p. 117).

É necessário que o grupo identitário adquira uma visão única acerca de seus princípios identitário; para Bourdieu, é preciso impor ao grupo “princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade, e uma visão identitária da sua unidade” (Idem).

A ação performática é muito importante para o estudo da identidade, pois é uma das formas mais explícitas de atribuição de identidade por parte de quem tem alguma forma de poder. É uma forma clara de atribuição de identidade e de diferença. Mas há outra forma de frase performativa que pode ser mais sutil e mais perversa:

Em seu sentido estrito, só podem ser consideradas performativas aquelas proposições cuja enunciação é absolutamente necessária para a consecução do resultado que enunciam. Entretanto, muitas sentenças descritas acabam funcionando como performativas. Assim, por exemplo, uma sentença como “João é pouco inteligente”, embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar - em um sentido mais amplo - como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o “fato” que supostamente apenas deveria descrevê-lo. (SILVA, 2000, p. 93).

Esta forma de fixação de identidade via performatividade tem um grau maior de sutileza, porém não é raro ser observada. É a atribuição de identidade via sugestão

(sugestibilidade) e é muito utilizada como recurso literário, sendo também de grande importância para este trabalho. Na literatura, muitos fatos não são explicitados, mas sugeridos pela sutileza das palavras metaforizadas, de sentido dúbio e indireto. Como exemplo utilizarei uma passagem da obra *Numa e a Ninfa* de Lima Barreto em que Numa conversa com sua esposa Edgarda sobre os discursos no Senado:

- Você, porque não faz um, também?  
Sem deixar o jornal, Numa atendeu, sacudindo os ombros:  
- Ora!  
Edgarda, depois de levar a xícara aos lábios, sorver um gole e descansá-la, observou:  
-É preciso aparecer, Numa!  
Com preguiça e mansidão, o marido objetou:  
- Para que, Edgarda? Para que? Há lá tanta gente inteligente que não preciso incomodar-me. (BARRETO, 1989, p. 26).

A frase a se destacar é “Há lá tanta gente inteligente que não preciso incomodar-me”. Um dos protagonistas da história, o senador Numa conforma-se em passar despercebido durante sua legislatura, a frase possui uma performatividade sutil, mas sugestiva; não se trata do simples fato de que seus colegas senadores podem ocupar melhor o espaço na tribuna, mas da sua própria falta de capacidade em realizar os discursos, que é, indiretamente assumida por ele. Se “há lá tanta gente inteligente”, e que por isso “não preciso incomodar-me”, existe a insinuação de que ele não faz parte dessa “gente inteligente”. Esta identidade que o próprio Numa está assumindo tem uma negatividade que o torna a “diferença” dentro do Senado. Desta forma, ele se torna o outro, uma vez que a identidade positiva é a dos senadores que “sabem fazer discurso” Numa pertence aos que “não sabem fazer discurso”. A autoridade para atribuir a si mesmo esta identidade parte da experiência empírica do contato com seus colegas senadores, através da qual constatou, com a aprovação dos colegas, que não sabe fazer discursos. A identidade não é apenas justificada, mas fixada (e aceita) pela frase: se “há lá tanta gente inteligente, não preciso incomodar-me [em fazer discursos]”. Aceitar a posição estabelecida, a identidade atribuída, é o ponto final do processo de fixação da identificação.

As formas mais sutis de performatividade podem se resumir a palavras, apelidos ou até mesmo gestos:

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um fato do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em

seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade [e a diferença] que supostamente apenas estamos descrevendo. (SILVA, 2000, p. 93).

Um exemplo disso é quando nos referimos a qualquer um de baixa estatura como “baixinha(o)”: não estamos apenas descrevendo uma característica mas trazendo, junto com a palavra, todo o contexto referente a ela. Se na sociedade esta palavra tem algum cunho pejorativo, certamente este significado é que emergirá junto à palavra, ou seja, estamos reforçando a negatividade atribuída à identidade ligada à palavra “baixinha(o)”. Silva dá outro exemplo com a palavra “negrão”:

Assim, por exemplo, quando utilizamos uma palavra racista como negrão para nos referir a uma pessoa negra do sexo masculino, não estamos simplesmente fazendo uma descrição sobre a cor de uma pessoa. Estamos, na verdade, inserindo-nos em um sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade “negra”. (SILVA, 2000, p. 93).

Isto explica o porquê, no Brasil, da palavra “negro(a)” ter ganhado status de “xingamento” e do receio em se utilizar outras palavras como “gorda(o)”, atenuando para “gordinha(o)”, “cheinha(o)”, são formas de se tentar descolar os significados negativos (a “diferença”) do significado que queremos expressar. Outro ponto em que Silva toca a respeito dos modos sutis de atribuição da identidade é na necessidade de repetição dos atos performativos para que a fixação seja mais bem sucedida já que “em termos de produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição [...] que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade”. (SILVA, 2000, p. 94). A repetibilidade da escrita e da linguagem é outro processo importante de fixação de identidade, ou seja, o significado final de uma palavra não muda, sempre que ela é dita será como um reforço para o receptor. Quando esta palavra traz uma identidade, a repetição também reforça a identidade, fixando-a.

Isto quer dizer que quando encontro um signo como “vaca”, eu devo ser capaz de reconhecê-lo como se referindo, de forma relativamente estável, sempre, à mesma coisa apesar de variações acidentais – diferenças de caligrafia, por exemplo. Se as palavras ou os signos que utilizamos para nos referir às coisas ou aos conceitos tivessem que ser reinventados, a cada vez e por cada indivíduo – isto é, se não fossem repetíveis – já não seriam signos tais como os concebemos. (SILVA, 2000, p. 94).

Se as palavras e os signos e seus significados não fossem repetíveis seria impossível fixar qualquer identidade, qualquer atribuição se perderia imediatamente após o ato. Então não apenas as palavras precisam manter seu significado, como esses significados precisam ser lembrados de tempos em tempos para que se fixem com eficácia. Silva diz que “segundo Derrida, isso vale para a linguagem em geral. Ele chama essa característica, essa repetibilidade da escrita e da linguagem, de citacionalidade”, sua principal característica é que “ela pode ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente”. (SILVA, 2000, p. 95).

É por causa da citacionalidade que alguém pode disfarçar uma atribuição de identidade em manifestação de opinião pessoal. Se alguém se refere à outra pessoa por “gorda(o)”, pode alegar que está apenas manifestando sua opinião, porém a palavra está carregada de significados que vieram de outros contextos, e estão sendo transferidos para o contexto disfarçado, “em certo sentido, estou efetuando uma operação de ‘recorte e colagem’. Recorte: retiro a expressão do contexto social mais amplo em que ela foi tantas vezes enunciada”, depois, “colagem: insiro-a no novo contexto, em que ela reaparece sob o disfarce de minha exclusiva opinião, como resultado de minha exclusiva operação mental”. (SILVA, 2000, p. 95).

O que era para ser apenas uma simples opinião, na verdade, é a reiteração, a repetição, a citação de uma atribuição identitária já feita, e agora reforçada pelas pessoas que a reiteram até que possa ser fixada. Na verdade, a citacionalidade é uma forma de criar um *link*, uma ligação simbólica, virtual, entre uma palavra e todo um conjunto de significados que vieram anteriormente, durante a atribuição da identidade. Quando utilizada, uma das palavras mostradas como exemplo anteriormente, seja “negrão(a)”, “baixinha(o)”, “gorda(o)”, é como se clicássemos em um *hyperlink* que nos leva a outra página da *internet*, com outros significados que não aqueles que queríamos procurar. Podemos nos perguntar como se faz para quebrar esse *link* simbólico, a capacidade de citacionalidade que as palavras têm? Talvez não seja possível, já que este fenômeno não funciona apenas para as questões identitárias, mas para o funcionamento comum dos significados das palavras: um *link* entre o símbolo e seus diversos sentidos adquiridos de forma sócio-histórica.

Outro exemplo para explicar o efeito da citacionalidade na construção da identidade é a lembrança de um diálogo de Primo Levi (1988, p. 76) do livro *É isto um homem?* no campo de concentração de Auschwitz:

De vez em quando, o *Kapo* passa entre nós e chama: — *Wer hat noch zu fressen?* (Quem deve comer ainda?). Realmente, *fressen* não é bem "comer". "Comer" é comer como gente, sentados à mesa, religiosamente: é *essen*. *Fressen* é comer como bichos, mas o *Kapo* não fala assim por escárnio. Comer assim, de pé, a toda a pressa, prendendo o fôlego, queimando-nos boca e garganta, é, realmente, *fressen*; é esta a palavra certa, a que costumamos dizer.

De acordo com a obra de Levi, existe uma palavra para designar quem come sentado e com calma, ou seja, de maneira civilizada, que caracteriza o homem, e outra que caracteriza quem come “de pé, a toda pressa, prendendo o folego”, que caracterizaria os animais. Ao dizer que o *Kapo*, que era um tipo de superior imediato nos campos de concentração, “não fala assim por escárnio”, significa que Levi entende a capacidade citacional das palavras, fazendo com que gerem dubialidades imensas quando analisamos o processo de atribuição de identidades: *fressen* pode ser entendido de duas formas, ou identificando o sujeito da ação como um animal (“comer como os bichos”, rápido e em pé como os bichos), ou identificando o sujeito como alguém que precisa comer rápido por dever do ofício.

Que certeza teria Primo Levi de que ali não houve um insulto? Ao trazer a palavra, ela vem com todos os seus significados, concretos e subjetivos, emotivos e sócio-históricos ainda conhecidos, acumulados na sociedade. Se *fressen* concretamente significa comer rápido e de improviso, também recebe seus significados metafóricos, tão poderosos e significativos quanto o concreto: é a maneira como os animais comem, como se o *Kapo* estivesse perguntando a animais se já comeram. Levi preferiu, talvez ironicamente, interpretar aquele verbo de acordo com seu significado concreto.

A respeito da identidade, preciso lembrar que “não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja cultural. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente”. Ela também não é “homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental”. Mas podemos identificá-la como sendo “uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (SILVA, 2000, p. 96), além de ser “instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada”, ligada sempre a “estruturas discursivas e narrativas” e a “sistemas de representação”. Mas seu uso sistemático só é possível graças às “estreitas conexões com relações de poder”. (SILVA, 2000, p. 97).

Agora temos uma melhor ideia de como a identidade é complexa dentro de sua aparente simplicidade. O que parece ser uma característica fixa e imutável esconde, na realidade, identidades “cada vez mais fragmentadas e fraturadas; [...] nunca singulares, mas

multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos”. (HALL, 2000, 108).

A identidade, segundo Figueiredo (2000, p. 191), aparece contemporaneamente como “fragmentada”, “visto como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, já que ela assume identidades diferentes em diferentes momentos”. Indo ao encontro do conceito de “modernidade líquida” de Bauman (2001), temos identidades flexíveis, e até “contraditórias”, segundo Figueiredo (2000, p. 191):

Como há em nós identidades contraditórias, nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas, em função de elementos nacionais, culturais, de gênero, de classe social, de posição política e religiosa, enfim, das várias identificações que formam o sujeito mosaico de nossa era.

A identidade, por ser um fenômeno social, está presente na literatura de diversas formas: uma delas é a maneira como se conta ou como se constrói o passado mítico do país e a escolha de seus heróis míticos, conforme observa Figueiredo (2000, p. 195):

A exaltação do índio se faz em detrimento do reconhecimento da contribuição do negro à formação da identidade nacional, isto se explica porque, como se necessitava de uma genealogia, de um mito cosmogônico, vai-se buscar inspiração naquele que é autóctone e dono original da terra, enquanto o negro, além de ser de fora como o português, é marcado pelo estigma da escravidão.

Por meio das obras de José de Alencar vemos como a literatura pode contribuir, e muito, para a formação da identidade nacional de um país, ao dar a seu povo uma cosmogonia, uma história de origem. No caso do Brasil esta origem foi problemática, pois, “em um quadro de ideias positivistas e darwinistas não se considerava que o negro tivesse cultura, ocorrendo sua exclusão, num momento em que Alencar já colocava o aporte dos imigrantes que começavam a chegar”. (FIGUEIREDO, 2000, p. 195).

Outro ponto sobre a identidade que fica claro na literatura brasileira, conforme aponta Figueiredo (2000, p. 199), é a “auto-exotização”:

No caso de países cuja identidade se forma num contexto de dependência cultural, é comum ocorrer o que poderíamos chamar de auto-exotização. No Brasil, por exemplo, percebe-se que os românticos, na ânsia de afirmar nossa originalidade, acabaram criando uma imagem do país que reproduzia a visão dos europeus sobre nós, procedimento que parece, aliás, perdurar em muitas de nossas auto-representações.

A auto-exotização, ao testificar a visão do estrangeiro, inverte o jogo da identidade: agora, nós nos reconhecemos como a “diferença” e não mais como a “identidade” e nos comportamos como tal. Lima Barreto trabalha com esta auto-exotização em sua literatura, principalmente de modo irônico e sarcástico e não corroborando com ela, mas olhando-a de modo crítico e satírico. É comum, em sua obra, o estrangeiro ser bajulado e tratado como um ser superior pelas autoridades que, em relação a sua própria população, costumam ser arrogantes e mesquinhos. A auto-exotização em Lima leva à própria inferiorização do brasileiro representado pelas autoridades subservientes.

A literatura problematiza as questões de identidade. Em Lima Barreto temos o atrito da identidade não resolvida, não aceita, cujo resultado é a crise de identidade. Vê-se a identidade não como uma verdade suprema, mas como um fenômeno social que pode ser problematizado e questionado, tratado com ironia, carnavalizado, alegorizado. Mas como se dá a crise de identidade? Woodward diz que “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (WOODWARD, 1990, p. 4).

A identidade introduzida e observada em uma obra literária crítica como a de Lima Barreto visa retirá-la da certeza e da estabilidade, demonstrando as incoerências e inconsistências que surgem dentro do próprio sistema de atribuição de identidades. Nem sempre estas incoerências são percebidas no mundo real; porém, na representação da realidade, contida na literatura, é possível demonstrar como o autor demonstra a identidade de forma a desconstruir ou indicar, de forma crítica, o mecanismo da identificação. Desta forma, a literatura deve ser encarada como uma fonte de estabelecimento de crises de identidades, desmistificando as próprias certezas identitárias contidas em um espaço nacional. A literatura também pode afirmar as identidades, elites políticas e econômicas podem tentar construir uma literatura que atenda aos interesses oficiais, por meio de cânones ou academias de letras, para estabelecer uma base literária que corrobore para concretizar uma determinada identidade atribuída à um país.

Segundo Bourdieu (2011, p. 114), na busca por “critérios objetivos de identidade [...] não se deve esquecer que na prática social, estes critérios (por exemplo a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais”, ou seja, são atos que estão à mercê da “percepção” e da “apreciação”, de “conhecimento” e de “reconhecimento” daqueles que estão envolvidos nas questões de identidade (Idem). Também há as “representações objetais”, cuja finalidade seria o reconhecimento da identidade “em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias,

etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (Idem). A representação da identidade é dependente dos símbolos em um *link* entre a subjetividade e a abstração da noção de identidade e sua prática concreta e visível; assim, “[...] não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador”. (Idem).

Bourdieu fala de “luta das classificações”, quando se refere ao poder de identificar, a capacidade de classificar aqueles que estão sob seu domínio:

[...] a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens e também de manifestações sociais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais). (Idem, p 113).

É na expressão “manipular as imagens” que percebemos como realmente se configura a identidade: um mesmo símbolo identitário pode ser usado para agregar o grupo em torno de sua identidade e afastar outros grupos ou indivíduos; ele pode ser reconhecido em determinado período histórico ou rejeitado em outro, basta que se alterem as representações mentais que estão ligadas aos símbolos identitários.

A ligação entre as representações mentais e as objetais é central para entender a lógica da atribuição de identidade. Seja a suástica nazista, uma bandeira nacional, um hino, o logotipo de uma empresa, um cumprimento, um sinal secreto, tudo tem como finalidade delimitar um grupo identitário. Quem constrói as representações objetais e simbólicas? Os mesmos que constroem as representações mentais, quem inicia a ideia de uma identidade. Para Bourdieu nesta ocasião entram as questões de poder:

[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (Idem).

Este monopólio do “fazer ver e crer” quando se trata especificamente da identidade nacional inicia-se, segundo Bourdieu, na delimitação da chamada região (*régio*). A divisão do espaço nacional é um episódio sempre mítico e cercado por um “ato mágico”. Observando a identidade por um olhar crítico, sabemos que esta divisão foi “propriamente social” e impactante na estrutura natural existente (florestas, rios, montanhas). A divisa do espaço nacional, segundo Bourdieu, “introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural [...]”, criando e separando “o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro, é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex* [...]”. (Idem, p. 114). Este ainda segundo Bourdieu:

encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. (Idem, p. 114).

É da autoridade do *rex* que vem a capacidade de criar o espaço nacional, território sagrado (identidade) que se separa dos territórios profanos (diferença). Aqui há uma identificação mental, a aceitação por parte dos seus habitantes de que mora em uma terra privilegiada e única, sem nenhuma comparação entre as outras; os hinos nacionais servem para identificar esta representação mental com seus louvores e adorações à “pátria sem par”. Esta representação mental será selada com a aquisição de identificações objetivas como o hino propriamente dito, os brasões, a bandeira, a literatura oficial do *rex*, os poetas e escritores do *rex* cantando e escrevendo em verso e prosa as maravilhas do grupo identitário nacional criado, com seus mitos fundadores, e a criação de sua trajetória histórica heróica. Mas mesmo as “classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”. (Idem, p. 115).

Bourdieu nos lembra que

a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ideia, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor. (Idem).

A luta para obter o direito de classificar, de criar identidades nunca cessa, faz parte de toda briga pelo poder. As instituições que são comandadas pelos vencedores desta luta política (ou militar) são as legitimadoras da classificação imposta, a linguagem científica tampouco é poupada da tarefa de legitimar a identidade, conforme afirmou Bourdieu. Mesmo que as autoridades classificadoras não tenham exatamente a noção do que estejam realizando, é sua visão de mundo que predomina na construção de uma pedagogia escolar, por exemplo, ou a visão daqueles a quem essas autoridades designaram para construir esta pedagogia. Por isso, neste exemplo em particular, é necessária participação democrática na construção das pedagogias escolares. Ainda assim, o risco de que uma determinada identidade seja assumida em detrimento de outras, é certo. A luta pela classificação e para que nossa visão de mundo seja adotada, é o desejo de todos nesta constante batalha pelo direito de construir identidades e estabelecer o certo e o errado, o “nós” e o “eles”, a identidade e a diferença.

Bourdieu diz que mesmo naquilo que ele chama de “critérios objetivos”, advindos das instituições legitimadoras do poder estabelecido, há uma “ratificação mistificadora das representações” (2011, p. 122), seja no “mundo jurídico”, ou nas “relações mais práticas” (as “reinvidicações regionalistas”). As decisões institucionais não deixam de levar em consideração, por mais racionais que sejam seus argumentos, elementos de ratificação mistificadoras como a tradição, os costumes, a ortodoxia religiosa, toda uma gama de criações de origem não-científica que são racionalizadas pelas instituições e rearranjadas para ajudar na legitimação da atribuição da identidade. Por isso, o próprio filósofo entende que, classificar e identificar o mundo, de acordo com sua visão de mundo, é um poder quase divino. (Idem, p. 123).

Para quem recebe a identidade, Bourdieu elenca algumas alternativas de reação:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser a da aceitação resignada ou provocante, submissa ou revoltada, da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc) [...]. (Idem, p. 124).

Mesmo em caso de não aceitação da identidade imposta, não é possível fugir completamente dos estigmas da classificação identitária, mas é possível manter “por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima”. (Idem). Ou então se reconhece a identidade e, portanto “os critérios de

apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas – que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigma” (Idem).

Quem assume a identidade a ele atribuída, luta para que ela seja aceita e naturalizada, não criticada nem questionada, destruindo qualquer indício de luta pelo poder de classificar e identificar, dando a falsa imagem de união homogeneizadora não apenas de um grupo identitário, mas de toda a sociedade componente de determinada nação. Quem aceita a identidade oficial ganha o direito de falar por quem não a aceitou, criando esta ilusão de união homogeneizadora. O que antes era o estigma de um grupo identitário agora é a característica normatizada e padronizada de toda uma sociedade.

Quem não aceita a identidade tenta se manter o mais afastado possível dela, negando seus estigmas, sem entretanto, nunca conseguir desvencilhar-se totalmente da identidade oficial atribuída, criando outras identidades, outras classificações, outro discurso.

Aqueles que não aceitam sua identidade acabam exercendo o individualismo, um dos principais fatores de desnaturalização da identidade, pois o individualismo desnuda a identidade ao revelar caminhos diferentes dos que são propostos pela força da tradição que vem da identidade atribuída. A identidade, que antes era estável, sofre com olhares críticos de quem assume sua individualidade. Dias (2011, p. 154) cita Giddens, a respeito da capacidade de as individualidades desnudarem as contradições da identidade:

Antony Giddens, já na apresentação da obra *Modernidade e Identidade* nos alertava para essa realidade, pois segundo ele “a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência”. (GIDDENS, 2002, p. 09). É essa forma de alteração rápida e incontrolável do meio social cotidiano que concretiza a ideia de que quando se alteram os aspectos individuais, também se fragmentam as identidades antes estáveis.

As ações individuais divergem das questões coletivas, demonstrando e deixando expostas as questões de identidade coletiva ou nacional. Na literatura, é observando o indivíduo que podemos ver as contradições da identidade nacional: ficam expostas e visíveis as diferenças entre o discurso voltado para o coletivo e as ações práticas individuais. Conforme mencionado anteriormente, sem ressaltar o “diferente externo”, o que aparece são as diferenças internas do próprio grupo identitário, e esses vão ruindo em níveis cada vez mais internos, até chegar aos indivíduos com suas diferenças irreconciliáveis, acabando com qualquer tentativa de criação de grupos identitários.

Neste sentido, a literatura vista pelos estudos culturais e, particularmente, pelo olhar dos estudos sobre a identidade, é o local tanto da contestação quanto da afirmação da identidade e, conseqüentemente, dos poderes estabelecidos. Segundo Mattelart:

Podemos qualificar, portanto, a emergência dos *Cultural Studies* como a de um paradigma, de um questionamento teórico coerente. Trata-se de considerar a cultura em sentido mais amplo, antropológico, de passar de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais. Mesmo que ela permaneça fixada sobre uma dimensão política, a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder. (MATTELART, 2004, p. 13-14).

Quem assume o poder busca sempre a padronização ou o estabelecimento de sua visão de mundo, ele não aceita visões de mundo diferentes das suas, em parte por causa da necessidade de manter os grupos identitários presos a uma tradição que reforça e mantém o poder.

Desta forma podemos dizer que a “diferença”, o “outro”, nada mais é do que um grupo identitário que, por não pertencer ao grupo dominante, o contesta; sua própria existência contraria outra manifestação identitária que é ligada ao poder. Assumir a identidade ou rejeitá-la pode ser interpretado como uma atitude de adesão ou contestação ao poder, a quem tem o poder de atribuir identidades.

Da mesma forma, assumir uma identidade individual acarreta rejeição à identidade do grupo, causando cisão e colocando as identidade em evidência crítica. Observando de forma individual os membros de determinado grupo percebe-se, em cada um, interesses e características próprias, longe da unidade ideológica necessária para criar um interesse grupal. Esta constatação evidencia a contradição da identidade nacional, levando a questionamentos tais como: se todos os indivíduos são diferentes e com interesses diferentes, como podem formar uma unidade identitária (nacional)?

Silva (2008, p. 58) afirma que, em relação à construção da identidade nacional do Brasil, os escritores têm grande importância nesta finalidade e que “não é inusitado o fato de a literatura ocupar-se dela, pois tradicionalmente vem sendo incumbida de pensar a realidade da nação”.

Assim, “nessa perspectiva, tanto os textos de cunho literário, como as produções de caráter antropológico e sócio-históricos trouxeram importantes reflexões acerca da identidade e do caráter nacional”. (Idem). Desta forma “a literatura, vista por esse prisma, assumiu uma

tarefa cívica: a ela competia construir a imagem da nação. Por isso, o Estado conferiu ao escritor, ao poeta e ao jornalista prestígio e importância ímpares”. (Idem, p. 62). O escritor era um dos sujeitos responsáveis por criar e manter as identidades nacionais, suas narrativas eram voltadas para construir e mostrar a grandeza da nação.

Assim, a literatura foi um dos principais instrumentos utilizados para construir as identidades. Para Silva “o Brasil, imaginado na particularidade de seus lugares, era mapeado pelos homens de letras.

O romance tornou-se uma verdadeira forma de pesquisa e de descoberta da pátria”. (Idem). Desse modo:

escritores, com maior ou menor grau de desenvoltura e de originalidade, construíam um país ideal. A literatura folhetinesca de Macedo retratou a vida citadina do segundo império, as particularidades e os costumes característicos do meio urbano da nação. Alencar, detentor de um projeto ambicioso, percorreu, por meio de sua obra, o país de norte a sul, trazendo à tona a cidade e o sertão com seus tipos característicos. Não bastasse isso, mergulhou, no passado da nação, numa tentativa obcecada de encontrar sua origem nobre. Joaquim Manuel de Almeida, por sua vez, em *Memórias de um Sargento de milícias*, traçou um painel da sociedade urbana do Brasil imperial e captou a alma da pátria, deixando entrever suas virtudes e vícios. Já Taunay, em *Inocência* (1991), descreveu as peculiaridades e a cultura do sertão em confronto com o mundo civilizado. (Idem, p. 62).

A visão que os escritores externavam a respeito da nação era o filtro que balizava a pequena elite letrada a construir sua própria narrativa nacional, e a identidade que melhor a representava naquele momento.

Diante de tudo que foi visto pode-se sintetizar alguns conceitos obtidos até aqui:

– Identidade como *fenômeno do campo do discurso* (HALL): se há comunicação e sistemas simbólicos há identificação, atribuição de identidade e diferença. “Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas”. (WOODWARD, 2000, p. 8).

– Toda identificação é uma *manifestação do ato de poder* (SILVA, HALL, BOURDIEU): quem quer identificar precisa ter alguma forma de poder reconhecida que legitime a identidade dada.

– Há basicamente duas estratégias simbólicas para construir identidades (BOURDIEU):

1) a *idios logos*, que é a imposição por intimidação entre “iguais”

2) a *nomeação oficial*, que é o uso do *monopólio da violência simbólica legítima* pelo Estado. Esta violência não necessariamente é física, na maioria dos casos não o é.

– O princípio da *performatividade* (SILVA, AUSTIN, BOURDIEU): quem tem autoridade reconhecida pode transformar identidades por meio dos discursos.

É a ferramenta prática da construção de identidades. As sentenças afirmativas emitidas por quem tem autoridade e poder transforma-se em realidade, destruindo e reconstruindo novas condições sociais dos que acreditam no poder estabelecido.

– Princípio da *repetibilidade* (SILVA): necessidade de repetição dos atos performativos para que a fixação seja mais bem sucedida já que “em termos de produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante.

É de sua repetição [...] que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade”. (SILVA, 2000, p. 94).

– Princípio da *citacionalidade* (SILVA): ocorre quando é utilizada a repetibilidade da escrita e da linguagem mudando de contexto, “ela pode ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente”. (SILVA, 2000, p. 95).

– *Auto-exotização* (FIGUEIREDO): quando os naturais de um país aceitam a visão estrangeira sobre si mesmos. Assim, a visão de que são povos diferentes e com costumes estranhos é aceita entre os nativos. Segundo Figueiredo:

No Brasil, por exemplo, percebe-se que os românticos, na ânsia de afirmar nossa originalidade, acabaram criando uma imagem do país que reproduzia a visão dos europeus sobre nós, procedimento que parece, alias, perdurar em muitas de nossas auto-representações. (FIGUEIREDO, 2000, p. 199).

A auto-exotização ao testificar a visão do estrangeiro inverte o jogo da identidade: agora nós nos reconhecemos como a “diferença” e não mais como a “identidade” e nos comportamos como tal.

Com estas ferramentas já é possível realizar uma análise do *corpus* escolhido. Para tal partimos da seguinte citação de Silva (2000, p. 64):

Apesar de a versão oficial estabelecer que a identidade nacional se formaria a partir da confluência pacífica das três etnias e das três culturas, seus

ideólogos se calcaram na opressão e na exclusão dos grupos étnicos tidos como inferiores. A literatura brasileira, em seu período de consolidação, aderiu a esse processo de exclusão e refletiu os interesses dos grupos dominantes, posição que viria a ser questionada, posteriormente, por Lima Barreto.

## CAPITULO II – NUMA E A NINFA E AS AVENTURAS DO DR. BOGÓLOFF

### O ROMANCE *NUMA E A NINFA*

O romance *Numa e a Ninfa* foi escrito em 1915, período de transição entre “o realismo e suas tendências – romance naturalista e poesia parnasiana; o simbolismo e o pré-modernismo”. (FREIRE, 2005, p. 34).

Segundo Pinto o romance *Numa e a Ninfa*:

[...] retoma o tema das “As aventuras do Dr. Bogóloff”, publicações semanais que fizeram parte da *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro. Publicada inicialmente como conto, em folhetins diários, pelo jornal carioca *A Noite*, foi concluída em apenas 25 dias, após um período de internação do autor, e teve seus direitos autorais vendidos ao jornalista Roberto Marinho. (2002, p. 32).

Nele Lima Barreto expõe aquilo que se denomina de “jogo das identidades”, nada mais do que lutas individuais e coletivas entre os personagens e os grupos sociais e políticos, para criar e evidenciar diferenças e atribuir identidades que melhor vantagem lhes trazem ao longo da história. Segundo Pinto:

A narrativa aborda um universo de questões relativas à República brasileira, apresentando ao público os figurões da política e fazendo uma crítica à sociedade conservadora da primeira metade do século XX, cheia de superficialismo e desmandos. Nela há o relato fiel dos vícios e costumes sociais e políticos de forma tão próxima e verossímil, que chega a confundir o leitor sobre o que é realidade ou ficção. (PINTO, 2002, p. 32).

A luta por alguma forma de “poder” é um dos temas da obra, seja macro-poder, o oficial, o político, na qual alguns personagens estão diretamente ligados (*nomeação-oficial* de Bourdieu (2011, 146)); ou o micro-poder, as relações sociais mais ordinárias entre as pessoas, por exemplo, entre patroa e empregada, entre o chefe e o trabalhador, qualquer relação de

dependência que demande hierarquia (*idios logos* de Bourdieu (2011, 146)), mas que, de certa forma, espelham as relações de macro-poder. Segundo Pinto (2002, p. 3), neste romance “o autor espelha com bastante fidelidade os costumes e vícios da sociedade, reafirmando a sua atualidade em retratar temas ainda frequentes no contexto social e político do Brasil” e

Escrito em vinte e cinco dias, o texto de Barreto exprime o grito de libertação do autor, ao ver-se livre do vínculo com o Estado, decorrente da sua aposentadoria no Ministério da Guerra, e sentindo-se mais à vontade para esboçar seus princípios e sentimentos anarquistas. O romance inaugura uma nova fase do escritor que assume um discurso mais audacioso, ridicularizando e apontando ao escárnio do povo os figurões da sociedade. (Idem).

As questões de identidade contidas na obra extrapolam problemas de cunho social e político: fazem parte de um estilo de comunicação escolhido pelo autor para estabelecer um vínculo entre seus personagens e as posições que ocupam no espaço do romance; são como peças de um jogo de xadrez onde cada qual tem sua função disposta de acordo com as necessidades do escritor para melhor compor sua obra.

Lima Barreto não copiou o jogo de poder e de identidade existentes em sua época, ele dispôs dessas posições sociais para satirizar a postura de cada um, sem deixar de atingir ninguém: do mais pobre ao mais rico e poderoso, todos fazem parte da engrenagem da identidade, e Lima não poupa ninguém. Este fato já o livraria da pecha de “escritor panfletário” ou tendencioso, uma vez que não militava por nenhuma classe social especificamente, mas apontava erros onde supunha faltar coerência. O escritor carioca utilizava-se de forte caracterização de seus personagens para marcar sua identidade logo no primeiro momento: “O deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinham nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: — Numa ainda não ouviu a Ninfa; quando o fizer - ai de nós!”. (BARRETO, 1989, p. 13).

Em *Numa e a Ninfa* (1915), o autor apresenta ao leitor os discursos históricos, políticos e sociais, em suas ideologias. [...] ele dialoga com o interlocutor e o conduz à conscientização, motivado pelo desejo de mudança de postura. [...] ao narrar uma história de ambição, hipocrisia, convenções e

ascensão sociais, traição e desigualdade, aspectos humanos recorrentes em diversas fases da história do mundo. (PINTO, 2002, p. 33).

Devemos olhar para além do crítico social. A pergunta que se coloca é: quem é o responsável pelas atribuições das identidades? Se, conforme diz Ribeiro (2001, 31), “*Numa e a Ninfa* é um estudo da vida social e política do nosso tempo”, que o importante na obra é a “verossimilhança”, está o romance condenado a limitar-se a um estudo sociológico de sua época?

No romance o escritor é o grande criador de identidades. Identidades estas que são prontamente adotadas pelos personagens, cumprindo cada um o papel que lhes foi dado pelo autor. Lima nos põe a pensar em quem seriam os responsáveis por criar as identidades no chamado “mundo real”, e como nos comportamos de forma natural em relação a estas identidades estabelecidas, sem nos darmos conta do teatro que a vida se torna. Por isso Lima satiriza e carnavaliza seus personagens e suas identidades.

A carnavalização é a maneira mais recorrente de Lima Barreto para “ficcionalizar” uma realidade; assim, utiliza-se desse recurso de maneira exaustiva em *Numa e a Ninfa*:

Via de regra, as eleições republicanas são vistas pelo autor por uma ótica invertida: em vez da lisura do processo eleitoral – tal como era defendido e propagandeado pelos republicanos -, assistimos a uma farsa política que implica o descrédito do próprio regime. Lima Barreto narra, assim, um processo marcado pelos vícios de um patriarcalismo pretensamente ultrapassado [...]: inverte-se, parodicamente, o sentido da política republicana, as cenas tornam-se ambíguas, instala-se a carnavalização nas eleições. Em nenhum outro romance do autor esse fato é mais marcante do que em *Numa e a Ninfa* [...]. (SILVA, 2011, p. 82).

A carnavalização e a paródia são dois dos principais recursos estéticos que Lima Barreto utiliza na maioria dos seus escritos. Unido a isso temos a novidade dos temas abordados: o que muda é o ponto de vista de quem vê os fatos, os marginalizados e não mais a elite política e econômica, como se dá em outros escritores. Há também uma mistura de *non-sense* que ajuda na construção da carnavalização.

Yatsu define o termo carnavalização tendo como base Bakhtin:

[...] a carnavalização e o grotesco. Ambos os termos foram introduzidos por Mikhail Bakhtin na obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (2008). O carnaval a que se refere Bakhtin é o momento em que ocorre a inversão dos valores, é o mundo ao revés. O carnaval é lembrado pelo teórico como a festa dos loucos, dos burros; a celebração, que no período referente à Idade Média e Renascimento era celebrada a paródia da liturgia. É no período do carnaval que ocorre a abolição da formalidade e da etiqueta. As imagens associadas ao carnaval nesse período eram os anões, gigantes e monstros. O personagem que mais se sobressaía era o palhaço, representante do espírito carnavalesco. A carnavalização é o movimento de desestabilização, subversão e ruptura em relação ao mundo oficial; o intuito é desconstruir a realidade, desestabilizar a verdade. (2010, p. 97).

Importante dizer que esta definição se encaixa perfeitamente no uso que Lima faz deste recurso literário, apontando os verdadeiros valores escondidos por trás dos discursos de fachada, apresentando tudo como uma grande bagunça, invertendo os valores oficialmente colocados.

Em *Numa e a Ninfa* (1915), o autor direciona suas ironias de forma aberta, identificando os costumes e preconceitos sociais responsáveis pelo distanciamento entre os indivíduos, através da cultura individualista, excludente e beneficiadora de interesses particulares. Como alvo dos ataques encontra-se o Sistema Republicano, representado pelos políticos, denominados no texto de “profissionais da política”. Servindo como caricatura dessa classe, tem-se a personagem Numa, deputado e genro do senador Neves Cogominho, político influente no microcosmo retratado. O deputado é o estereótipo do mau político, servindo como ponto para onde todas as críticas e ironias se direcionam. A escolha dos nomes dele e da esposa Edgarda possibilita ao narrador conduzir a narrativa, desde o início, para o viés irônico que pretende dar à história. No entanto, a percepção desse recurso só será apreendida com o conhecimento do leitor sobre a história romana associada aos nomes das personagens. (PINTO, 2002, p. 37).

Uma característica que deve ser apontada logo de início é que o romance em questão tem o protagonismo dividido entre dois personagens. O primeiro protagonista é Numa Pompílio de Castro, personagem sem brilho por causa de sua passividade perante todos os desafios que lhe apresentam no romance: deputado considerado uma das “revelações parlamentares”, a que mais “causou espanto” pelo fato de que “era quase desconhecida da Câmara e completamente do público, a existência do deputado Numa Pompílio de Castro”

(BARRETO, 1989, p. 12 - 13), cuja vida “não tinha história nem interesse”. (Idem, p. 17). Sua maior conquista foi ter conseguido com que seu pai lhe arranjasse casamento com a filha de um importante político local, Sr. Neves Cogominho, esperando, “com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida” (Idem, p. 21) que, por sua vez, o ajudou a se eleger deputado, sendo por isso conhecido por “o genro do Cogominho”. Era tão desconhecido e apagado na Câmara que “frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera”. (Idem, p. 13).

Era um indivíduo apagado, que permanecia largado em um canto da Câmara durante as sessões. Sua atitude como deputado era votar sempre seguindo o líder da bancada, sem sequer dar qualquer opinião sobre se era contra ou a favor da matéria, por isso “era o deputado ideal, já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e a sua presença nas sessões era fatal”. (Idem).

A solução encontrada por sua esposa, Edgarda, para retirar Numa do medíocre anonimato em que vivia foi construir os discursos de seu marido. No romance podemos notar que é visível o vexame e a vergonha que Numa sentia de si mesmo por ter consentido neste fato: “caminhava acanhado, de cabeça baixa, trôpego um tanto, mas a mulher, Dona Edgarda, pisava com segurança, muito naturalmente, e com a fisionomia cheia de alegria contida”. (Idem, p. 15).

Vivendo nesse panorama corrompido, encontra-se Edgarda, personagem representante das concepções burguesas, filha de Neves Cogominho e esposa de Numa. Criada no meio político, a moça é fruto das convenções sociais preconizadas como regras inquestionáveis. Sua caracterização permite ao autor ironizar o fracasso do casamento por conveniência, a importância dada aos títulos como os de “doutor” para a ascensão pessoal e as regras machistas e limitadoras das capacidades femininas. (PINTO, 2002, p. 38).

Numa era “filho de um pequeno empregado de um hospital do norte, fizera-se bacharel em direito, a custa das maiores privações”, porém, “embora humilde não foram as cumeadas da vida que ele viu. Viu a formatura, o doutorado isto é, ser um dos brâmanes privilegiados, dominando sem grande luta e provas de valor, pois, com ele, afastava uma grande parte dos concorrentes”. (BARRETO, 1989, p. 17 - 18). Não foram poucas as tentativas de Numa de se

enquadrar à sociedade, “o filho do escriturário, desprezado pelos doutores, percebeu logo que era preciso ser doutor fosse como fosse”. (Idem, p. 18).

Numa não era homem de ação, “parecia que uma energia dessas se devesse empregar em altos intuitos; há aí, porém, uma questão de ponto de vista. No seu entender, o máximo escopo da vida era formar-se e formou-se com grande esforço e tenacidade”. (Idem). Numa não acreditava naquilo que fazia, não tinha um “alto amor ao saber [...] odiava-o até” (Idem), mas sabia que somente poderia tentar integrar-se à sociedade fazendo aquilo que todos esperavam dele, seu pai, que o queria formado, seu sogro, que o queria político, e sua esposa Edgarda, que o queria famoso e importante, já que “tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas, tinha ilusões de nobreza”. (Idem, p. 22).

Numa tentou agradar a todos. Mas falhou em tudo: na faculdade de que não gostava, onde havia “todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas” (Idem) que “pareciam-lhe vazias de sentido, sem substancia, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens”. (Idem). Falhou também na vida política, porque realizou a vontade do sogro em ser deputado, tornou-se o pior entre todos: o mais indolente, aquele que sequer discutia as questões postas em votação. Para agradar a sua esposa - que na impossibilidade de realizar seu desejo de ser ela uma deputada transferiu ao marido seu sonho de reconhecimento - aceitou sua sugestão de escrever seus discursos, mesmo que para isso tivesse que pagar um grande preço posteriormente.

A luta pelo poder a todo custo e as consequências que isso traz para a vida dos envolvidos é um dos principais temas do romance. Um dos indicadores dessa luta pelo poder é a constante tentativa de construir ou delimitar e atribuir identidades. No romance vemos as lutas para definir uma identidade nacional, uma luta pelo poder de fixar uma identidade para o país. O narrador constantemente faz, de forma indireta, algumas questões ao longo do romance: quem é o brasileiro? Quais seus costumes? Como se comporta?

A obra inicia-se com duas citações. Na primeira, cita Lima Barreto Jacques-Bénigne Bossuet, bispo e teólogo francês do século XVII, defensor do absolutismo monárquico por direito divino: “Esta nação (Egito) grave e séria no início sabe o verdadeiro fim da política, que é o de tornar a vida de pessoas confortável e feliz”. (BARRETO, 1989, p. 9). Em seguida cita um trecho de *Vida de Numa Pompilio*, de Plutarco, biografia do lendário rei de Roma: “... que uma divindade [...] tinha julgado digno de sua aliança; e, esposo da ninfa Egéria, cumulado dos dons do seu amor, tornara-se passando os dias junto dela, um homem

feliz e sábio no conhecimento das cousas divinas”. (BARRETO, 1989, p. 9). Diz a lenda que o rei Numa teria recebido o projeto da reforma política e religiosa da cidade pelas mãos da ninfa Egéria; esta teria se apaixonado por Numa e o tomado por esposo.

As citações de Plutarco e Bossuet por Lima Barreto remetem ao próprio tema do romance: qual o grau de qualificação e comprometimento de um político para fazer uma nação ser “grave e séria”? Esta interpretação moderna de Plutarco, agora transformando o antigo herói épico em um herói burguês e descomprometido com a tradição, aliás, com qualquer tradição, pois seu único empenho é saciar sua fome individual de poder, demonstra a enorme capacidade satírica do escritor carioca: este Numa carioca nada tem a ver com o rei Numa da antiguidade, este sim comprometido com seu povo e com suas causas.

Se ambos se submetem à ninfa, é por razões e destinos divergentes: o rei Numa o faz por seu povo, porque assim mandava a tradição; o Numa moderno o faz para si, para seu deleite, para sustentar suas próprias causas. Mesmo as coincidências entre ambos os personagens apenas deixam à vista suas divergências; se o rei Numa consultou sua ninfa Egéria – uma ninfa verdadeira – e com ela contraiu matrimônio por amor; o moderno Numa consultava sua esposa Edgarda, com quem se casou por interesses políticos. Ao contrário do rei Numa, o político recusava-se a “passar os dias junto dela [...] feliz e sábio no conhecimento das cousas divinas”, pelo contrário, enquanto “a mulher lia, lia muito [...]”, Numa “não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou por obrigação”. (BARRETO, 1989, p. 24).

A passagem [acima citada] ilustra o desejo do autor de integrar a história do romance ao mito. No entanto, ao ter contato com a lenda, o leitor percebe o tom de sarcasmo na ligação entre as personagens dos dois contextos que se encontram em polos completamente distintos uns dos outros. [...] Tem-se, a partir da apresentação da personagem romana, a descrição oposta daquela conferida à barretiana. O Numa (de Barreto) é apresentado como uma figura patética, sem cultura e distante de quaisquer valores que o engrandecem como ser humano. Ele é o protótipo do homem com ideais individualistas em busca de projeção pessoal, e que deseja, simplesmente, usufruir das regalias oferecidas aos políticos. (PINTO, 2002, p. 73 – 74).

Numa é identificado como um político fraco e sem opiniões próprias, não apenas depende de sua esposa para construir seus discursos como depende dos líderes políticos para indicar como será a votação. Esta situação se refletia em seu comportamento junto à esposa nas aparições públicas, conforme citação feita (BARRETO, 1985, p. 16).

O romance parte da limitação de Numa, herói moderno desajustado ao seu contexto social, de sua tentativa de conseguir algum ajustamento, embora se importasse apenas com os negócios que viessem a trazer algum benefício a si:

Esse Costa era funcionário publico e fora da escola Militar, donde trouxera umas fórmulas positivistas e uma forte crença nos efeitos milagrosos da palavra republica. [...] Numa prezou muito a sua opinião por dois motivos: Costa escrevia nos jornais e era ouvido com atenção pelo poderoso chefe Bastos. (BARRETO, 1985, p. 16 -17).

Sua limitação não permite que ele assuma, de forma completa, a capacidade de criar identidades. O poder que detém é questionável e manipulável por seus pares parlamentares e pelo grupo social do qual faz parte. Sua passividade não o credita a ser influente perante a sociedade. Sua busca por um discurso é a busca pela credibilidade, e pelo completo poder de influenciar, ascendendo ao nível do Bastos, o coronel chefe do partido.

Pinto concebe o romance como uma narrativa que:

[...] aborda um universo de questões relativas à República brasileira, apresentando ao público os figurões da política e fazendo uma crítica à sociedade conservadora da primeira metade do século XX, cheia de superficialismo e desmandos. Nela há o relato fiel dos vícios e costumes sociais e políticos de forma tão próxima e verossímil, que chega a confundir o leitor sobre o que é realidade ou ficção. (2002, p. 32).

É exagero dizer que o romance confunde o leitor sobre o que é realidade ou ficção; é bem possível separar o que de fato ocorria na antiga República do Brasil e os fatos que sabemos serem inventados por Lima Barreto. Pinto segue afirmando que:

Em *Numa e a Ninfa* (1915), o autor apresenta ao leitor os discursos históricos, políticos e sociais, em suas ideologias. Com o objetivo de denunciar e criticar as mazelas sociais, ele dialoga com o interlocutor e o conduz à conscientização, motivado pelo desejo de mudança de postura. A obra ilustra a concepção do dialogismo desenvolvida por Bakhtin (2004), ao narrar uma história de ambição, hipocrisia, convenções e ascensão sociais, traição e desigualdade, aspectos humanos recorrentes em diversas fases da

história do mundo. Os discursos travados pelas personagens levam o leitor à interpretação de outras falas socialmente existentes, que se mantêm como forma de resposta, bem diferente da estética conservadora, que para Bakhtin (2004), não estabelece correspondência com o discurso existente e praticado em determinado momento e espaço. (2002, p. 33).

Lima Barreto apresenta uma denúncia, porém, mais do que isso, ele apresenta uma narrativa, a narrativa de um país, uma opção ao discurso fundador oficial estabelecido pelos mandatários. É a versão de Lima dos pilares fundantes da identidade nacional. Uma espécie de nova versão da Carta de Pero Vaz de Caminha, no original “em tal maneira é graciosa [a terra] que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo” (ORLANDI, 2001, p. 12), agora na nova versão “Isto é bom em outras terras que se prestam a culturas remuneradoras. As daqui são horrorosas e só dão bem aipim ou mandioca e batata doce”. (BARRETO, 1989, p. 33). Era preciso que um estrangeiro construísse a nova versão da narrativa fundadora, assim como Caminha escreveu a original, Bogóloff viu e descreveu as “más-novas” da terra prometida, como um negativo das “boas-novas” de Caminha.

Não enxergaram os contemporâneos de Lima Barreto que este quis construir um novo discurso fundante em *Numa e a Ninfa*, e *As aventuras de Dr. Bogóloff*. Estas obras representam um relato confidencial do redescobrimento.

Bogóloff descobre um país diferente daquele da propaganda oficial: não é amistoso, é aproveitador; não é alegre, é esquizofrênico e ri de desespero, a alegria que vem da loucura; não é pacífico, é extremamente violento contra aqueles que é necessário ser. Segundo Pinto:

Em *Numa e a Ninfa* (1915), o autor direciona suas ironias de forma aberta, identificando os costumes e preconceitos sociais responsáveis pelo distanciamento entre os indivíduos, através da cultura individualista, excludente e beneficiadora de interesses particulares. Como alvo dos ataques encontra-se o Sistema Republicano, representado pelos políticos, denominados no texto de “profissionais da política”. Servindo como caricatura dessa classe, tem-se a personagem Numa, deputado e genro do senador Neves Cogominho, político influente no microcosmo retratado. O deputado é o estereótipo do mau político, servindo como ponto para onde todas as críticas e ironias se direcionam. A escolha dos nomes dele e da esposa Edgarda possibilita ao narrador conduzir a narrativa, desde o início, para o viés irônico que pretende dar à história. No entanto, a percepção desse recurso só será apreendida com o conhecimento do leitor sobre a história romana associada aos nomes das personagens. (PINTO, 2002, p. 37).

O uso da sátira e da ironia, aliás, são armas de contestação que se organizam pela ridicularização do outro e são, sem dúvida, recursos literários que melhor representam o caos brasileiro no início do século XX. O alvo da ironia é a crise de identidade que havia entre os cariocas no período da *belle époque*: como se identificar como civilizados e descendentes de europeu se nações vizinhas identificavam a todos os nacionais como *macaquitos*? Lima não via nenhum problema nessa comparação: “Precisamos nos convencer de que não há nenhum insulto em chamar-nos de macacos. O macaco, segundo os zoologistas, é um dos mais adiantados exemplares da série animal; e há mesmo competências que o fazem, senão par, pelo menos primo do homem. Tão digno totem não pode causar vergonha”. (BARRETO, 1956, p. 140). Lima percebeu que a irritação que se observou nos jornais estava na generalização que fizeram argentinos e uruguaios, e não na ofensa em si. Mais do que nunca a identidade era uma forma de se fazer a separação em um país como o Brasil: “nós” e “eles”.

O romance está dividido entre “nós” e “eles”, entre a identidade e a diferença. Mesmo que o narrador onisciente - “narrador onisciente seletivo” (D’ONOFRIO, 1995, p. 61) -, narrando em terceira pessoa, não penda para nenhum dos lados, a assunção do poder é que distingue quem são “nós” e “eles”, esta posição não é evidenciada pelo narrador, mas pelo próprio desenrolar da história. “Nós”, a identidade, são aqueles que criam as identidades, e fazem a política, exercem o poder, estão sempre com a razão dos fatos. “Eles”, a diferença, são os que recebem a identidade, aqueles que ficam de fora das decisões políticas, que são agentes passivos do poder e necessitam obedecer.

Romeiro (2009, p. 22) afirma que:

Outro elemento essencial na narrativa é o narrador. Muitas transformações o romance sofreu desde o século XIX e uma das principais mudanças refere-se à posição do narrador [ . . . ]. Anteriormente, o narrador desenvolvia o intermédio dos fatos acontecidos, ou seja, narravam-se as passagens sucedidas com a intenção de trazer ao leitor uma sensação de realidade. No romance contemporâneo, entretanto, o princípio tradicional da narração se transforma, por atribuir à categoria narrativa a desfiguração, delimitando uma contradição.

O papel do narrador em *Numa e a Ninfa* é o de externar os pensamentos dos personagens, pensamentos mais profundos e interiorizados:

Desde o início, o narrador guia a leitura para esses objetivos, por meio dos esclarecimentos temáticos expressos nos motivos escusos em torno do projeto que envolvia a vida dos deputados, naquele momento. A descrição da cena conduz o receptor não só a imaginar o acontecimento como a reconhecê-lo em seu meio social. O narrador de Barreto guia e conduz o tom da narrativa. (PINTO, 2002, p. 44).

A começar por Numa que “logo que se viu formado, partiu para a sua terra natal e lá andou um ano inteiro a receber homenagens, sempre estranhando que alguns de seus companheiros de colégio não o chamassem por doutor”. (BARRETO, 1985, p. 19). Numa atribui a si próprio a identidade de “doutor” e exige que assim seja reconhecido, quem o reconhece acredita que ele assim o é, vê no deputado direito a esta alcunha. Se ele é assim reconhecido é porque tem poder para tal e as pessoas do seu convívio chancelam seu direito de fato em ostentar a alcunha de “doutor”.

Este reconhecimento, no contexto do romance, o situa como participante do grupo do “nós”, e assim o habilita a identificar seus pares: “Aos poucos, com aquele seu faro de adivinhar onde estava o vencedor – qualidade que lhe vinha de uma sagacidade natural e própria, mas de uma ausência total de emoção, de imaginação e orgulho inteligente – foi subindo até juiz de Direito”. (BARRETO, 1985, p. 19). Aqui vemos que Numa identifica como “vencedor” aqueles que têm algo que lhe interesse e menos pelas qualidades individuais da pessoa.

## **PERSONAGENS FEMININAS COM IDENTIDADES FLEXÍVEIS**

As mulheres no romance *Numa e a Ninfa* são colocadas em um papel de grande flexibilidade identitária, uma vez que são ao mesmo tempo vítimas e algozes no sistema patriarcal em que estão envolvidas. Deixo claro que neste romance Lima Barreto dá ênfase às esposas dos políticos e militares, ou seja, àquelas que estão na parte de cima da pirâmide social e que possuem certos poderes perante os menos favorecidos, mas nem por isso deixam de ser consideradas inferiores aos seus pares masculinos, no mesmo círculo social.

Retratando as vozes sociais de algumas mulheres ambiciosas, que fazem parte de um ambiente desprovido de valores, o autor chama a atenção para uma postura diferente, menos subserviente da mulher, mas ainda impregnada por regras pertencentes ao discurso conservador e machista. (PINTO, 2002, p. 54).

São vítimas porque se submetem aos ditames machistas e patriarcais da sociedade de que fazem parte. São algozes porque fazem o jogo do poder e da identidade contra seus subordinados.

Não podendo projetar-se socialmente [a mulher] é obrigada a fazer tudo que está ao seu alcance para o esposo ascender. Seria o que o marido fosse. Recebia as atenções correspondentes ao posto ocupado por ele. Por este motivo algumas personagens femininas de Lima Barreto usam de todos os artifícios de que podem lançar mão para verem seus parceiros ocupando lugar de destaque. Mulheres ambiciosas, sem possibilidades de realização, jogam neles suas pretensões. (VASCONCELOS, 1999, p. 122).

Desta forma, e de acordo com a teoria que escolhi como ponto de observação do *corpus* de pesquisa, não é conveniente falar em “vítimas” e “opressores”, mas em situações de *identidades flexíveis*, onde seu relacionamento identitário vai mudar de acordo com os determinados grupos de pessoas. Cito a personagem D. Celeste, esposa do governador Macieira, como exemplo desse duplo papel identitário no romance. Por um lado ela faz o jogo do poder nutrindo um sentimento de desprezo pelos pobres:

A política monopoliza tudo. É um coronel que quer isso, é um deputado que quer aquilo... Há as brigas. Demais, a renda é pequena, não dá...  
- É saudável?  
- Lá isso é; mas não é a cidade que me aborrece. É aquela gente. Que gente! E fechou a fisionomia cheia de desprezo e desgosto. [...]  
- Os deputados e governadores não deviam estar em dependência tão estreita desse povinho – não acha você, Edgarda?. (LIMA BARRETO, 1915, p.81).

Ao mesmo tempo é vítima da infidelidade do marido. As condições sócio-históricas obrigam D. Celeste a aceitar submissamente a presença constante da amante do marido. Segundo Pinto (2002, p. 56), “vinda da aristocracia rural, Dona Celeste representa a típica

mulher submissa, que nascera para ser dona do lar. Vivia um casamento de aparências, aceitando o relacionamento extraconjugal do marido sem questionamento ou rusgas”.

Conforme diz Vasconcellos:

A ideologia do tempo só permitia à mulher ser objeto de crescimento do marido. Se ela podia fazê-lo crescer, porque era obrigada a manter-se como seu acessório? O homem, mesmo quando parvo, permanece superior aos olhos dos outros, principalmente, quando ocupa posição de destaque, razão pela qual as meninas olhavam com inveja mesmo um “casamento desigual”. (VASCONCELLOS, 1999, p. 124).

Não havia alternativa, mesmo para mulheres ambiciosas, senão a submissão no plano público. Já no espaço privado havia alguma condição de manobra para aumentar a liberdade. No caso da esposa de Numa, esta encontrava-se furtivamente com seu primo e amante Benevenuto com uma dupla missão: escreverem os discursos de Numa e viverem um romance proibido.

As personagens femininas mais expressivas de *Numa e a Ninfa* (1915) pertencem ao contexto político, sejam elas esposas, amantes ou viúvas dos representantes do povo. Elas são os tipos de mulheres completamente desvinculadas do estereótipo romântico e, conforme as palavras de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1980), empregam os esposos e amantes como meios para atingir objetivos políticos, econômicos e sociais. Barreto denuncia a ambição dessas mulheres que, assim como os seus companheiros, querem ascensão e reconhecimento social através de formas fáceis e desonestas. Nesse contexto, elas não correspondem, exatamente, ao modelo da mulher vítima, dominada pela situação, mas são frutos da corrupção humana, que atinge, indistintamente, homens e mulheres. (PINTO, 2002, p. 56):

Por isso é tão difícil falar em “vítimas” e “opressores” nesta obra de Lima Barreto, todos têm identidades flexíveis apesar de saberem bem qual seu lugar na organização social vigente.

Denunciando esses e outros problemas vivenciados pelas mulheres, Lima Barreto em *Numa e a Ninfa* (1915) analisa a condição feminina dentro desse

sistema de regras rígidas e impostas socialmente. Embora as mulheres do romance pertençam à camada social elevada e comunguem dos jogos de poder e interesse, elas também se incluem dentro do ambiente que privilegia o poder do homem em relação ao sexo oposto. (PINTO, 2002, 58).

## **A CONSTITUIÇÃO ESPACIAL DA OBRA**

O espaço do romance é como um personagem, tem sua própria identidade e em tudo se aproxima de seus moradores e do estado de ânimo e espírito destes:

A descrição da parte rica do Rio direciona o leitor a uma linda paisagem formada de cores vivas e quentes, compondo um cenário agradável com lugares bonitos e com pessoas felizes. Porém, diferente da proposta romântica de pintar cenas bucólicas, com a intenção de criar uma atmosfera apropriada para o romance dos protagonistas, o narrador barretiano insere o cenário inspirador, a fim de confrontá-lo com o lado oposto da cidade habitada por funcionários públicos, professores, moças à espera de casamento e uma variedade de personagens estereotipadas que povoam a obra [...]. (2002, p. 44).

A descrição do espaço nas narrativas barretianas é tomada como uma transfiguração dos sujeitos que nele moram, traça-se um paralelo entre o estado de espírito dos moradores com a descrição dos lugares:

Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, porta e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade, curioso por mais de um aspecto. Muito baixo e comprimido entre as vertentes e contrafortes de Santa Teresa e a cinta de colinas graníticas – Providência, Pinto, Nheco – ainda hoje as chuvas copiosas do estio teimam em encontrar depósito naquela bacia, transformam as vias públicas em regatos barrentos, saltam dos leitos das ruas, invadem, por vezes, as casas: os móveis bóiam e saem pelas janelas ainda boiando, para se perderem no mar ou irem ao acaso encontrar outros donos. (BARRETO, 1989, p. 65).

Ao dar uma característica humana à cidade (“triste parte da cidade”), Lima consegue transferir o adjetivo aos moradores daquela parte da cidade. A ideia de descrever a periferia como um lugar longínquo e degradado se mistura à própria condição dos habitantes. Colocar o subúrbio como espaço protagonista em um romance torna-se um incômodo quando seus moradores também despontam como protagonistas até

[...] propriamente às miudezas impuras do subúrbio de Lima Barreto. E é justamente essa literatura que se toma incômoda, em especial por estar povoada de tipos e lugares estranhos aos ideais de "civilização" do período. Habitada por uma espécie de galeria de deserdados, nela vemos desfilar mulatos violeiros, capangas eleitorais, poetas suburbanos fracassados, desempregados, imigrantes desiludidos, funcionários públicos frustrados, militares sem patente e batalha. Não são mais Botafogo e os grandes casarões burgueses que representarão metonimicamente o país, mas Inhaúma, São Cristóvão com suas casas suburbanas e ruas esburacadas. Na busca da expressão de seu tempo, o escritor cria mundos paralelos e metafóricos - Bruzundanga, Reino do Jambon, Al Patak, Estado dos Carapicus. O bizarro irrompe com força na presença de Felixmino Ben Karpatozo, Idle Bhras, Bogóloff, Xandu, Sofonias... (LIMA, 2001, p. 2).

A palavra central da citação acima é “civilização”. Conhecemos uma civilização por dois aspectos: o povo que a compõe e a estrutura física que a sustenta, sua arquitetura sai do âmbito do utilitarismo pragmático e entra na ideia de cultura. Uma civilização tem um espaço propriamente caracterizado, o aspecto de sua existência física reflete a cultura em que esta civilização se apoia: um casarão não serve apenas para morar, serve para demonstrar a identidade de quem nela habita. A periferia é o lugar onde habitam os protagonistas barretianos:

A descrição pormenorizada da periferia revela um lugar sombrio e degradante, no qual habitava a maioria da população. O confronto entre os dois pontos da cidade, um formado pela elite conservadora e herdeira de títulos e oportunidades, e o outro, composto pela massa que impulsiona o crescimento do país, revela a desigualdade existente no Brasil, que trouxe, com os ideais de modernização da República, uma discrepância ainda maior entre as classes sociais. (PINTO, 2002, p. 45).

Longe dos ideais de civilização vigentes, o romance Numa e a Ninfa muda o foco de assuntos já tratados, os “esquecidos” antes figurantes sem personalidade agora desfilam seu

modo de ser e de pensar livremente, mesmo que presos às amarras da identidade atribuída. E esta estrutura física chamada periferia é onde se sustentam. Conforme Oakley, em *Numa e a Ninfa* “temos o espaço dos vencidos, dos que precisam sobreviver”. (OAKLEY, 2011, p. 14).

O espaço faz parte da constituição da identidade no romance, segundo Pinto:

Contrapondo-se ao sistema vigente, o narrador continua a sua exposição e, também, se apropria da palavra para descrever o Rio de Janeiro. Como forma de denúncia, contrasta as partes dos centros urbanos, frequentados pela elite cultural do país, com os subúrbios cariocas. Essa oposição entre os polos opostos da cidade revela a transformação vivenciada pela então Capital Federal, que com o advento da República, mudou não só o aspecto físico, como também o social [...]. (PINTO, 202, p. 44).

Os ambientes colaboram não apenas para a cena, mas também para os personagens comporem seu estado de ânimo e de espírito. Vamos observar um trecho de *Numa e a Ninfa*:

Afogada no luar, a cidade oferecia um aspecto de paz serena e tranquila satisfeita. Pelas ruas, não havia ninguém e aquelas casas inteiramente fechadas, mudas, tranquilas, enchiam os dois passageiros de uma suave satisfação. Era como se esquecêssemos que, dentro delas havia muita angústia, muito tormento, muita paixão e ódio. Verificando isso, tinha-se vontade de que todos nós, toda a humanidade, viesse a dormir assim, pelos séculos fora... (BARRETO, 1989, p. 113 - 114).

A descrição da noite e do luar enquanto Dr. Bogóloff volta para casa no carro do delegado Dr. Chaveco nos dá os sentimentos e as emoções que envolvem o personagem: o “aspecto de paz serena e tranquila” que a cidade oferecia, as “casas inteiramente fechadas” e “mudas”, “tranquilas”, que enchiam os dois de “suave satisfação”. Porém, “dentro delas havia muita angústia, muito tormento, muita paixão e ódio”. As casas refletem o sentimento dos personagens: da mesma forma que por fora delas havia tranquilidade, por dentro havia angústia, paixão e ódio; assim também ocorria com os personagens: por fora uma aparência de tranquilidade, mas por dentro havia sentimentos ruins. É uma comparação não apenas possível, mas provável. Também é possível dizer que há nisso um sentimento de culpa já que ao ter contato com essa gama de emoções metaforicamente descritas, a vontade do

personagem era de que “toda a humanidade, viesse a dormir assim, pelos séculos fora”, dando a entender que melhor seria que as coisas terminassem assim, no sono eterno da morte.

As descrições do ambiente também são recursos estéticos usados por Lima para contextualizar seus personagens. Mas não se limita a ser uma descrição da realidade, já que o escritor carioca evidencia suas impressões subjetivas, ora positiva, ora negativamente, colaborando para a carnavalização de suas obras. Segundo Romeiro (2009, p. 22):

Os espaços não demonstram a mera passagem das personagens pelos territórios: a riqueza do espaço colocada no romance proporciona vários questionamentos sobre o fazer literário. Cada novo local apresentado sugere uma reflexão acerca da literatura e das tradições dos espaços referidos. Na medida em que as personagens chegam aos novos ambientes, o narrador introduz elementos culturais dessas regiões, como provérbios e máximas populares referentes aos espaços remetidos. Dessa forma, além de ampliar a diversidade cultural e geográfica, faz menção à tradição popular ao mesmo tempo em que se evidenciam as particularidades [...]

Acrescentando a constatação de Marques (2009, p. 11):

Na literatura, como sabemos, o espaço compõe uma das categorias narrativas que auxilia não apenas na estruturação da narrativa, mas ultrapassa sua realidade objetiva assumindo nesta uma função primordial ao constituir um plano altamente significativo que plasma as relações dos homens com a natureza e com suas consciências. Mergulhados no tempo e no espaço, movem-se os homens recordando seu passado e projetando perspectivas futuras.

O espaço privado também é afetado pela perspectiva identitária de Lima Barreto. A família e o casamento são observados como instituições fora do âmbito do sagrado. Em *Numa e a Ninfa* há uma “progressiva desconstrução” dos “ideais de casamento e família modelar” (MISKOLCI, 2012, p. 124), seja na traição de Edgarda, nos casamentos por interesses, e nas relações pessoais pautadas por segundas intenções, vemos a incoerência dos discursos felizes de união, amor e amizade serem acachapados pela violenta realidade dos interesses econômicos e a busca do poder.

## AS AVENTURAS DO DR. BOGÓLOFF: UM PERSONAGEM, DOIS PONTOS DE VISTA

Dr. Grégory Petróvitch Bogóloff surge no romance *Numa e a Ninfa* como um imigrante russo desconhecido que estava hospedado na casa de Lucrécio, o jagunço do Dr. Bastos. Fugiu para o Brasil devido às perseguições políticas que sofria em sua terra natal e, “com as melhores disposições para o trabalho honesto, emigrou, foi para uma colônia, derrubou o mato do lote que lhe deram, construiu uma palhoça; e, aos poucos, uma casa de madeira ao jeito das isbás russas”. (BARRETO, 1989, p. 73).

O personagem russo entra na obra como um olhar distante que observa os costumes e os problemas de uma nação. Este olhar é, ao mesmo tempo, aquele de quem dá e de quem lê a identidade dos que estão a sua volta. Bogóloff é o personagem ideal para quem pretende alegar possuir este distanciamento emocional do objeto de observação e estudo. Barbosa (1975, p. 174) diz que “Lima Barreto não possuía inclinação para o cinismo, daí transferir tal comportamento para alguns personagens: ‘como Doutor Bogóloff, tipo charlatão prodigioso, que desprezava a humanidade e a si mesmo’”. Na verdade Bogóloff passa no Brasil pelo “aprendizado do cinismo” (BARBOSA, 1975), aprende em solo nacional que, para sobreviver em ambiente tão hostil, deve aprender a mentir e a entrar no jogo das identidades:

— És tolo, Bogóloff; devias ter-te feito tratar por doutor.  
— De que serve isso?  
— Aqui, muito! No Brasil, é um título que dá todos os direitos, toda a consideração...  
— Se te fizesses chamar de doutor, terias um lote melhor, melhores ferramentas e sementes.  
Louro, doutor e estrangeiro ias longe! Os filósofos do país se encarregavam disso. (BARRETO, 1988, p. 73).

Em *Numa e a Ninfa*, Bogóloff aparece na metade da obra, aos poucos deixa de ser personagem secundário e toma para si o protagonismo do romance, dividindo este em duas partes, a primeira com grande aparição de Numa, o primeiro protagonista, e a segunda com a aparição de Bogóloff.

Lima Barreto toma afeição por seu personagem a ponto de assinar alguns artigos com o nome de Dr. Bogóloff. Em *As aventuras do Dr. Bogóloff* observamos tratar-se do romance *Numa e a Ninfa*, com duas alterações básicas: a perspectiva agora é a do Dr. Bogóloff, elevado à categoria de narrador e personagem principal e há o aumento da trama em torno do

personagem. Cronologicamente, *As aventuras* foram publicadas antes de *Numa e a Nínfa*, o primeiro em 1912 em forma de folhetins (fascículos) em jornais e o segundo em 1915. Portanto *As aventuras* é o livro que deu origem a *Numa e a Nínfa*, porém a publicação de *As aventuras* sob a forma de livro ocorreu somente em 1950 segundo Lima (2011, p. 97): “Na realidade, as *Aventuras* não passaram de quatro capítulos, sendo que efetivamente em 1912 dois fascículos circularam, e três anos mais tarde, em 1915, duas outras aventuras inéditas foram incorporadas ao romance *Numa e a Nínfa*”.

Com a narrativa em primeira pessoa e o total protagonismo de Bogóloff, este romance incompleto toma ares de justificativa para os acontecimentos de *Numa e a Nínfa*. Ao contrário do que ocorre no romance em terceira pessoa, em *As aventuras*, o protagonista pode se justificar e assumir a defesa própria em relação às atitudes que tomou:

Teria Lima Barreto concluído a redação das *Aventuras* ou teria redigido só o primeiro e mais algum ou alguns capítulo? Nada sei a este respeito. O que ainda posso acrescentar, no concernente ao Dr. Bogóloff, é que o romancista utilizou o nome do seu personagem como pseudônimo para assinar pelo menos dois artigos, estampados num semanário esquerdista de São Paulo, *A Lanterna*, em janeiro de 1918. O próprio Lima Barreto é quem nos revela isso, em dois outros artigos reproduzidos no volume das *Bagatelas*. Mas isso me parece revelar também a existência de uma certa afinidade ente o criador e sua criatura, entre o romancista e o seu personagem, no caso o Dr. Bogóloff sem a máscara. (PEREIRA, 2001, p. 58).

Em *As Aventuras do Dr. Bogóloff* os quatro capítulos dão a impressão de serem independentes, como quatro contos contando episódios distintos do personagem, ao contrário de *Numa e a Nínfa* onde há uma coesão caracterizando-a como romance. Os títulos dos capítulos nos dão pistas do tipo de escrita ali presente: I “Fiz-me, então, diretor da pecuária nacional”, onde a ênfase está na busca por emprego pelo protagonista; II “Como escapei de ‘salvar’ o Estado dos Carapicus”: Bogóloff é enviado a alguns estados do país para verificar como está a situação agrícola e quase acaba sendo empossado governador; III “Dei alguns planos e pinte a batalha de Salamina”: o personagem se arrisca na atividade de pintor para ganhar algum dinheiro; IV “Fui um momento Sherlock Holmes”, onde Bogóloff entra para o ramo de detetive; importante dizer que a primeira página do original deste capítulo está perdida, mas o contexto da história não fica prejudicado.

A vida de Bogóloff na Rússia é contada de forma mais detalhada assim como seus motivos para migrar para o Brasil.

Pouco antes de romper a guerra russo-japonesa, um operário com quem me dava, perguntou-me se eu poderia vir para o Brasil. Não sabia bem onde ficava tal país; sabia-o vagamente na América, mas, na minha imaginação geográfica, o colocava no lugar do México e este no lugar dele. Não lhe disse logo que sim e ele, para que me resolvesse, deu-me a ler umas brochuras escandalosamente apologéticas da desconhecida república da América do Sul. Nelas se dizia que era um país onde não havia frio nem calor; onde tudo nascia com a máxima rapidez; que tinha todos os produtos do globo; era, enfim, o próprio paraíso. Descontei cinquenta por cento, descontei mais e resolvi-me a emigrar. Um agente que andava catando desgraçados para a sua mercancia, deu-me passagem e eu, com um saco, meio cheio de roupas miseráveis, e alguns francos, embarquei em Odessa<sup>1</sup> e singrei o mar Negro em busca de Nápoles. (BARRETO, 1956, p. 5).

Com a narração em primeira pessoa temos o pensamento de Bogóloff mais direto, sua ideologia e sua visão de mundo ficam mais claras do que quando narrado em terceira pessoa.

Apesar de ter se tornado um trapaceiro, este personagem foi construído com a clara intenção de ter a simpatia dos leitores “[...] a ponto de não só compreendê-lo, como perdoá-lo”. (LIMA, 2001, 98).

---

<sup>1</sup> Cidade costeira ucraniana para onde Bogóloff vai antes de viajar ao Brasil.

### CAPITULO III – AS PERSPECTIVAS DO PERSONAGEM ESTRANGEIRO

*“Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo. O ridículo mata e mata sem sangue”.*

Lima Barreto

#### DR. BOGÓLOFF EM NUMA E A NINFA

A visão do estrangeiro sobre o Brasil, em *Numa e a Ninfa* e nas *Aventuras do Dr. Bogóloff*, não é uma novidade na escrita de Lima Barreto. Já em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1917), há um personagem chamado Ivã Gregoróvitch Rostoloff, jornalista romeno que vem tentar uma vida melhor no país. Este parece ser um protótipo do Dr. Bogóloff, já que suas críticas a respeito do Brasil vêm de comparações com seu país de origem e do estranhamento que lhe causam os costumes dos nativos. Sendo Dr. Bogóloff um estrangeiro, sua visão é a de quem tem isenção para exercer a crítica sobre os costumes de um povo cujo contato está sendo feito pela primeira vez.

Dr. Bogóloff é o típico intelectual cooptado que detém conhecimento e cultura, mas não poder econômico; sem dinheiro, mas bem formado e educado, é obrigado a recorrer a mentiras e a se submeter à vontade dos ricos e poderosos, mas ignorantes governadores e políticos que atuam no país. Constantemente olha o Brasil com estranhamento e compara-o com sua Rússia: Bogóloff tem a isenção e o distanciamento necessários para exercer uma crítica desapaixionada e sem interesses que impediria os nativos de a realizarem, incluído o próprio escritor. É neste contexto que Dr. Bogóloff pode ser considerado, mais do que um personagem, um recurso estético do escritor para fazer suas críticas retirando de si o peso que constantemente lhe atribuíam, o de ser um escritor panfletário e ressentido.

Começando pela política local, Bogóloff estranhava a maneira como eram conduzidas as questões da gestão pública:

— Dr, na sua terra é assim?

— Bem, assim não é; mas...

— Qual! Todas as terras são iguais.

Seria difícil a Bogóloff explicar ao amigo as diferenças e as semelhanças existentes entre o mecanismo político da Rússia e o do Brasil; uma diferença, porém, logo notou naquela procura de um médico para pleitear

eleições de vereadores. Só o mandonismo republicano com a sua concepção estupidamente cruel da política, é que podia lembrar-se de transformar comícios eleitorais em emboscadas de salteadores, com um médico entre eles. Curiosa piedade! (BARRETO, 1956, p. 121 – 122).

A comparação que Bogóloff faz não é neutra de valores, ele deixa claro que havia uma “concepção estupidamente cruel de política” no Brasil. Esta avaliação tem origem no “mandonismo republicano”. Esta diferença faz o sistema brasileiro pior que o russo, por esta perspectiva a identidade é o sistema político russo e a diferença o brasileiro.

Busquemos novamente as citações que abrem o livro *Numa e a Ninfa*. Conforme foi afirmado no capítulo II, as duas citações explicitam o tema do romance. Em Bossuet somos remetidos às características que se esperam de um bom administrador e seu resultado perante outras nações, ou seja, já aqui temos o reconhecimento do estrangeiro ao ver a boa administração de uma nação, afinal um país que usa sua política para tornar a vida de seus cidadãos “confortável e feliz” é tomada por todos como uma “nação grave e séria”. Ao fazer esta citação Lima já nos prepara para a ideia principal do romance: o olhar do estrangeiro sobre o Brasil e a importância desse olhar para a construção da própria identidade nacional.

Será que os estrangeiros enxergavam esta nação como “grave e séria”? Não é esta a impressão que o romance nos passa. Mais do que a desaprovação do estrangeiro pela forma de se fazer política no país, temos o reconhecimento por parte das próprias autoridades, que inferiorizam o próprio povo e o tratam como parte do problema a ser superado conforme Miskolci (2011) aborda em seu livro e conforme diz Pinto:

As transformações instituídas pelo novo regime ambicionavam acabar com o estereótipo que os outros países faziam sobre o Brasil. Através de propostas de modernidade e progresso, a primeira República propunha alterações abrangentes que atingiam, desde o espaço físico até a maneira de ser e comportar-se do povo brasileiro. Contudo, os anseios dos republicanos esbarravam, segundo Sevckenko (1999), em problemas enfrentados, especialmente, pela população mais simples, desde a expulsão de suas moradias até a punição dos hábitos próprios da cultura, como andar descalço ou cantar músicas folclóricas. (PINTO, 2012, p. 9).

Em um dos encontros que Bogóloff tem com o governador Xandu, na intenção de que lhe arranje um emprego, o gestor público explica para o russo pela qual razão o país é tão pobre:

— O que nos falta é o frio. Ah! A sua Rússia! Eu se quero ser sempre ativo, tomo todo o dia um banho de frio. Sabe como? Tenho em casa uma câmara frigorífica, oito graus abaixo de zero, onde me meto todas as manhãs.

Precisamos de atividade e só o frio nos pode dar. Penso em instalar grandes câmaras frigoríficas nas escolas, para dar atividade aos nossos rapazes. O frio é o elemento essencial às civilizações... (BARRETO, 1956, p. 13).

A Europa era o modelo de civilização nos séculos XIX e XX, mas a ironia aqui é que o frio é a característica que faz dos europeus povos superiores. Esta auto-inferiorização do governador Xandu coloca em xeque a regra de Hall e Woodward onde a identidade (superior) pertence ao “eu” ou ao “nós” e a diferença (inferior) pertence a “ele” ou ao “outro”. A assunção da própria cultura não como identidade, mas como diferença vem da não aceitação das características da formação do próprio povo, o que resulta na busca de modelos externos e em afirmações bizarras como a do governador Xandu que, na sua visível falta de conhecimento, atribui ao frio a “superioridade” europeia. Na literatura são poucas as vezes em que vemos uma comunidade não assumir o protagonismo da identidade, mas a diferença como sua principal característica, isso porque na literatura um país pode mostrar suas características, sua identidade que o torna único e especial. Assumir a diferença e reconhecer uma “inferioridade” é difícil encontrar até em ex-colônias, onde o fervor nacionalista tende a ser maior do que em países ditos desenvolvidos.

Podemos enxergar Bogóloff como aquele que vem para desautomatizar os processos de atribuição e fixação de identidade, já que a identidade atribuída é corrompida e problematizada. O escritor cria situações de subversões de identidades atribuídas. Um exemplo de identidade subvertida é o uso que o próprio Bogóloff faz da visão que os outros têm em relação a ele; em uma conversa com Lucrécio o russo renega sua formação:

Quando soube que tinha um grau universitário, disse-me logo:  
— És tolo, Bogóloff, devias ter-te feito tratar de doutor.  
— De que serve isso?  
— Aqui, muito! No Brasil, é um título que dá todos os direitos, toda a consideração, mesmo quando se está na prisão. Se te fizesses chamar de doutor, terias um lote melhor, melhores ferramentas e sementes. Louro, doutor e estrangeiro, ias longe!  
— Ora bolas! Para que distinções, se eu me quero anular? Se quero ser um simples cultivador? (BARRETO, 1956, p. 10).

Este diálogo retirado de *As Aventuras do Dr. Bogóloff* difere da citação retirada de *Numa e a Ninfa*. Bogóloff se contradiz quando vai oferecer seus falsos serviços como cientista ao governador Xandu:

O Sofônias fala-me aqui das suas idéias sobre pecuária. Quais são?

— São simples. Por meio de uma alimentação adequada, consigo porcos do tamanho de bois e bois do tamanho de elefantes.  
— Mas, como?  
— O meu processo é baseado na bioquímica e já foi experimentado alhures. O grande químico H. G. Wells já escreveu algo a respeito. Não conhece?  
— Não.  
— H. G. Wells, um grande sábio inglês, de reputação universal. (BARRETO, 1956, p. 13).

Para conseguir o cargo Dr. Bogóloff mente a respeito de sua formação, apresentando-se agora como biólogo e conhecedor de práticas milagrosas, prontamente acolhidas pelo governador, em momento algum desconfia das façanhas do russo que anteriormente nega sua formação para o amigo, não permitindo uma atribuição identitária por parte de Lucrecio.

Em outro ponto o russo faz questão de se apresentar como “doutor”:

Tardei muito em ir à sua presença, pois fui um dos últimos. Quando atravessava a porta do seu gabinete, veio-me ao espírito uma pequena dificuldade. Como devia tratá-lo? Sabia que tinha uma patente da guarda nacional, mas de que posto ignorava. Seria melhor tratá-lo de Doutor e, logo que me pus na sua frente, fui dizendo, sem reflexão:

— Doutor...

Estava quase a arrepender-me, mas notei que ele não se aborrecera. Ao contrário; a sua má fisionomia tomara uma rápida expressão de satisfação. Continuei:

— Doutor, eu sou o Dr. Gregory Bogóloff que...

Bonifácio adiantou-se e interrompeu-me:

— Sei. Li sua explicação. Sente-se, pois preciso falar-lhe demoradamente. (BARRETO, 1956, p. 32).

Apesar de querer “se anular”, Bogóloff sabe que é impossível permanecer no país sem tirar alguma vantagem da identidade que lhe foi atribuída: o título de “doutor”.

Neste sentido poderíamos chamar alguns personagens de Lima Barreto de “destruidores de identidade” ou “subversores de identidade”, pois estes sempre questionam a identidade dada.

Embora Dr. Bogóloff não seja exatamente um modelo do herói moderno lukacsiano, (pois o russo não é totalmente passivo diante da sociedade e nem está em completo desajuste diante dela), podemos traçar algum paralelo entre ele e o que Lukacs chama de “herói burguês”. Bogóloff se adapta à sociedade brasileira, apesar de não aceitar suas práticas ele precisa sobreviver, e para isso lança mão das mesmas falcaturas que despreza nos brasileiros, o conflito ocorre apenas em seus primeiros dias de imigrante, sua frieza esconde a angústia que o fez fugir de sua pátria, seu ajustamento é fruto da necessidade e da aceitação da

realidade que o cerca, apesar de manter sempre a crítica às práticas que considera nefastas ao desenvolvimento moral e ético do país.

Bogóloff busca a adequação e a consegue esta adequação graças ao sentimento de inferioridade que toma conta dos brasileiros. O russo jamais conseguiria um emprego na Secretaria da Agricultura se não fosse “europeu”, se não viesse de uma região onde prevalecia o “frio civilizatório”. Se este não se adequava ao seu próprio país, encontrou no Brasil o caldo de cultura adequado para se transformar no legítimo malandro carioca. Bogóloff não está perdido, ele não busca elevação do espírito por ideais ascéticos, valores absolutos ou ideais inalcançáveis, ele quer apenas sobreviver, e neste sentido é tão brasileiro quanto os nativos.

Ao contrário de outros personagens (como Raskolnikov de *Crime e Castigo*: viver é horrível, o sofrimento é horrível, quando tudo está bem é horrível), Bogóloff não sente o desconforto existencial do homem moderno, ele a tudo se adapta, embora estranhe tudo.

O herói problemático vive em um mundo abandonado pelos deuses, e tem uma dissociação irreversível com a sociedade, suas ações são circunstanciais e tem necessidade da ilusão de ter o controle e do desdobramento de suas ações. O personagem russo não se importa mais com isso: “Inútil é dizer que eu não tinha nenhum interesse em por em prática as minhas fantásticas ideias” (p. 155).

Se Bogóloff não é um herói burguês, este se encaixa mais como um arrivista. Os arrivistas conseguem atingir seus objetivos de ascensão social no romance moderno, por exemplo temos o personagem Jean-Baptiste Clemence (*A queda*, Albert Camus) quando diz “[...] me relaciono com facilidade. Embora eu saiba manter as distâncias convenientes [...]”. (CAMUS, 2007, p. 5).

Sua capacidade de adaptação não permite a existência de um abismo entre a intenção do herói e a realidade do mundo como ocorre com os heróis romanescos. Sua posição é da quase pura observação e contemplação do comportamento do próximo. Bogóloff não pretende ser o centro das atenções, nem ficar em evidência. Seu comportamento reservado sempre concordando e questionando com sutileza, leva seus interlocutores a fazerem dele uma espécie de consciência reflexiva dos que o ouvem.

Em *Numa e a Ninfa*, Bogóloff não é o protagonista do romance. Numa Pompílio é o personagem central da trama, mas a força presencial do russo retira de Numa o protagonismo a partir da segunda metade do romance. Este assume o papel de herói, e não foge da responsabilidade em guiar o leitor pelo feroz mundo da sociedade brasileira do início do século XX.

Bogóloff não idealiza nada, sabe que vive entre feras, sabe que seu papel consiste em ser arrivista na justa luta pela sobrevivência. Enquanto o fraco Numa Pompílio não consegue escrever seus discursos para o congresso, Bogóloff se vê na condição de arrivista, de malandro carioca, enganando e observando, ele é símbolo da sociedade que o rodeia.

Se a sociedade constringe o herói burguês, pois o limita deixando-o sem ações para se emancipar no mundo, esta não constringe o herói russo, mas vê nele o símbolo do que gostaria de ser: um “europeu” de terra distantes e frias, e uma pessoa de caráter sério.

Há sempre uma relação de dependência entre os personagens, relação de força e de subjugamento. Lucrécio Barba-de-Bode mantém uma ligação de grande dependência com Bogóloff e, mesmo em um primeiro instante pareça uma amizade sincera, guarda certa expectativa de ascensão por parte de Lucrécio, uma vez que o doutor poderia lhe render algum dinheiro caso conseguisse algum cargo à altura de sua formação: “Bogóloff vivia ainda na casa de Lucrécio Barba-de-Bode. Esperava este que o seu partido subisse para colocar convenientemente o doutor russo. A sua esperança era cega; tudo marchava para tal desenlace”. (p. 94).

A função do personagem russo na obra de Lima Barreto é a da crítica externa, a visão “isenta” do estrangeiro, mesmo este não seja exatamente o modelo ideal de homem moral, um arrivista e malandro quase por instinto. Ao avaliar as situações em nas quais se envolve, também participa da construção e da atribuição de identidade daqueles que o cercam:

— Que é isso, Lucrécio?

— Não é nada, doutor. Não é nada!

Sentou-se a uma cadeira, pôs-se um instante com a cabeça inclinada segura entre as mãos que se apoiavam nos joelhos; e, ao fim de algum tempo, perguntou à mulher que estava de pé em frente dele, braços cruzados:

— Quantos meses devemos de casa?

— Três.

Pediu a conta da venda, considerou bem e disse para o filho, tirando o dinheiro do bolso:

— Vá pagar esse judeu, Lúcio! Doutor - fez para o hóspede, logo em seguida - vamos almoçar. (BARRETO, 1989, p. 32).

Dr. Bogóloff usa uma ação performativa (SILVA, AUSTIN, BOURDIEU) para nomear o comerciante, este se recusa a lhe vender mais mercadorias a prazo: identificando-o como “judeu” na intenção de dizer que este era avarento - Bogóloff recorre a uma expressão usual da época. Este herói barretiano é um herói resignado, mas não passivo, sua ação está em seu arrivismo, e na sua malandragem.

Para Pereira, Bogóloff é importante “pela sua participação ativa no desenvolvimento do romance, mas sobretudo por aquilo que a sua figura nos mostra de típico na tendência satírica e caricatural por vezes tão acentuada na obra de Lima Barreto” (p. 52). O russo tenta tornar-se cultivador, mas “[...] fatigou-se de sua vida de colono, que nunca chegaria à fortuna, daquele viver medíocre e monótono, fora dos seus hábitos adquiridos. Viu a cidade, quis fugir ao sol inexorável, à gleba em que estava. Liquidou os haveres e correu ao Rio de Janeiro” (p. 75), tudo porque as terras brasileiras que lhe diziam ser tão férteis mostraram-se inúteis para a maioria das culturas, restando-lhe a opção de ir para a cidade. É a desconstrução de um mito que o país utilizou por muitos anos para atrair mão-de-obra europeia: a do país em que se plantando tudo dá. Mas não deu para Bogóloff que depois de amargar diversas perdas na lavoura rumou para a metrópole. O importante é focar na desconstrução da identidade que foi atribuída ao país.

A desilusão com a agricultura foi a primeira que Bogóloff enfrentou ao pisar em solo nacional, e constantemente compara sua Rússia com o Brasil a cada desilusão sofrida. Pereira faz questão de acentuar que Bogóloff e Lucrécio “encontraram-se num botequim, onde beberam juntos a boa pinga brasileira, o bastante para se fazerem amigos [...]” (p. 53). A cachaça é símbolo nacional e aqui ela exerce uma ação simbólica de amalgamar amizades, bem ao estilo nacional. Mas as amizades não são verdadeiras no romance, servem antes para tecer uma rede de intrigas e de interesses pessoais. Essas relações, construídas com a ajuda de Lucrécio, foram assim explicadas por Pereira: “As suas relações com os chefes políticos se estendiam e se estreitavam, graças à vigilante dedicação do amigo, e dentro de algum tempo ele se fizera obrigatório em certas rodas, que lhe dispensavam todas as considerações” (p. 55).

O ponto alto de sua nova face de arrivista chega quando tem uma audiência com o governador Xandu, agora na versão de *Numa e a Ninfa*:

Macieira fala-me aqui das suas idéias sobre a pecuária. Quais são?

— São simples. Por meio de uma alimentação adequada consigo porcos do tamanho de bois e bois do tamanho de elefantes.

— Como? Mas, como Doutor?!

— Os meus processos são baseados na bioquímica e já foram experimentados alhures. O grande químico e fisiologista inglês Wells escreveu algo a respeito. Não conhece?

— Não.

— H. G. Wells, uma grande sábio inglês de reputação universal, cujas obras estão revolucionando a ciência.

— Não tenho notícia... É uma falha... O senhor tem livros dele?

— Tenho. (BARRETO, 1989, p. 134).

Nesta versão do diálogo agora em *Numa e a Ninfa*, mais incrível do que as mentiras do russo, é a crença inocente do governador nas propostas do estrangeiro. Há uma evidente crítica à demasiada confiança e crédito que se dava ao estrangeiro; por mais absurdas que fossem as propostas e promessas de Bogóloff eles encontram em seu interlocutor um admirador alucinado e cego que, em momento algum, questiona a validade das palavras do russo mentiroso. A carga irônica e carnavalesca é que dá o tom neste episódio, que vai adiante:

— É verdade. Estudei um método de criar peixes em seco.

— Milagroso! Mas ficam peixes?

— Ficam... A ciência não faz milagres. A coisa é simples. Toda a vida veio do mar, e, devido ao resfriamento dos mares e à sua concentração salina, nas épocas geológicas, alguns dos seus habitantes foram obrigados a sair para a terra e nela criarem internamente, para a vida de suas células, meios térmicos e salinos iguais àqueles em que elas viviam nos mares, de modo a continuar perfeitamente a vida que tinham. Procedo artificialmente da forma que a cega natureza procedeu, eliminando, porém, o mais possível o fator tempo, isto é: provooco o organismo do peixe a criar para a sua célula um meio salino e térmico igual àquele que ele tinha no mar.

— É engenhoso!

— Perfeitamente científico. (BARRETO, 1989, p. 136 – 137).

Em nome da ciência, Bogóloff atribui a si o poder de realizar atos milagrosos. O que dá crédito a Bogóloff são exatamente estes dois fatos: ser estrangeiro e utilizar a autoridade que vem da ciência. Desta forma o imigrante russo atribui a si a identidade da autoridade científica inquestionável, que é prontamente aceita pelo governador Xandu. Desta feita Bogóloff foi nomeado secretário da agricultura.

É importante lembrar que, antes de emigrar para o Brasil Bogóloff morava com o pai na cidade de Kazan<sup>2</sup>, este era um pequeno livreiro que vivia dos “parcos recursos necessários à subsistência de ambos” (BARRETO, 1989, p. 54). Bogóloff matriculou-se na Faculdade de Línguas Orientais, “mas, terminado o curso, não sabia fazer nada, vivendo ‘encostado ao seu pai sem atinar como havia de empregar o seu persa e o seu tártaro’” (Idem, p. 56).

A figura de Bogóloff não gera antipatia porque os que o cercam são mais odiosos e grotescos que o russo, aqueles que “acreditam ou fingem acreditar nas suas mistificações de sábio zootécnico” (Idem). Ele, afinal, “não tinha mais escrúpulos; e se não cobria humanidade com desprezo, desprezava-se a si mesmo, não se detendo diante de empecilho moral, senão daquele que fosse castigado pelo Código” (Idem).

---

<sup>2</sup> Ou Cazã, Esta cidade tártara é a capital e a maior cidade da República do Tartaristão, membro da Federação Russa. Desta forma, quem nasce no Tartaristão é considerado russo.

Barbosa (1975) afirma que

Mesmo se o quisesse, não poderia, na verdade, ser cínico. Dai a transferência que fez dessa atitude, impossível de assumir ele próprio na vida real, para alguns personagens que criou, como o Dr. Bogóloff, tipo de charlatão prodigioso, que desprezava a humanidade e a si mesmo [...] (BARRETO, 1989, p. 175).

Bogóloff seria então um *alter ego* de Lima Barreto? Ou um personagem que mostra sua angústia e descrença nas promessas que o levaram a mudar para um novo país? Devemos perceber que nos primeiros tempos após sua chegada, o russo tinha fé na nova pátria e disposição para trabalhar honestamente onde quer que fosse:

Com as melhores disposições para o trabalho honesto, imigrou, foi para uma colônia, derrubou o mato do lote que lhe deram, construiu uma palhoça; e, aos poucos, uma casa de madeira ao jeito das “isbas” russas. A colônia era ocupada por famílias russas e polacas, e enquanto os seus trabalhos de instalação não se acabaram, Bogóloff não travou relações valiosas. Ao fim de dois meses o doutor de Kazan tinha as mãos em mísero estado, se bem que o corpo tivesse ganho mais saúde e mais força.. (BARRETO, 1989, p. 33).

Percebe-se que Bogóloff chega ao país com as melhores expectativas, sem medo de trabalhar com a terra, algo que nunca fizera antes, queria se anular, esquecer o passado que tanto o envergonhara na Rússia. Mas a recordação de casa vem na forma da construção de sua moradia, imitando “ao jeito das isbas russas”. Isso indica não apenas a recordação do antigo lar, como também sua condição de confronto com o novo mundo. Ele está agora diante de uma nova realidade e não vê saída a não ser utilizar os velhos conhecimentos. Não é possível jogar todo seu passado fora, algo fica e ressurgue nos momentos de necessidade. A forma de fazer sua casa só pode ser construindo uma moradia russa, não uma brasileira, são os conhecimentos adquiridos no país abandonado que dão força para iniciar sua nova jornada.

Não é por menos que Bogóloff passa seu tempo realizando comparações entre Brasil e Rússia, esta sempre a identidade positiva, e o Brasil a diferença negativa. Bogóloff, ao fim, chega até a adquirir mais “saúde” e “força”, sendo esta uma referência ao antigo chavão de que “o trabalho enobrece”, chavão este que é utilizado para acalmar e resignar aqueles que têm sua força de trabalho explorada. Com o fim da utopia de Bogóloff tudo se vai, inclusive o mote de que o “trabalho enobrece”, já que vai iniciar sua vida de malandro e arrivista.

Apenas em um momento há uma inversão de valores na comparação Rússia-Brasil, quando Bogóloff encontra-se com o chefe de polícia:

Ocorre nesse capítulo uma das inversões do pêndulo, entre o lá (Rússia) e o aqui (Brasil), referido anteriormente, no qual Bogóloff confere sempre o pólo positivo para seu país de origem, e o pólo negativo para o de imigração. A terrível recordação da polícia russa é ativada ao travar o personagem conhecimento com o chefe de polícia local. Vem a sua mente a polícia secreta, as "terríveis prisões, das minas da Sibéria, dos cossacos...", e admite: "O Brasil surgiu-me então como um país maravilhoso, liberal por fraqueza, mas liberal e eu perdoei um instante tudo o que presenciara nele de ridículo e inferior". Tal mudança operou-se pela figura bonachona, com "jeito de pastor bíblico", do doutor Chaveco, cujo nome, entretanto, não se afasta da crítica contumaz. (LIMA, 2001, p. 128).

Seu convívio com os demais compatriotas também imigrados não era dos melhores, talvez porque já estavam mais adaptados à nova vida, e sabiam que não tinham o que comemorar. Bogóloff atribui identidade aos colonos por meio do narrador ("Aos administradores da colônia via pouco, e evitava vê-los, porque eram arrogantes, [...]"). O russo caracteriza-os como arrogantes como desculpa para não fomentar o convívio com seus próprios conterrâneos, talvez como forma de não se lembrar da pátria que acabou de abandonar. Apenas com o tradutor manteve algum convívio. Este adverte Bogóloff que deveria se aproveitar da formação e assumir a identidade de "doutor". Aqui vemos dois movimentos em relação à atribuição de identidade: o primeiro diz respeito ao conselho do tradutor sobre qual seria a melhor identidade a assumir no Brasil, a de "doutor" seria a mais respeitada, pois "é um título que dá todos os direitos, toda a consideração..." e que "Se te fizesses chamar de doutor, terias um lote melhor, melhores ferramentas e sementes. Louro, doutor e estrangeiro, ias longe!", a explicação a respeito de que identidade seria a melhor a se assumir é autoexplicativa, porém o que devemos destacar e olhar com cuidado é a condição de "estrangeiro" como parte fundamental das condições para se fazer respeitado no país.

Justifica-se aqui a razão pela escolha do personagem estrangeiro: Bogóloff é o estereótipo do cidadão ideal para o país. Estrangeiro, será digno de confiança e de crédito, logo é o melhor para se fazer a crítica do país, em uma via de mão dupla que agrada aos leitores e ao escritor: o leitor não terá desconfianças de aceitar a crítica de um longínquo estrangeiro e o escritor estará se livrando da fama de ressentido e panfletário.

Mas Bogóloff insiste em não assumir seu papel de condutor da verdade, não quer distinções, quer apenas se anular para sobreviver. Se anular nesse contexto quer dizer esquecer o passado de intelectual inútil, "inepto e inapto". (BARRETO, 1956, p. 199). Significa esquecer a vergonha de ter sido preso, desgosto que custou a vida de seu pai.

Desprezando as amargas profecias do intérprete da colônia, pôs-se o imigrante a trabalhar na terra com decisão. Plantou milho e fez uma horta em que semeou couves, nabos, repolhos. De fato, veio o milho rapidamente, mas as espigas, quando foram colhidas, estavam meio roídas pelas lagartas; a horta deu mais resultado; a “rosca” e o piolho, porém, estragaram grande parte dos canteiros. Tentou outras culturas, a do trigo, a da batata inglesa, mas não deram coisa que prestasse. Assim foi; e quer dizer que Bogóloff no “eldorado”, continuava a viver da mesma forma atroz que no inferno da Rússia. Deitou-se com afinco à cultura da batata doce, do aipim, da abóbora e mais não fez senão pedir à terra esses produtos quase espontâneos e respeitados pelos insetos daninhos. (BARRETO, 1989, p. 33).

A realidade da situação em que se pôs logo veio à tona, a lavoura não prosperou; a causa foram as pragas diversas que não permitiam que as plantações vingassem. Fato semelhante ocorreu com as lavouras de Policarpo Quaresma em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), quando as saúvas não permitiam que a plantação prosperasse. A terra era boa, mas as pragas roubavam do agricultor o fruto de seu trabalho. Assim era o país, não importava o quanto trabalhasse, sempre haveria “pragas” a mutilar o esforço alheio. Desta feita o trabalho honesto não compensa, e os filhos da terra sabem disso, Bogóloff era apenas mais uma vítima dos valores trocados e das identidades assumidas no país tropical. Só o arrivismo é a saída para sobreviver às “pragas”, uma vez que “continuava a viver da mesma forma atroz que no inferno da Rússia”, mais uma vez recorrendo à constante comparação com seu país de origem. Neste processo de descoberta da realidade do país – a realidade que se descortinava em sua visão – Bogóloff criou mais uma hipótese para a “fatalidade” nacional:

A colheita foi tal, que, pela primeira vez, teve lucro e satisfação. Começou a criar porcos que engordou com as batatas doces e os aipins; e, embora não encontrasse mercados fáceis para os suínos, ganhou algum dinheiro e viveu assim alguns anos, adquirindo aos poucos os hábitos do cultivador do país. Não comia mais pão, mas broa de farinha de milhos ou o aipim cozido; o açúcar com que temperava o café, era o melaço da cana que obtinha em uma engenhoca tosca de sua própria construção. Desanimara de culturas mais importantes e a base da sua vida era a batata doce, o aipim, a cana e o porco. A terra, a sua estrutura e composição, o seu determinismo enfim, tinha levado a doutor russo a esse resultado e só obedecendo a ele é que pudera tirar alguma renda. Quem sabe se a vida no Brasil só será possível facilmente baseando-se no aipim e na batata doce? Quem sabe se por ter querido fugir a essa fatalidade da terra, é que o país tem vivido uma vida precária de expedientes? (BARRETO, 1989, p. 33).

Bogóloff atribui mais uma identidade sobre o país, que já não seria a da terra fértil, mas a da terra do “aipim e da batata doce”, e de que não deveria “fugir a essa fatalidade”. A visão isenta de estrangeiro já não detecta mais o “eldorado” tão alardeado.

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e dos diamantes; alguns desses produtos, por isso ou por aquilo, aos poucos foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância remuneradora. Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos que, por concorrência, quanto ao primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento das indústrias químicas, estão à mercê de desvalorização repentina. Viu bem isso tudo. (BARRETO, 1989, 33).

O estrangeiro Bogóloff não apenas descobriu o mito do eldorado como também desvendou o porquê o “Brasil tem vivido uma vida precária de expedientes”. De forma clara e objetiva “viu bem tudo isso”, ao contrário dos nacionais patinando ante os problemas que sequer conseguiam enxergar.

A vida econômica do Brasil nunca se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Vivia de expedientes... Bogóloff fatigou-se de sua vida de colono, que nunca chegaria à fortuna, daquele viver medíocre e monótono, fora dos seus hábitos adquiridos. Viu a cidade, quis fugir ao sol inexorável, à gleba em que estava. Liquidou os haveres e correu ao Rio de Janeiro. Foi professor aqui e ali, ganhando ninharias. Não encontrou apoio nem procurou. Passava dias nos cafés, conheceu toda a espécie de gente, caiu na miséria e foi socorrido por Lucrécio, quando doente e sem vintém, em cuja casa estava há dois meses. (BARRETO, 1989, p. 34).

Um país de “expedientes” era como Bogóloff enxergava o Brasil no campo da economia, o impressionante é que conseguiu realizar a leitura da economia do país em apenas alguns meses de recém-chegado. Ao sentir-se fatigado e desiludido com as conclusões a que chegou, Bogóloff vende tudo e vai até o Rio de Janeiro seguindo o êxodo rural tão conhecido pelos nacionais. Se na agricultura não havia solução, a cidade se mostrava próspera e acolhedora, mas encontrou nela apenas desprezo e mais sofrimento, a fome não tardou em chegar. Desta forma Bogóloff tornou-se arrivista por necessidade, a própria figura do intelectual cooptado.

Aqui positivamente é que começam as minhas aventuras, mas eu lhes quis fornecer algumas notas anteriores a elas, para que meus leitores me julguem melhor e sintam bem o motivo ou os motivos que me levaram a abandonar os propósitos do trabalho honesto e lançar-me com decisão na vida de expedientes e de planos. Não era essa minha intenção. Mas o sentimento que se me apossou da injustiça da vida, da fraqueza das bases em que se alicerça a sociedade e o espetáculo da comédia que é a administração do Brasil, levaram-me a procurar viver de modo menos afanoso e com emprego de menos esforço. (BARRETO, 1956, p. 209).

## DR. BOGÓLOFF NARRADOR E PROTAGONISTA

Se em *Numa e a Ninfa* temos um Bogóloff como personagem secundário que aos poucos vai se tornando protagonista, em *As aventuras do Dr Bogóloff*, temos o russo como personagem principal, narrador de suas aventuras. Conforme diz Pereira, a história é a mesma de *Numa e a Ninfa*, porém vista não mais por um “narrador onisciente seletivo” (D’ONOFRIO, 1995, p. 61), em terceira pessoa, mas agora pelo próprio Bogóloff narrando em primeira pessoa, contando sua versão dos fatos.

Em *Numa e a Ninfa* a narrativa se dá naquilo que Eikhenbaum (1971) chama de “forma de relato”, podendo alternar-se entre “o relato propriamente dito” (*die eigentliche Erzählung*) que ocorre quando “o autor ou o narrador imaginário dirige-se aos ouvintes” fazendo com que a narração torne-se “um dos elementos determinantes da forma da obra, às vezes o elemento principal” (p. 157). Já o “relato cênico” (*die szenische Erzählung*) é quando o “diálogo dos personagens está em primeiro plano e a parte narrativa reduz-se a um comentário que envolve e explica o diálogo, isto é, restringe-se de fato às indicações cênicas. [...] Dá-se maior importância a apresentação dos fatos e não à narração” (Idem).

Nestas circunstâncias as questões de identidade afloram com mais força uma vez que temos a opinião direta do personagem, e não mais intermediado por um narrador, mesmo que seja onisciente. A narrativa toma forma biográfica, inverte-se a visão dos fatos, agora o leitor não está mais na segurança de um narrador presumidamente neutro e imparcial, mas deve aceitar a versão de um dos personagens mais afetados pela trama do romance.

Diferente de *Numa e a Ninfa*, a história inicia-se com Bogóloff contando por que saiu de Odessa, na Ucrânia, como era sua vida e como foi sua viagem:

Saí de Odessa com as mais honestas e puras intenções de trabalho. Não era eu natural dessa cidade, mas desde muito ali vivia uma vida medíocre de professor quase sem alunos, vendo alguns rublos com intervalos de longos

meses. Nasci em Kazan, onde meu pai tinha uma pequena loja de livros usados, mantendo-se bem mal com os poucos lucros que ela lhe dava. Aquele contato com os livros desde o meu nascimento, deu-me "fumaças" e a inaptidão do intelectual de origem obscura para o esforço seguido, quando se choca com o meio naturalmente hostil. Não foi assim logo; antes, fiz o meu curso na Faculdade de Línguas Orientais da Universidade da cidade em que nasci, com certo vigor e muito entusiasmo. Aquela sórdida loja de meu pai, porém, foi para mim uma redoma de encantos, que me tirou toda a visão nítida da vida, visão da sua injustiça natural, da sua baixaza imprescindível, do horror da sociedade e da vida. (BARRETO, 1956, p. 2).

O foco agora é sua vida, mesmo durante suas aventuras no Brasil, as intrigas políticas ficam em segundo plano e destaca-se a trajetória do imigrante russo. Desde o início, Bogóloff já se posiciona em termos da identidade, marca sua posição na história a ser contada, identifica-se como alguém que tem “as mais honestas e puras intenções de trabalho” retirando desde o começo qualquer possibilidade de qualificá-lo como um aventureiro ou arruaceiro, algo que pode vir a identificá-lo quando se envolve com ativistas anarquistas em Odessa. Bogóloff quer ser reconhecido como alguém que buscou trabalho honesto, mas não lhe foi permitida esta oportunidade por culpa exclusiva do meio social. Indiretamente também relata a posição do intelectual longe da realidade, aquele que tudo sabe e nada faz, “inepto e inapto” como qualifica a si próprio, sua posição de intelectual passivo diante da realidade o força a ser cooptado pelas forças políticas brasileiras.

Após a morte do pai, que se deu por desgosto de sua prisão, não restou outra coisa a não ser aceitar um convite repentino para vir morar no Brasil. Diante da falta de informação das condições do lugar onde iria, Bogóloff acreditou nos impressos “escandalosamente apologéticas da desconhecida república da América do Sul”. Neles havia o discurso da identidade oficial brasileira que servia para atrair os imigrantes desejados: “país onde não havia frio nem calor; onde tudo nascia com a máxima rapidez; que tinha todos os produtos do globo; era o próprio paraíso”. A identidade está posta como meio de publicidade para atrair mão de obra necessária, o Brasil visto como o “paraíso na terra” fazia parte da propaganda oficial. Apesar disso Bogóloff, enquanto intelectual, sabia que a situação não era bem esta, que havia um exagero na proposta. Mas sua situação não havia lhe dado outras escolhas, era preciso aceitar a viagem.

Tocamos no Recife, na Bahia, e, afinal, chegamos ao Rio de Janeiro. Aqui, positivamente é que começam as minhas aventuras, mas eu lhes quis fornecer algumas notas anteriores a elas, para que meus leitores me julguem melhor e sintam bem o motivo ou os motivos que me levaram a abandonar

os propósitos do trabalho honesto e lançar-me com decisão na vida de expedientes e de planos. (BARRETO, 1956, p. 7).

Bogóloff tem consciência de que tomou um caminho diferente do que sua formação moral permitia, por isso necessita justificar-se perante seus confidentes. Ele aceita o julgamento dos que acompanham suas “aventuras”, só pede que as julguem de forma justa, pois se importa em como pode ser identificado pelos atos não honestos que tomou no Brasil: ele se preocupa com a identidade que possam dar a ele, e como pode ficar identificado perante o leitor. E ele assim justifica sua decisão:

Não era essa a minha intenção, mas o sentimento que se me apossou da injustiça da vida, da fraqueza das bases em que se alicerça a sociedade e o espetáculo da comédia que é a administração do Brasil, levaram-me a procurar viver e modo menos afanoso e com emprego de menos esforço. (BARRETO, 1956, p. 8).

Sua chegada ao Brasil já começa com uma pequena guerra travada pela identidade a ser estabelecida:

O homem da polícia marítima pediu-me que eu escrevesse o nome num papel que me apresentou. Esteve olhando um instante o papel com as letras e, por fim, indagou de repente:

— Qual é a sua profissão?

O intérprete traduziu em francês e eu o atendi:

— Sou professor.

O homem pareceu não se conformar, olhou-me muito e disse à queimadura:

— Você não é "cáften"?

Logo percebi o sentido da palavra, fiquei indignado, mas me contive e por minha vez indaguei:

— Por quê?

O homem da polícia explicou muito ingenuamente:

— Estes nomes em "itch", em "off", em "sky", quase todos são de "cáftens".

Não falha!

Disse-lhe então que não era, nem nunca tinha sido, mas o homem não acreditou nas minhas palavras, e insistiu:

— Se não é "cáften", é anarquista.

Ainda protestei, ainda desfiz-me em explicações, mas o sujeito teimava na singular idéia:

— Esses nomes em "itch", em "off", em "sky", polacos e russos, quando não são de "cáftens", são de anarquistas. (BARRETO, 1956, p. 9).

Bogóloff queria ser reconhecido como professor, mas seus interlocutores insistiam na idéia de que era “cáften” baseados no senso-comum generalizador de que pessoas daquela região do mundo que vinham para os trópicos necessariamente eram exploradores da

prostituição local. Esta tentativa de atribuição identitária pela autoridade estabelecida não diz respeito à *nomeação oficial* de Bourdieu, pois esta é inapelável e feita com os recursos legais do estado; aqui temos mais um exemplo da sua idéia de *ideos logos*, onde a imposição da autoridade, fora do âmbito legal, se dá pela discussão de ambos em torno da real profissão de Bogóloff e do motivo de sua viagem. Constatamos isso baseado no fato de que, no final da situação, Bogóloff conseguiu estabelecer sua identidade de professor, mesmo a contragosto do policial. Interessante que esta mesma identidade agora assumida pelo imigrante russo será negada algumas páginas adiante, quando da assunção da função de cultivador.

Tanto em *Numa e a Ninfa* quanto em *As aventuras do Dr. Bogóloff* há mais uma insistente justificativa sobre as intenções ao vir para o Brasil: compararemos o mesmo trecho de ambos os romances; primeiro em *Numa e a Ninfa*:

O doutor Gregory Petrovich Bogóloff era russo e tinha vindo para o Brasil como imigrante. Lucrécio conhecera-o na rua, num botequim; bebera com ele e, sabedor de que não tinha pouso, cedera-lhe um dos dois quartos de sua casa. Nesse tempo, o russo andava doente e tinha abandonado o núcleo colonial onde se estabelecera. Com as melhores disposições para o trabalho honesto, imigrou, foi para uma colônia, derrubou o mato do lote que lhe deram, construiu uma palhoça; e, aos poucos, uma casa de madeira ao jeito das “isbas” russas. (BARRETO, 1989, p. 32).

Agora veremos a mesma passagem na versão de *As aventuras do Dr. Bogóloff*:

Fui para a Hospedaria dos Imigrantes, e dentro de uma semana estava colocado num núcleo colonial de um Estado do Sul. Eu tinha os melhores propósitos de trabalho honesto e logo me pus a trabalhar com afinco. Deram-me ferramentas, sementes e um lote de terras duras e compactas. Comecei a derrubar o mato, construí antes uma palhoça e, aos poucos, ergui uma casa de madeira, feita ao jeito das “isbas” russas. (BARRETO, 1956, p. 9).

Em ambas as versões há a justificativa da “disposição para o trabalho honesto”, quase como um pedido de desculpas para o que há de acontecer ao longo da história Bogóloff quer manter na mente do leitor a identidade de alguém que seguiu um caminho não desejado. Na segunda versão, em primeira pessoa, a justificativa vai além e o russo acrescenta: “[...] e logo me pus a trabalhar com afinco”. Na primeira versão, o narrador onisciente assume a necessidade de Bogóloff de marcar sua identidade inicial com força, embora, como “narrador onisciente seletivo” (D’ONOFRIO, 1995, p. 61), esteja a todo instante assumindo a fala dos personagens. Este recurso utilizado constantemente por Lima Barreto ajuda seus personagens

a transmitir suas ideias (e as ideias do escritor) de maneira mais explícita, sem necessidade da primeira pessoa.

A insistência de Bogóloff em se justificar é vista por Lima como uma “sedução” ao leitor:

Observa-se então que há uma certa condescendência do analista para com os atos de Bogóloff. Ora, não resta dúvida de que essa simpatia inicial dos leitores apontada por ele, no decorrer da leitura, converte-se numa espécie de sedução, particularmente porque sem nos apercebermos estamos compartilhando seu desprezo pelas elites, torcendo para que suas artimanhas obtenham êxito. Além disso, todas as peripécias realizadas por ele alimentam uma movimentação intensa no texto que deságua no riso, e como já se disse que o riso é sempre o de um grupo, acabamos nos tomando naturalmente seus pares. (LIMA, 2001, p. 99).

Bogóloff pratica os mesmos atos desonestos que os brasileiros, mas com estes não se mistura, tem seus próprios motivos, convence o leitor de que é levado a agir conforme os naturais do país, se diferente fizesse, passaria fome, morreria à míngua. Este é o poder do estrangeiro de Lima Barreto, a prática da desonestidade não faz dele desonesto, não define sua identidade, ainda o mantém isento para criticar os demais. Bogóloff convive sem se misturar com aqueles a quem despreza e critica veementemente ao longo do romance.

Bogóloff, narrador das *Aventuras*, ao justificar a escrita de suas peripécias, justifica-se a si mesmo, ou melhor, ele busca persuadir seu leitor de que suas ações golpistas contra a sociedade brasileira alimentaram-se desse mesmo sistema social corrompido e corruptor. O interlocutor não está diante apenas da confissão de um malandro, mas antes, de uma vítima - estabelecendo, com isso, a fusão de vozes, um recurso comum na sátira. (LIMA, 2001, p. 139).

Este jogo de ser e não ser, de identidade e não identidade faz parte da estética literária de Lima Barreto. Já em *Os bruzundangas*, a crítica não é feita ao Brasil, mas a um país desconhecido denominado Bruzundanga; qualquer tentativa de vincular este país ao Brasil é de responsabilidade exclusivamente dos leitores já que o escritor, em momento algum, compara ou diz que o país fictício corresponde ao Brasil. Segundo Lima:

Em *Os bruzundangas* é o cronista Lima Barreto, brasileiro, que peregrina pela fantástica e inverossímil nação e acaba encontrando o Brasil com seus vícios e mazelas. Como numa espécie de narrativa especular quando ele ironiza a Bruzundanga atinge o Brasil, e ao revelar sarcasticamente as fraturas brasileiras, a Bruzundanga é a ridicularizada. (2001, p. 104).

Mas a comparação é feita de maneira direta e “natural”, não pode haver dúvidas, pensaria o leitor mais desatento, de que se trata de uma crítica ao Brasil, mesmo que em momento algum o escritor faça esta correlação. É necessário que o leitor faça um pacto de verdade com o escritor; é preciso acreditar em tudo que este escreve. Caso contrário não é estabelecido nenhum vínculo entre leitor e escritor; o que está escrito é apenas ficção e o dever de imaginação cabe ao leitor. Desta feita constrói-se um jogo de espelhos no fazer literário:

Nesse jogo de espelhos o viajante circula pelo país, mais como um observador. Não há envolvimento, ação ou drama neste relato de viagem no que diz respeito à relação entre o narrador e o espaço. O que há na verdade é sua curiosidade visceral em bisbilhotar o outro e demolir seus costumes em nome do suposto ensinamento pelo ridículo, subsídio para a narrativa de *Os bruzundangas*. Já em *Aventuras do doutor Bogóloff* o tema da viagem é voltado para a imigração. A viagem não é só pela curiosidade do exótico, pelo passeio ou ideal de ilustração, mas sustenta um projeto de mudança de vida, como se observa na decisão do russo de embarcar para o Brasil. (LIMA, 104).

Quem não enxerga ligação, a semelhança, não percebe a ironia nem o sarcasmo. Bogóloff vem ao Brasil para escapar da miséria e da perseguição política, não sabe nada sobre o Brasil, é isento, apenas relata o que vê, sem nenhum ressentimento ou mágoas, mas curiosidade a respeito do novo país em que aporta. O leitor precisa acreditar nisso. Se Lima Barreto não é isento suficientemente para criticar os costumes da nova república, Bogóloff o é. Assim também pensa Lima:

Ao longo da leitura de Bogóloff estamos sempre nos questionando: qual sentido poderia haver nas peripécias trapaceiras de um estrangeiro no Brasil? Algumas hipóteses podem ser levantadas. tais como: ao adotar a persona de um estrangeiro, Lima Barreto por um lado se esquiva da crítica direta, e por outro leva à destruição do mito do estrangeiro como um elemento modificador, diríamos, de "civilização" de nossa cultura e povo. (LIMA, 2001, p. 132).

Bogóloff, a figura modelar do estrangeiro desejado pelas autoridades brasileiras, é posta como a antissolução ao problema da presença dos negros no país. A situação em que se viu o russo em nada se diferenciava das classes mais pobres e mais abandonadas do Brasil, impedindo-o de se apresentar como o “elemento modificador”, salvador da então sociedade negra-mestiça brasileira.

Outro ponto importante, além da questão do branqueamento da raça brasileira, residia na idéia comum de que os estrangeiros trariam o desejado progresso, advindo do manejo de técnicas modernas, associado ao espírito trabalhador, que todos acreditavam ser comum aos imigrantes. Bogóloff não cumpre nenhuma dessas expectativas. (LIMA, 132).

Esta figura do imigrante ideal corrompido e degenerado pelo ambiente nacional aparece em outro clássico da literatura brasileira, conforme explica Miskolci:

em *Bom Crioulo*, [de Adolfo Caminha] Aleixo, “o jovem grumete loiro, é um possível cidadão nacional desviado pelas relações homossexuais com o marinheiro negro, Amaro, e com uma prostituta portuguesa”, é o projeto nacional degenerado pelos elementos que não fazem parte do projeto de identidade do Brasil, do projeto de nação. (MISKOLCI, 2012, p. 66).

Outro projeto de identidade nacional presente tanto em *O Bom crioulo* (1895) quanto em *Numa e a Ninfa* e *As aventuras do Dr. Bogóloff* são o matrimônio e a família. A família é metaforizada em Lima e em Caminha como a base rupturada de um projeto que insiste em não dar certo. Ela não se estrutura e suas mazelas estão sempre indo do privado para o público. A família degenerada (tendo como modelo a família ideal para a época) é a própria falibilidade do sistema. Falar em família degenerada em fim do sec. XIX e início do XX na literatura é metáfora para falar do sistema e da identidade planejada e para o projeto de nação. (MISKOLCI, 2012, p. 67).

Assim como Miskolci afirma que em *Dom Casmurro* (1899), de Machado, “a paranoia” é “o próprio fio condutor da narrativa” onde “a paranoia é uma leitura da realidade a partir da perspectiva de alguém que se compreende sob ameaça. No romance de Machado, sob a aparente história de uma traição, encontram-se temores sobre uma desordem do desejo que ameaçaria a ordem do poder de um *pater familias*”. É a paranoia de quem vê as certezas e as bases do ideal de nação e sua identidade se degenerarem pelos elementos degeneralizantes, a saber, a mulher emancipada e o espectro de um possível desejo homoerótico. Dessa forma era impossível não falar em raça, gênero e homossexualidade na literatura, uma vez que eram os elementos de degeneração dos desejos da nação.

Também em Lima que vislumbra, que antevê, conforme Miskolci, “tanto o desejo da pureza quanto os temores de nossa elite sobre o que a ameaçava: a extinção de fronteiras entre classes, raças, gêneros, sexos” (2012, p. 69). Essa é a eterna ameaça quase apocalíptica, escatológica, o medo do rompimento das fronteiras, que ocorrem livres na contemporaneidade, mas que desde a busca por um ideal de nação eram vistas como ameaças

degeneradoras, perigosas ao desejo nacional e à criação da identidade brasileira. Essa paranoia está clara em escritores como Machado de Assis, Raul Pompeia, Adolfo Caminha e Lima Barreto.

Outro episódio em que podemos realizar uma comparação entre os diferentes contextos narrativos é quando Bogóloff teve certeza de que era inútil plantar naquelas terras, e que a vida de agricultor não teria êxito daquela forma:

A vida econômica do Brasil nunca se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Vivia de expedientes... Bogóloff fatigou-se de sua vida de colono, que nunca chegaria à fortuna, daquele viver medíocre e monótono, fora dos seus hábitos adquiridos. Viu a cidade, quis fugir ao sol inexorável, à gleba em que estava. Liquidou os haveres e correu ao Rio de Janeiro. (BARRETO, 1989, p.34).

Na versão em primeira pessoa há o acréscimo de algumas comparações:

Nunca a sua vida se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Não era mesmo uma Austrália, não era mesmo uma Argentina, num uma Índia com os seus arrozais. A sua vida fora sempre de expedientes e, sem carvão, e sem esses produtos primários para a existência, tinha que pagá-los caro, não só eles, mas os manufaturados, de forma a não ter reservas de riquezas. (BARRETO, 1956, p. 11).

Estas comparações que vêm diretamente do conhecimento de Bogóloff, enquanto narrador, ficam de fora do ponto de vista do “narrador onisciente seletivo” de *Numa e a Ninfa*, trazendo informações que teoricamente deveriam ser do conhecimento de um narrador que empresta sua voz aos personagens, pois este narrador é quase como a própria voz dos personagens, sabendo de tudo o que se passa em suas mentes.

Esta comparação que Bogóloff faz na versão de *As aventuras do Dr. Bogóloff* torna a crítica mais direta e aponta atribuições de identidade que não ficaram tão claras na versão de *Numa e a Ninfa*. O Brasil, na visão de Bogóloff, “não era mesmo uma Austrália, não era mesmo uma Argentina, nem uma Índia com seus arrozais”. (Idem).

Por causa desta crítica mais contundente, o escritor resolve acrescentar uma ressalva que não há na versão de *Numa e a Ninfa*: “Não quero transformar a narração das minhas aventuras em ataque sistemático a essa boa terra do Brasil; e se falo nisso é para lhe mostrar quais os fatos que determinaram o mecanismo psíquico que me levou a abandonar a vida honesta de trabalho”. Aqui está a tentativa de Lima Barreto de balancear as críticas extras que

resolveu expor no romance em primeira pessoa. Esta ressalva é mais uma justificativa do triste destino que o imigrante russo se dispôs a trilhar, dividindo, assim, a culpa pelas mazelas que lhe ocorreram: se o Brasil não é nenhuma Austrália, também não este país a culpada pelo mal que o assola.

A “boa terra do Brasil” transforma-se nesse trecho em um ente vivo, uma entidade que foi corrompida pelos seus próprios moradores, a terra é boa; ruins são seus habitantes.

Esta afirmação num primeiro momento é contraditória, inclusive com a conclusão anterior de que as condições para a agricultura não são assim tão favoráveis. Ainda assim Bogóloff deixa claro que não é sua intenção realizar um “ataque sistemático a boa terra do Brasil”, mas justificar o porquê ter recorrido a soluções menos honestas. Assim deixa transparecer certo afeto pelo país, situação única no romance e de um personagem que, a todo instante, parece arrependido pela viagem.

## **AS ESTRATÉGIAS DE ATRIBUIÇÃO E FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E DA DIFERENÇA EM *NUMA E A NINFA E AS AVENTURAS DO DR. BOGÓLOFF***

### **A) A AUTO-EXOTIZAÇÃO**

Conforme vimos no capítulo I, Figueiredo (2000), nos mostra o conceito de auto-exotização como o momento em que os próprios nativos de um país acreditam e acolhem uma determinada visão de origem estrangeira, ou não, sobre si mesmos. A consequência é a visão de serem povos diferentes e com costumes estranhos ser aceita entre nativos:

No Brasil, por exemplo, percebe-se que os românticos, na ânsia de afirmar nossa originalidade, acabaram criando uma imagem do país que reproduzia a visão dos europeus sobre nós, procedimento que parece, alias, perdurar em muitas de nossas auto-representações”. (FIGUEIREDO , 2000, p. 199).

A auto-exotização, ao testificar a visão do estrangeiro, inverte o jogo da identidade: agora nós nos reconhecemos como a “diferença” e não mais como a “identidade” e nos comportamos como tal. O governador Xandu, em um diálogo com o russo, repete o discurso europeu de que, nos países tropicais, os cidadãos são preguiçosos por causa do calor:

— Não lhe posso dar resposta já, meu caro Doutor. Estou muito atrapalhado... Nesse país está tudo por prover e eu trabalho dia e noite. Nunca teve ministros e um que vem com disposições de trabalhar, esgota-se

em pouco tempo... Imagine, que não pude tomar hoje o meu banho de frio, tanto estou atrasado!... Um dia em que não o faço, volto a ser o brasileiro mole que os senhores conhecem... Assim mesmo já assinei 382 decretos e organizei 49 regulamentos... Ah! Doutor! Esse Brasil precisa de frio, muito frio! (BARRETO, 1956, p. 18).

Por acreditar no mito do calor tropical que induz à indolência, Xandu recorre, de maneira bizarra, a banhos gelados todos os dias, para tornar-se produtivamente europeu por algumas horas, e quando não o faz volta “a ser o brasileiro mole que os senhores conhecem”. O governador auto-exotiza o país ao aceitar a identidade imposta pelos europeus. Uma atitude que seria rechaçada com críticas acirradas é aceita com passividade e naturalidade, demonstrando que, longe de divergir dos europeus, suas críticas são bem aceitas e reforçadas, mostrando a visão que os políticos e membros da elite intelectual e econômica do país tinham a respeito de seu próprio povo, conforme demonstrado por Miskolci (2011).

Outro exemplo de auto-exotização vem da esposa de Numa Pompílio, Edgarda. Em suas tramas para tornar o marido deputado famoso, tentou imaginar o que queriam os militares que estavam confabulando nos quartéis:

Haveria uma revolução? Mas não podia haver! Deviam estar satisfeitos os militares! A recomendação era dar-lhes tudo. Não tinham? O montepio das filhas que deviam perder ao casar, não ficava com elas depois do matrimônio? Queriam mais postos? A reforma não se fizera? As suas viúvas não viviam em casas do Estado sem pagar aluguel? Os seus filhos não tinham um luxuoso colégio de graça? Mas seria mesmo revolução?... Quem seria vencedor, se houvesse uma? Era preciso adivinhar. Mas como adivinhar, meu Deus? Quem estava garantido em um país desses? Quem? O imperador, um homem bom, honesto, sábio, sem saber por que, não foi de uma hora para outra tocado daqui pelos batalhões? Quem podia contar com o dia de amanhã? Ele, Numa? Julgara isto até ali, mas via bem que não. Só havia um alvitre; ir para fora e esperar que as coisas se decidissem, aderindo então ao vencedor. Seria bom. (BARRETO, 1989, p. 18).

Edgarda era uma esposa ambiciosa e, na impossibilidade de assumir um cargo político, controla as ações do marido deputado, fazendo dele o porta-voz de suas ambições. Edgarda teme que os militares se revoltem e tomem o poder através de um golpe em decorrência da balbúrdia que ocorria em alguns lugares com a chegada das eleições. Na tentativa de imaginar o que queriam os militares, Edgarda deixa escapar uma expressão que atribui identidade ao país: “Quem estava garantido em um país desses?”. “[...] Em um país desses” é uma expressão que diz muito sobre como os personagens conviviam uns com os outros e como sobreviviam no país. Era como se estivessem em um jogo de vida e morte, um jogo de

sobrevivência onde não havia regras, não importava qualquer tipo de nacionalismo, de patriotismo, de sentimento de igualdade ou fraternal, a sobrevivência individual é a única regra a ser seguida. Isso é o que está implícito em “um país desses”: países desse tipo tendem a ter cidadãos que mediorizam a existência da nação; o que existe é um conjunto de indivíduos que pensam em si mesmos, desprezando qualquer sacrifício em prol da pátria e da coletividade. Conforme diz Edgarda, “em um país desses”, é preciso se “garantir”, já que ninguém está “garantido”: a luta individualista encobre a formação de uma pátria, que não pode ser formada apenas por um conjunto de interesses individuais.

Em seu círculo de amizades Edgarda não tem nenhum Policarpo Quaresma com quem conviver, ninguém que pense em um projeto de nação, a luta que se trava é apenas para “garantir” a sobrevivência. A expressão apontada demonstra bem o que o país significa para ela e seus amigos; todos têm a mesma atitude em relação ao país: “em um país desses” é preciso fazer tudo que for possível para sobreviver, inclusive desrespeitá-lo e aos seus cidadãos que perdem de imediato qualquer traço fraternal, são unicamente escravos de sua ascensão, costume secular “em um país desses”.

## **B) CITACIONALIDADE**

A citacionalidade é uma das formas de se produzir e fixar identidade. Ela se apoia nos significados explícitos e implícitos que uma palavra adquire ao longo de sua existência sócio-histórica, ou, segundo Silva: ocorre quando é utilizada a repetibilidade da escrita e da linguagem mudando de contexto, “ela pode ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente”. (SILVA, 2000, p. 95). Este jogo de significados que a palavra possui é que pode (ou não) adquirir sentido pejorativo e ofensivo.

Além destes, também lá se encontravam o General César Japuí, um crente do nosso misticismo militar, convencido de que a sua qualidade de general, unicamente ela, dava-lhe capacidades superiores de governo e administrador; o Sarmento Heltz, fino e cauto, que todos naquele meio julgavam precioso e raro como uma raposa polar; o gordo Pieterzoon, o deputado Costale, mais conhecido por Xandu, que andava sempre à cata do emprego de ministro. o general Forfaible, o senador Macieira e outros mais. Muitos tenentes. (BARRETO, 1989, p. 46).

Ao caracterizar as pessoas, o narrador as adjetiva, atribuindo-lhes identidade. Das identidades dadas algumas são objetivas, outras são citacionais: General César Japuí, um

crente do misticismo militar; Sarmiento Heltz, fino e cauto, precioso e raro, raposa polar; Pieterzoon, o gordo; Xandu, andava à cata do emprego de ministro. Um exemplo por seu aspecto citacional: Pieterzoon, o gordo. A princípio ser gordo envolveria apenas um aspecto objetivo e visual do indivíduo, a condição de ter massa corporal abundante não é algo que poderia ser considerado um problema – fora de nossa contemporaneidade. Chamar alguém de “gordo” não poderia ser considerado ofensivo, dentro da significação e do conceito comum que temos da palavra “gordo”, mas esta já apresentava, no início do século XX, significados implícitos que poderiam ser considerados ofensivos: a condição de obeso não era bem vista por uma parte da sociedade; poderia significar, de forma preconceituosa, que o indivíduo era ganancioso, egoísta, soberbo, avarento. Todas estas significações implícitas preconceituosas vêm do senso comum da sociedade de uma época; hoje continuam os preconceitos, porém mudam os significados implícitos mais rasos: ser gordo em nossa contemporaneidade significa ser doente, incapaz, dependente, etc. Estas significações implícitas que mudam com o tempo, só podem ser recuperadas se os indivíduos em jogo estiverem a par desses significados que vão para além do significado mais cientificamente conceitual da palavra.

Outra palavra que podemos apontar no texto que, na maioria das vezes em que aparece tem sua significação obstruída pela citacionalidade, é “preto” ou “negro”:

Outra fonte de irritação para esses espíritos diplomáticos estava nos pretos. Dizer um viajante que vira pretos, perguntar uma senhora num “hall” de hotel se os brasileiros eram pretos, dizer que o Brasil tinha uma grande população de cor, eram causas para zangas fortes e tirar o sono a estadistas aclamados. Ainda aí havia um lamentável esquecimento de um fato de pequena observação. Não de concordar esses cândidos espíritos diplomáticos que o Brasil recebeu durante séculos muitos milhões de negros e que esses milhões não eram estéreis; não de concordar que os pretos são gente muito diferentes dos europeus; sendo assim, os viajantes pouco afeitos a essa raça de homens, não de se impressionar com eles. Os diplomatas e jornalistas que se sentiam ofendidos com a verdade tão simplesmente corriqueira, esqueciam tristemente que por sua vez a zanga ofendia os seus compatriotas de cor; que essa rezinga queria dizer que estes últimos eram a vergonha do Brasil e seu desaparecimento uma necessidade. (BARRETO, 1989, p. 66).

Neste trecho há duas situações em que a citacionalidade aparece: a primeira justamente refere-se ao fato de que denominar o outro “negro”, não seria algo ofensivo, mas apenas a constatação da cor visível do indivíduo. A clara citacionalidade pode ser utilizada para ofender sem parecer ser ofensivo, uma vez que a palavra tem dois significados, um explícito e outro implícito. O enunciador pode utilizar um significado alegando ter se referido a outro. No trecho dado ficam claros os valores negativos que a palavra carrega em

decorrência do contexto em que está inserida; também devido aos anos de escravidão sua citacionalidade fica mais forte, a ponto de que seu sentido implícito se sobressai ao explícito. Na segunda situação de citacionalidade, há uma tentativa de separar as significações contidas na palavra: o narrador utiliza outra palavra que dê menos peso citacional a seu significado: “preto”. O narrador utiliza a palavra “preto” para referir-se a “etnia”, ou ao tom da pele sem que algum sentido implícito crie citacionalidade. Foi a maneira encontrada para tentar referir-se aos negros com respeito. Esta solução funciona nos primeiros momentos, porém a palavra também se contamina com o sentido implícito da outra. O problema aqui posto é a relação entre os indivíduos e a maneira de enxergarem-se e identificarem-se, e não propriamente o sentido das palavras.

Qualquer palavra utilizada para referir-se aos negros será contaminada com a citacionalidade desta – posso citar como exemplo a contemporânea expressão “afro-descendente” que não consegue excluir de si a citacionalidade adquirida da palavra “negro”, já que a origem é a mesma, além do que a influência do “politicamente correto” na concepção genética desta palavra apenas reforça o que se pretende negar: a grande e incômoda carga de citacionalidade negativa da palavra “negro”. O tom ofensivo só se faz presente para quem conhece o contexto histórico-cultural que levou a palavra a ter uma carga negativa, um sentido mais implícito que é bem conhecido de todos, assim como com a palavra “gordo” e “mulher”:

O outro seu alto propósito tendia a homenagear a mulher brasileira, esse exemplo extraordinário de mãe, dizia o manifesto; e havia de fazer, quando chefe do executivo, distribuição gratuita de brinquedos às crianças, desde que tivessem mães - continuava a dizer o manifesto. (BARRETO, 1989, p. 79).

“Mulher” é outro termo que, em nossa cultura ocidental, em geral, carrega citacionalidade. Isso fica claro no romance analisado quando, na tentativa de criar uma lei que homenageasse as mulheres, Fuas Bandeira não deixa de expor o conteúdo citacional da palavra: “mulher”, que deveria apenas designar alguém que fosse do gênero diferente a “homem”, no entanto para Fuas, “mulher brasileira” significa “exemplo extraordinário de mãe”. Evidente que a parte representa o todo, ao falar sobre a “mulher brasileira” ele se refere ao seu conceito de mulher em geral, que seria aquela que gera e cuida dos filhos, conceitualização e definição funcional de “mulher”. Ocorre que “mulher” tem uma carga citacional mais sutil se comparada ao termo “negro”. Recorrentemente utilizado no texto, a expressão “minha

mulher” ou “mulher de *fulano*” (“D. Edgarda, mulher de Numa, não andou muito contente uns dias; ela os passou recolhida à sua biblioteca a ler e a pensar”. (BARRETO, 1989, p. 79)).

Para quem conhece o histórico do papel da mulher na civilização ocidental, ou mais especificamente, no ambiente altamente machista das nações latino-americanas, sentirá nesta expressão um sentido implícito de posse, sujeição e propriedade que não ocorre na expressão “meu homem”; ao contrário, esta expressão apenas aumenta a sensação de posse masculina. Expressão esta, aliás, que não aparece em momento algum no romance analisado, sendo substituída pela frase “meu marido” (“Meu marido está dormindo, mas vou acordá-lo. Faça o favor de esperar”. (BARRETO, 1989, p. 101)). Fica claro que onde se esperava “minha esposa” em consonância de “meu marido”, ocorre apenas “minha mulher”.

Sempre lembrando do sentido da citacionalidade que está no uso implícito de um sentido adquirido histórico-culturalmente: em princípio o termo “mulher” não carrega nenhum sentido negativo ou ofensivo, este aparece de forma implícita na forma como os gêneros se relacionam ao longo da história, há portanto uma relação de poder, especificamente, o que Silva, Hall e Bourdieu chamam de *manifestação do ato de poder* (SILVA, HALL, BOURDIEU): quem quer identificar precisa ter alguma forma de poder reconhecida que legitime a identidade dada. Portanto a identidade está no gênero masculino (“meu esposo” ou “meu marido” ao invés de “meu homem”) e a diferença no feminino (“minha mulher” ao invés de “minha esposa”). A estratégia simbólica para atribuição e fixação de identidade utilizada na relação entre gênero e diferenças físicas presentes no romance está no campo da *idios logos* (BOURDIEU), que é a imposição por intimidação entre “iguais”, enquanto que a utilizada na relação étnica está mais no campo da *nomeação oficial* (BOURDIEU), que é o uso do *monopólio da violência simbólica legítima* pelo Estado.

### C) REPETIBILIDADE

Os atos performativos nem sempre conseguem estabelecer a atribuição da identidade; dependendo do grau de resistência dos atores envolvidos no processo, é necessário repetir determinadas informações até que se fixem, este é o princípio da *repetibilidade* (SILVA, 2000): necessidade de repetição dos atos performativos para que a fixação seja mais bem sucedida, já que “em termos de produção da identidade a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição [...] que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade”. (SILVA, 2000, p. 94). A repetição pode ser tanto no nível do discurso imediato quanto em atos mais espaçados:

[...] temendo perturbar a marcha dos pensamentos daquele guia de povos, após os cumprimentos, Bogóloff sentou-se e encolheu-se em respeitosa reserva. Certamente, Macieira imaginava coisas poderosíssimas para a grandeza do Brasil; certamente pensava em algum problema nacional, atinente à agricultura, à indústria, ou mesmo às relações internacionais do país; certamente, naquele instante, passavam no seu pensamento as condições de felicidade de toda uma população; e o russo calara-se para que suas parvas palavras não fossem de qualquer forma estragar a maravilhosa solução que o senador iria encontrar. Ficou arrependido de tê-lo procurado. Olhou durante alguns minutos os dois quadros que havia na sala. Eram duas oleogravuras baratas em molduras caras, representando o “Nascente” e o “Poente” no mar alto. O senador tirou uma larga fumaça do charuto e a sua fisionomia fechada perdeu o ar de concentração. Disse então:

— Ah! Doutor! Esta política! Repetiu depois de algum tempo, com uma lamentável expressão de desânimo, senão de desgosto, abanando a cabeça.

— Esta política! Esta política!

O antigo anarquista que Bogóloff era, sentiu no momento uma certa admiração pelos homens de Estado. Com a visão que lhe veio ali das suas responsabilidades, das suas dificuldades, da necessidade do emprego, de inteligência e imaginação que necessitavam as medidas que punham em prática, veio também por eles um respeito que nunca se tinha aninhado no russo libertário. Sinceramente, disse-lhe este:

— O senador tem razão em estar preocupado, mas um homem dos seus recursos não pode desanimar. As questões mais difíceis se resolvem à custa de muito pensar nelas. Se não for hoje, será amanhã ou depois e o povo brasileiro não perde por esperar uns dias. (BARRETO, 1989, p. 122).

Bogóloff tinha pensamento anárquico que herdou de sua militância na Rússia, não tinha, portanto, nenhum respeito pelos homens do governo. Ocorre que necessitava de emprego e não poderia dizer claramente o que pensava sobre os políticos. Esta situação criou uma fraqueza em suas crenças, bastando apenas que o governador Macieira repetisse uma expressão (“esta política! Esta política!”), para que o russo adquirisse uma repentina simpatia e admiração pelo líder.

Em outra situação, a viúva do Dr. Lopo Xavier, Arlete, buscou por vários meios uma pensão para si, com o argumento de que os bens deixados pelo marido eram poucos. Seu discurso vai se repetir em todos os encontros, na tentativa de fixar a imagem da viúva pobre que precisa de ajuda.

## D) PERFORMATIVIDADE

Conforme dito no capítulo I, entendemos como *performatividade* (SILVA, AUSTIN, BOURDIEU) as construções de identidade por meio do discurso e da autoridade; quem tem autoridade reconhecida pode transformar identidades por meio dos discursos. As sentenças afirmativas emitidas por quem tem autoridade e poder transformam-se em realidade destruindo e reconstruindo novas condições sociais dos que acreditam no poder estabelecido. Bogóloff emite uma opinião firme e dura sobre o Brasil:

Demais, lá [na Rússia], se bem que não quisesse, tinha um resto de respeito pelas instituições pátrias; mas aqui o meu desprezo era total, era completo e por mais que me esforçasse por ter alguma veneração pelos senadores, deputados e autoridades restantes, não me era possível. Eu as tinha visto por assim dizer no nascedouro e sabia perfeitamente como se faziam, o que representavam de fraude, de compressão e corrupção. Conhecia-lhes, além do mais, a sua ignorância, a sua falta de inteligência e a nenhuma sinceridade deles todos. Não deixava de influir também nesse grande desprezo que tinha pelos homens do Brasil, uma boa dose de preconceito de raça. Aos meus olhos, todos eles eram mais ou menos negros e eu me supunha superior a todos. De resto, eu - eu que era um pobre imigrante - não fora um dia aclamado como “salvador” de um Estado! De resto, eu - eu que não sabia o tempo de gestação de uma vaca - não fora Diretor da Pecuária do Brasil! Eu desprezava tal terra, desprezava-a soberanamente, olímpicamente, inteiramente. Para mim, era uma sociedade de ladrões, de mistificadores, de exploradores, sem tradições, sem idéias, disposta sempre à violência e opressão. A Rússia me pareceu mil vezes melhor... (BARRETO, 1956, p. 37).

A performatividade está na frase “para mim, era uma sociedade de ladrões, de mistificadores, de exploradores, sem tradições, sem idéias, disposta sempre à violência e opressão”. A afirmativa do Dr. Bogóloff – que fica explícita com a utilização do verbo “ser” - atribui uma clara identidade ao país: sociedade de ladrões, de mistificadores, etc. A autoridade exigida para fixar a identidade e validar a regra para o uso da performatividade vem do fato de ser estrangeiro e “doutor” que, conforme foi demonstrado ao longo deste capítulo por meio do texto literário, faz dele uma autoridade reconhecida, validando, portanto, as afirmações realizadas. A aceitação da identidade pode ser comprovada ao longo da própria narrativa, observando a atitude dos políticos que é criticada por Bogóloff. Esta atribuição de identidade, portanto, é fruto da própria observação da realidade vista pelo russo, é sua visão dos fatos ao redor que se traduzem na afirmativa de estar em um país de ladrões: sua frase performativa (“[...] era uma sociedade de ladrões [...]”), é o resultado de sua vivência prática junto aos indivíduos que o forçaram a chegar a esta “conclusão-performativa”. Esta frase, dita não a

outro personagem, mas ao próprio leitor, tem a intenção de nos convencer da existência desta “pátria de ladrões”. A identidade já estava posta, faltava a sua explicitação pelo método performativo. Este recurso é longamente utilizado pelo personagem estrangeiro como uma espécie de denúncia ao leitor ou a outros personagens da trama.

O uso das sentenças performativas ocorre também com outros personagens, como o protagonista Numa Pompílio em seu diálogo com Fuás Bandeira, conforme o trecho seguinte:

— Ah! doutor! O caso aí é outro. Tratava-se, é verdade, de uma licença, mas Peixoto é inimigo do partido, inimigo acérrimo. Com o caso da Estrada, não há nada disso, posso garantir-lhe!

— E o povo?

— O povo! O povo! Que tem o povo com estas questões? Por acaso ele pode raciocinar sobre finanças? Creio que não, meu caro doutor. Não é a sua opinião?

— Dizem que o governo gastou cem mil contos e vai vender pela metade.

— Não é certo; mas, se o fosse, valia a pena contar também com o “deficit” que ela dá. A operação, meu caro doutor, traz desafio para o governo, não só para já, como para o futuro. O meu interesse como republicano, é facilitar meios de vida à república e também educar o Brasil no caminho da iniciativa particular. Se até agora ela não se tem feito sentir na economia do país, é devido à timidez dos senhores diante da algazarra dos caluniadores. (BARRETO, 1989, p. 15).

Aqui é interessante o uso de uma interrogativa com claro valor performativo emitido por Numa: “Por acaso ele pode [o povo] raciocinar sobre finanças?” Seu uso tem a intenção de desqualificar a necessidade de dar satisfações à população a respeito de uma estrada que seria vendida pela metade do preço superfaturado com que foi construída. Por meio de uma pergunta retórica, atribui-se uma identidade a população: “o povo não pode raciocinar sobre finanças” (Idem), se não pode raciocinar, então o assunto não lhes pertence, tudo fica a cargo de uma minoria que tem o interesse de esconder o desvio da construção. A performatividade identifica para melhor atender os interesses de quem tem poder para isso.

Ao final do diálogo ainda é possível observar que Numa atribui a identidade de “caluniadores” a todos os que não concordam com ele a respeito daquele assunto. A identificação aqui é genérica, cabe a todos aqueles que discordarem dele funcionando como uma atribuição automática, tanto pode ser alguém do povo – que já estão desqualificados, pois “não podem raciocinar sobre finanças”; como podem ser outros políticos da oposição que, “sabendo raciocinar sobre finanças”, são na realidade mal-intencionados no intuito de caluniar o oponente. Neste trecho vemos a performatividade como forma de desqualificar os possíveis oponentes, seja identificando-os como incapazes ou como adversários mal-intencionados.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação pretendeu-se estabelecer um vínculo entre as questões de identidade como estratégia estética barretiana e o personagem Dr. Bogóloff como uma manifestação literária desta estratégia.

O olhar deste personagem sobre o Brasil é repleto de observações que, quando cotejadas sob o ângulo da “identidade e da diferença”, revelam-nos justamente um olhar de estranhamento que apenas um estrangeiro pode ter: esta é a solução estética encontrada por Lima Barreto para fazer frente às acusações de que era escritor panfletário. A voz do estrangeiro Bogóloff seria isenta de interesses apaixonados ou patriótico/nacionalistas.

Foram utilizados alguns aspectos de teorias da identidade para demonstrar como a visão do estrangeiro faz parte do recurso literário barretiano para lidar com a acusação de militante e panfletário. O “outro” é sempre a diferença, principalmente quando nos é estranho (estrangeiro). Lima Barreto aponta esta diferença utilizando a visão do outro, do estrangeiro, como estratégia literária em algumas obras suas, como em *Numa e a Ninfa* e *nAs aventuras*.

Desta forma posso concluir que não se pode falar em Lima Barreto apenas como escritor panfletário e militante. Seu objetivo literário não era somente a militância social: evidenciam-se, em seus textos, preocupações estéticas e soluções literárias que quebram o paradigma de escritor cuja preocupação é apenas a comunicação panfletária.

Oakley em seu “O destino da literatura” diz:

[...] a prosa de ficção de Lima Barreto, exprime uma tentativa de dramatizar tal qual artista tolstoiano, o destino do escritor neste mundo e, ao mesmo tempo, o escritor tem a obrigação de cumprir seu destino fichteano, carlyleano e tolstoiano de profeta pelo bem da humanidade. (OAKLEY, 2011, p. 11).

Se algum compromisso há com a humanidade, ele deve vir pela beleza da estética literária “dramatizando” o destino desta humanidade, e o seu próprio destino de escritor. Se em seus primeiros escritos esse destino e esse compromisso não ficaram claros, eles estão sutilmente estabelecidos em *Numa e a Ninfa* e em *As aventuras*, na figura burlesca e modernamente heroica do Dr. Bogóloff, o porta-voz do estranhamento nacional, da nudez identitária em que nos coloca quando mostra a todos que o rei está nu e que nada poderia ser feito a respeito.

Não havia nada a fazer porque não estava na pauta nacional, a lírica “extra oficial” da Academia Brasileira de Letras em seu período pós-machadiano preferiu a segurança do antigo ao risco das tentativas “modernizantes” do escritor carioca

O romance burguês já não satisfazia a Lima Barreto, era preciso tentar algo novo, mas este algo não satisfazia aos representantes oficiais da literatura brasileira.

Mostrar o país sob o ponto de vista do povo era demasiadamente fora do que se poderia considerar como conservação das conquistas literárias de um país.

Se o povo estava fora de questão, questionar as identidades atribuídas estava mais fora ainda.

A ordem social dependia da manutenção do papel de cada um. Cada qual estava em seu lugar. Por isso a literatura barretiana gerava um desajuste que logo era visto como militância e revolta.

Onde se vê militância na verdade vê-se o eu-lírico em desajuste com o mundo e com a sociedade, seu herói lukacsiano, Bogóloff, espelha este desajuste. Conforme afirma Lima

Dois estrangeiros peregrinando por terra estranha. Dois olhares perplexos e irônicos. Duas realidades fantásticas e absurdas, mas, ao mesmo tempo, familiares. A ironia prevalece sobre o deslumbramento, o exótico perde a força de fantasia e ganha contornos deformados. A curiosidade sardônica move o relato dos narradores. [...] o imigrante russo mergulha na utopia do Eldorado brasileiro e se depara com a farsa. Enquanto o viajante Lima Barreto observa à distância, demolindo, no plano do discurso, a estupidez da política na Bruzundanga para "ensinar" o Brasil, o imigrante russo expõe o ridículo brasileiro unindo ação e relato. (LIMA, 2001, p. 136).

Bogóloff quer traduzir o brasileiro: há algo de semelhante entre duas culturas distantes? É possível viver assim? Antes de tudo é preciso convencer o leitor de que os questionamentos partem de um viajante russo. “Esse traduzir o outro implica, nesses relatos em questão, numa atitude camaleônica como artifício para se conquistar a confiança daquele que ouve o narrado.

Mas como fazer para que o discurso seja passível de se acreditar?” (LIMA, 2001, p. 137). Bogóloff é russo, e sua condição de estrangeiro é essencial para observar e traduzir o país para onde se emigrou.

Se esta condição não for satisfeita, se o leitor não acreditar nisso, as possibilidades da obra ficam limitadas.

A identidade em *Numa e a Ninfa* e *As aventuras do Dr. Bogóloff* é o ponto chave para entender esta nova proposta literária de Lima Barreto: é melhor discutir quem somos do que solidificar os papéis sociais atribuídos.

Mais do que uma crítica social, o escritor carioca quer uma nova perspectiva literária, uma nova forma de abordar as possibilidades da escrita dentro do cenário nacional.

A nova ótica imposta pelo autor implica enxergar novos pontos de vista, como da periferia, por exemplo, ou até mesmo múltiplos pontos de vista em uma mesma obra, um olhar que faz mais sentido pelo prisma da identidade.

Este discurso da identidade também pode ser sentido na mudança de narrador nas obras cotejadas; se em *Numa e a Ninfa* há um maior distanciamento pela narração em terceira pessoa “os narradores em *Os bruzundangas* e *Aventuras do Dr. Bogóloff* ao relatarem suas experiências na primeira pessoa, apresentam-se como testemunhas de algo que viram, fornecendo credibilidade à narração”. (LIMA, 2001, p. 137).

Bogóloff narrador justifica-se a todo o momento, não apenas por razões morais, mas porque o que está em risco é a forma como o leitor o identificará, pois sua posição é arriscada e delicada: como justificar a malandragem e a enganação por meio da mentira e da política do favor? A fome e as privações da vida justificam a “vida de expedientes” de que ele mesmo fala? Como fazer o leitor manter, apesar de tudo, simpatia pelo personagem? O fato de ser estrangeiro e de ter vindo de uma vida de honestidade em sua pátria original, o contato com pessoas corruptas no país de chegada, a impossibilidade de outras escolhas devido ao próprio processo político-social deste país, tudo isso colabora para que nossa simpatia por Bogóloff permaneça intacta.

Neste sentido *As aventuras* tornam-se um pedido de desculpas do personagem que preferiria uma vida mais honesta, mas que não lhe foi possível. Bogóloff é o herói desajustado que se torna arrivista para poder sobreviver.

Utilizando alguns conceitos de Hall, Bourdieu e Woodward, foi possível sistematizar e classificar algumas características relativas à identidade e à diferença presentes nas obras analisadas que permitiram traçar, de forma mais concreta, as questões de identidade em *Numa e a Ninfa* e *As Aventuras do Dr. Bogóloff*.

Lima era um escritor em evolução, sua temática e forma de escrita não foram constantes, mas ocasionaram mudanças que só podem ser percebidas estudando sua obra de forma mais completa e abrangente. As duas obras estudadas nesta dissertação mostram esta passagem evolutiva de sua escrita.

A questão de raça no Brasil, considerada por alguns como um dos temas centrais em sua obra, e que na verdade não o é, tinha evoluído muito desde a primeira versão de *Clara dos Anjos* em 1904 e a elaboração do texto de 1921-2. Em seus últimos anos Lima percebe que

a miséria e a injustiça social são vistas como as grandes forças niveladoras. [...] Esta temática [da raça] ainda perdura no romance [*Clara dos Anjos*] de 1923, mas de um modo bem mais discreto. [...] a atitude de Lima Barreto para com a questão de raça no Brasil tinha evoluído [...] (OAKLEY, 2011, p. 12).

Entendendo melhor o contexto em que vivia, Lima Barreto muda suas características de escritor fazendo aparecer sua resignação frente ao mundo e suas próprias ideias.

Em parte devido a sua observação da “convivência de gente de todas as cores unidas pela miséria nivelante” e que “exibem, todos, vidas nas quais o fracasso desempenha um papel fundamental” (OAKLEY, 2011, p. 12), a “resignação dos humildes”, conforme diz Silva (2011) é a fonte da resignação do escritor.

Sendo Bogóloff o herói em busca de integração não há outra tarefa que não seja a resignação de seus próprios princípios éticos: se outrora foi um russo honesto, agora é preciso ser um brasileiro malandro e golpista, esta é a tentativa de integração identitária da qual depende sua própria sobrevivência e a manutenção de suas necessidades mais básicas na terra escolhida como novo lar.

A integração pela resignação leva nosso herói moderno a realizar uma leitura diferente dos habitantes do país: ele enxerga as relações sociais por meio das relações de poder estabelecidas entre eles.

Bogóloff observa quem tem o poder de atribuir identidades, quem tem a capacidade de estabelecer normas e ditar regras.

As relações de subordinação demonstram como ocorrem as dinâmicas sociais e, com base nelas, o escritor carioca carnaliza e ridiculariza estas relações, sem poupar absolutamente ninguém, seja o subordinado na figura de Lucrécio Barba-de-Bode, seja na figura apagada de Numa Pompílio, protagonista sem brilho, um político “desapoderado”, o *pater familias* sem nenhuma moral em seu meio social.

Mais importante do que a crítica social é a solução dada pelo escritor para demonstrar a situação ridícula em que viviam seus personagens, risos de desespero, medos recolhidos, insegurança bem escondida, deixam à mostra que o essencial passa longe de ser o ideal de vida daqueles cidadãos brasileiros.

Lima não necessita carregar muito na ironia, nem na comicidade, pois a situação em que se encontram os personagens já é suficientemente risível e estranha.

A identidade já está posta, o que falta é alguém que consiga desestabilizar a ordem estabelecida. Está é uma função da literatura de Lima Barreto.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, Medeiros e. Crônica literária. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. VASCONCELLOS, Eliane (Orgs). Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2001.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

BARRETO, Lima. As aventuras do Dr. Bogóloff. In: \_\_\_\_\_. *Os Bruzundangas*. Brasiliense: São Paulo, 1956. p. 199-284.

\_\_\_\_\_. *Numa e a Ninfa*. Garnier: Rio de Janeiro, 1989

\_\_\_\_\_. *Contos completos de Lima Barreto*. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Macaquitos. In: *Coisas do reino de Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BHABHA, Homi. A outra questão. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CANDIDO, Antônio. Os olhos, a barca e o espelho. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

CHKKLOVSKY, Victor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. RIBEIRO, Ana Maria et al. Rio de Janeiro: Globo, 1971, p. 39 – 56.

CORRÊA, Mariza. *Comunidades de conversação*. In: MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. São Paulo: AnnaBlume, 2012. Coleção Queer.

CRUZ, Izabel Cristina Cavalcanti da. *Isaias Caminha e o mal-estar na civilização brasileira no limiar do século XX*. 186 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Linguagens. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Cuiabá, MT: [s.n.], 2013.

CUTI, Luiz Silva. *Lima Barreto: Retratos do Brasil Negro*. Selo Negro, 2011.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Dos estudos culturais ao novo conceito de identidade. Revista Fórum Identidades. Ano 5, Volume 9, jan. – jun. Itabaiana: Gepiade, 2011.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: Prolegômenos e teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.

EIKHENBAUM, B. A teoria do “Método Formal”. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. RIBEIRO, Ana Maria et al. Rio de Janeiro: Globo, 1971.

FIGUEIREDO, Eurídice de. Identidade e identidade nacional In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 189 – 205.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: Imagem e linguagem*. Apresentação: Igor Rossoni. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103 – 133.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Ré. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: os Bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. 2ª edição São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. São Paulo: AnnaBlume, 2012. Coleção Queer.

NEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OAKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2 ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.

PACHECO, Keli. *A comunidade em exílio: literatura comparada entre Lima Barreto e Roberto Arlt*. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

PEREIRA, Astrojildo. A máscara do Dr. Bogóloff. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. VASCONCELLOS, Eliane (Orgs). Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2001.

PINTO, Rose Maria. *O discurso às avessas em Numa e a Ninfa de Lima Barreto*. 90 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2012.

RAGO, Margareth. Prefácio. In: MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. São Paulo: AnnaBlume, 2012. Coleção Queer.

RIBEIRO, João. *Numa e a Ninfa*: Introdução geral. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. VASCONCELLOS, Eliane (Orgs). Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2001.

ROMEIRO, Mariana Astolpho. *As imagens da Espanha em A jangada de Pedra* (1986), de Saramago. 124 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2009.

ROSSONI, Igor. A triste figura do cavaleiro Afonso Henriques de Lima Barreto. In: FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: Imagem e linguagem*. Apresentação: Igor Rossoni. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, n. 16, 1998. p. 297 – 325.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maurício. *A resignação dos humildes: estética e combate na ficção de Lima Barreto*. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), HALL, S. WOODWARD, K. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73 – 102.

SPOSITO, Marília Pontes. *A Ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 1993.

YATSU, Renata Kuhn. O vôo da trapezista alada: uma leitura da trajetória de Fevvers em Noites no circo de Angela Carter. 136 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2010.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) HALL, S. WOODWARD, K. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 71.

VASCONCELLOS, Eliane. Nota editorial. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. VASCONCELLOS, Eliane (Orgs). Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2001.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AIEX, Anoar. *As idéias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

ARAÚJO, Joana Luiza Muylaert de. *Memória e ficção em Lima Barreto* in: LETRAS & LETRAS, V. 13, N 1, Jan./Jul. 1997 – Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia,

Departamento de Ciência da Linguagem e do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas. (67-73)

BEIGUELMAN, Paula. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Trad. Modesto Carone. In: \_\_\_\_\_ et alii. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). P. 57 – 74.

BRAYNER, Sônia. A mitologia urbana de Lima Barreto. In: *Tempo Brasileiro*, v. 33-34, 1973. p. 66-82.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_ ET AL. (Eds.) *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986. p. 1-56.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna. *O romance de Lima Barreto e sua recepção*. Belo Horizonte: Lê, 1995 (Coleção Letras).

GILENO, Carlos Henrique. *Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2010.

GILROY, Paul. Diaspora and the detours of identity. In: WOODWARD, Kathryn (org). *Identity and difference*. Londres: Sages, 1997, p. 299 – 346.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MAGNONI, M. Salete. Lima Barreto dialoga com a concepção de arte de Leon Tolstoi. *Teresa* – Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, FFLCH/USP, n. 2, 2001. p. 207-215.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. O avesso do mito em *Numa e a Ninfa*. In: *Revista de Letras*, Assis, v.29, 1989, p. 103-115.